

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DE
CARAÍVA -TRANCOSO

DIAGNÓSTICO
DO MEIO FÍSICO, BIÓTICO E SÓCIO - ECONÔMICO

urplan

grupo de planejamento urbanismo arquitetura ltda.

ABRIL - 1996
(revisado em abril / 98)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
LOCALIZAÇÃO	5
METODOLOGIA DE TRABALHO.....	5
MEIO FÍSICO	6
Caracterização Climática.....	6
Temperatura e Insolação.....	7
Precipitação.....	7
Ventos.....	7
Umidade relativa/evaporação	9
Geologia.....	9
Aspectos da Geologia Regional.....	10
Geologia local.....	14
Aspectos Estruturais da Área.....	14
Aspectos da Geologia Econômica	14
Geomorfologia.....	15
Aspectos Regionais.....	15
Geomorfologia Local.....	19
Tipos de Modelados	20
Avaliação da Morfodinâmica.....	20
Pedologia.....	23
Latosolo amarelo álico	23
Podzólico amarelo álico	24
Podzol álico.....	24
Glei pouco húmico álico e distrófico	24
Areias quartzosas marinhas	24
Solos indiferenciados de mangue.....	25
Hidrografia	26
MEIO BIÓTICO.....	26
Flora.....	26
Aspectos Gerais.....	33
Ecossistemas da APA de Caraíva - Trancoso	57
FAUNA.....	61
RECIFES.....	69
MEIO ANTRÓPICO	69
Contexto Regional	69
Histórico da Ocupação	70
A Formação dos Núcleos Urbanos.....	70

Dinâmica Regional.....	70
<i>Contexto Municipal</i>	71
Aspectos Demográficos.....	71
Mão de Obra e Renda.....	72
Uso e Ocupação do Solo.....	73
Atividades Econômicas.....	74
Aspectos Sociais.....	77
Infraestrutura.....	79
<i>Contexto Local - APA de Caraíva / Trancoso</i>	81
Aspectos Econômicos.....	82
Uso do Solo e Questão Fundiária.....	82
Aspectos Demográficos.....	83
Infraestrutura.....	83
Educação e Saúde.....	85
PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO.....	86
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	88
QUALIDADE AMBIENTAL.....	100
BIBLIOGRAFIA.....	104

DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE CARAÍVA-TRANCOSO

INTRODUÇÃO

Designa-se Unidade de Conservação, áreas de extrema importância na salvaguarda do Patrimônio Natural e que contribuirão sobremaneira para realização de objetivos científicos-ecológicos, culturais e econômicos. No Brasil, a luta pela criação da primeira Unidade de Conservação foi iniciada em 1876, inspirada nos moldes do primeiro Parque Nacional do mundo, criado nos Estados Unidos em 1872.

A Área de Proteção Ambiental - APA é uma categoria de Unidade de Conservação, definida na Lei Federal 6.902 de 27 de abril de 1981, com o objetivo de orientar o desenvolvimento das atividades produtivas e o controle do uso e da ocupação do solo em determinado território, em harmonia com os princípios e critérios do desenvolvimento sustentável. As atividades desenvolvidas na APA devem assegurar o bem estar das populações humanas e a adequada proteção dos recursos ambientais, garantindo a integridade dos atributos que justificam a sua criação.

O Projeto de Lei nº 2.892/92, encaminhado ao Congresso Nacional através da Mensagem nº 176/92, propõe a seguinte definição : *“As Áreas de Proteção Ambiental são porções do território brasileiro e águas jurisdicionais, de configuração e dimensões variáveis, submetidas a diversas modalidades de manejo, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais ou seminaturais, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem estar das populações humanas, resguardar ou melhorar as condições ecológicas locais, manter paisagens e atributos culturais relevantes.”*

Para atingir os objetivos acima identificados a APA é objeto de um zoneamento econômico-ecológico e plano de gestão, elaborados com base no diagnóstico ambiental da área, que contempla a caracterização dos meios físico, biótico e antrópico, através de uma análise dinâmica das interações setoriais.

A APA de Caraíva-Trancoso apresenta características que justificam a sua proteção, a fim de assegurar o bem estar da população através do desenvolvimento do turismo, com preservação das paisagens naturais, de grande beleza cênica, e dos atributos histórico-culturais, sobretudo no que se refere à cultura indígena e aos marcos do Descobrimento, principais fatores que valorizam o potencial turístico da área.

Dentro dos limites da APA de Caraíva-Trancoso encontra-se a Reserva de Itaquena, parte integrante de uma fazenda situada na várzea do rio dos Frades. Essa reserva florestal atende à determinação legal contida no Código Florestal (Lei nº 4. 771/65), que estabelece que uma porção de floresta, com área de, no mínimo, 20% de cada propriedade rural deve ser mantida ou recomposta, independentemente da conservação das reservas ecológicas definidas pela legislação que também existam no estabelecimento rural.

O Parque Nacional de Monte Pascoal, no Município de Porto Seguro, localiza-se próximo ao limite sul da APA. Tem cerca de 22.500 ha, dos quais 8.626 ha, segundo acordo entre o Ibama e a Funai, foram destinados ao uso da comunidade indígena Pataxó. O Parque apresenta um grande valor histórico por ter sido a primeira terra avistada pelos portugueses, quando descobriram o Brasil. É tam-

tórico por ter sido a primeira terra avistada pelos portugueses, quando descobriram o Brasil. É também um dos únicos Parques Nacionais que alcançam o litoral, abrigando o marco histórico do Descobrimento, o Monte Pascoal.

LOCALIZAÇÃO

A APA de Caraíva-Trancoso, instituída pelo decreto estadual nº 2.215 de 14/06/1993, compreende uma área de 31.900ha, localizada na região litorânea do Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia. Ocupa o trecho entre a foz do rio Trancoso e o rio Caraíva, apresentando características de relevante valor ecológico, com a presença de falésias de composição arenítica, remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados, com diversidade de representantes da fauna silvestre.

METODOLOGIA DE TRABALHO

O presente diagnóstico ambiental da APA de Caraíva-Trancoso foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, que procurou, a partir das informações básicas e estudos disponíveis, a nível regional e municipal, situar a área em estudo dentro de um contexto global, quanto às suas características físicas, bióticas e sócio-econômicas. A partir daí procurou-se conhecer as especificidades da área da APA, desenvolvendo-se, então, um trabalho em escala de maior detalhe, baseado nas observações de campo da equipe, que percorreu toda a área, verificando tanto a ocorrência da vegetação, fauna, recursos hídricos, solos e elementos geomorfológicos como também os aspectos sócio-econômicos e histórico-culturais relacionados à população local.

O levantamento pedológico foi baseado nas cartas planialtimétricas na escala de 1:50.000 e no trabalho de campo, que procurou identificar os principais tipos de solos que ocorrem na região. Foram utilizadas também as informações contidas nos documentos existentes sobre a região, como no Estudo Pedológico da área destinada ao Empreendimento Outeiro das Brisas Ltda., elaborado pela Conseil (1990), no Levantamento de solos e no respectivo mapa de solos do Estudo de Impacto Ambiental da rodovia Porto Seguro - Caraíva, na escala de 1: 25.000, desenvolvido pela Cobrape (1994), e nos Anais da IV Reunião de Classificação, Correlação e Levantamento de Solos da Embrapa/Centro Nacional de Pesquisa de Solos (1995).

Os solos foram descritos segundo as normas estabelecidas pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Para identificação das unidades foram utilizados os mapas na escala de 1:25.000, porém com o objetivo de mapear as unidades a nível da sua distribuição genérica, onde as classes de solos foram delimitadas com base nas curvas de nível, tornando este estudo, portanto, um indicador razoável para o objetivo pretendido, porém sem o detalhamento comum aos mapas nessa escala.

O levantamento das espécies vegetais e a situação dos respectivos ecossistemas foram obtidos através de fontes secundárias e primárias. As informações secundárias foram extraídas de Estudos de Impacto Ambiental-EIA's e Relatórios de Impacto Ambiental-RIMA's, monografias, publicações

científicas, literatura especializada, análise de mapas na escala de 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.000, e interpretação de imagens de satélite na escala de 1:25.000.

As informações de cunho primário foram adquiridas através de visita a campo, até a altura do distrito de Trancoso, para reconhecimento da área, entrevistas com nativos e caçadores para confirmação de dados secundários.

Os dados primários e secundários sofreram uma análise sob o aspecto da dinâmica do ambiente natural, da ação antrópica e da importância e validade dos estudos que favoreçam a melhoria, proteção e conservação do ambiente.

O estudo da legislação ambiental procurou analisar os textos legais, federais, estaduais e municipais, relacionados a política ambiental, áreas de proteção ambiental e áreas de preservação permanente, de forma a subsidiar a etapa seguinte do trabalho, o zoneamento e plano de gestão da APA.

MEIO FÍSICO

Caracterização Climática

O clima de uma região é caracterizado pela influência da latitude, do relevo, do grau de proximidade com o mar, do predomínio da circulação geral das massas de ar e da dinâmica atmosférica a que ela está sujeita. Três massas de ar, dentre as onze que atuam direta ou indiretamente no Brasil, são responsáveis pela circulação geral na Região Sul do Estado da Bahia, ou sejam: massas equatorial atlântica, massa tropical atlântica e massa equatorial continental.

A área em estudo insere-se numa faixa de área quente e úmida, de relativa homogeneidade, caracterizando-se por temperaturas médias elevadas e altos índices pluviométricos distribuídos ao longo do ano.

De acordo com a classificação de Köppen, o clima desta região é do tipo Af, correspondente ao clima de florestas tropicais, quente e úmido, com temperaturas médias anuais elevadas, variando entre 21,5°C a 24,5°C.

Pela classificação de Gaussen, a área identifica-se com o clima Equatorial (6a), com temperatura do mês mais frio superior a 20^o C e estações do ano pouco marcadas ou inexistentes. Este clima se caracteriza por um estado hidrométrico muito elevado, superior a 85%, correspondendo ao clima de florestas exuberantes com grande variedade de espécies.

Temperatura e Insolação

Com base nos dados da Estação climatológica de Porto Seguro(Quadro I), operada pela CEPLAC, cujos dados foram obtidos na publicação "Resumo de Dados Climáticos", editada em 1981, a temperatura média anual é de 22,9°C, com variações muito pequenas (entre 20,8a 24,6°C) proporcionando uma grande estabilidade térmica para a área, sendo o período mais frio junho à setembro o mais quente dezembro à março.

O maior período de insolação se dá entre os meses de janeiro e março. Como ocorre com a temperatura, a insolação apresenta pouca variação anual, proporcionando excelentes condições de estabilidade climática.

Precipitação

De acordo com os dados da Estação de Porto Seguro, verifica-se que as chuvas são abundantes e bem distribuídas durante todo o ano, não se registrando de modo geral mês seco. A precipitação média anual é de 1797mm. A análise dos dados pluviométricos da SUDENE em Porto Seguro, realizada sobre uma série de 40 anos, período 1943/1983 (CEI, 1991) apresenta resultados compatíveis com a CEPLAC, com média anual de 1787,6 mm, chuvas bem distribuídas ao longo do ano, sendo o verão o período de menor precipitação pluviométrica.

Ventos

Durante praticamente todo o ano, a direção dos ventos é predominantemente NE e secundariamente E. A velocidade varia entre 2,30 a 3,63m/s, considerados assim como moderados. Novembro é quando se dão as maiores intensidades, e junho apresenta os índices mais baixos de velocidades, sendo que a média anual situa-se em 2,87m/s. (BAHIATURSA, 1994).

Umidade relativa/evaporação

Conforme apresentado no Quadro 1, a umidade relativa do ar apresenta uma média anual de 86,3%, ocorrendo poucas variações ao longo do ano. Os meses mais úmidos são maio, junho e julho (julho apresenta umidade de 88,8%), enquanto janeiro representa o mês mais seco com 84,3%.

A evaporação acompanha o mesmo comportamento da umidade do ar, ao longo do ano. No mês de janeiro a região pode apresentar índices de até 82,9 mm, enquanto que em junho há uma queda para 44,2mm médios.

O balanço hídrico é positivo, justificado pela intensa pluviosidade anual. De acordo com os estudos do CEI, 1991, a região apresenta risco de seca baixo, com ocorrência de 2 períodos de seca com duração de 1 ano, registrados entre 1943 e 1983.

Quadro 1 - Resumo dos Dados Climatológicos Mensais - Estação Porto Seguro - Período 11 anos

	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AGO	SET	OCT	NOV	DEZ	ANUAL
Prec.Média(mm)	119.0	113.0	105.0	150.0	153.0	99.0	207.0	72.2	246.0	202.0	171.0	160.0	1797.0
Prec.Máx.(m)	238.0	207.0	205.0	240.0	428.0	167.0	576.0	114.0	243.0	277.0	390.0	241.0	XXX
Prec.Min (m)	35.0	6.0	49.0	77.0	70.0	70.0	109.0	42.0	66.0	88.0	41.0	34.0	XXX
Dias Chuvosos	14.0	13.0	14.0	17.0	15.0	15.0	18.0	13.0	16.0	15.0	17.0	15.0	183.0
TEMP.MÉDIA(°c)	24.5	24.6	24.6	23.8	22.5	21.2	20.8	20.8	21.6	22.9	23.7	24.3	22.9
Temp.Med.Máx.(°c)	29.8	29.7	29.9	28.7	27.4	26.1	25.5	26.3	26.6	27.3	28.2	29.3	27.9
Temp.Média.Min.(°c)	20.1	20.4	20.3	20.2	18.9	17.4	16.9	16.2	17.5	19.0	20.1	20.3	18.9
Evap.(Piche)(mm)	82.9	65.7	69.9	58.9	49.0	44.2	48.0	61.9	62.4	60.0	66.6	77.1	748.8
Brilho Solar (N)	210.3	191.4	191.9	171.2	167.7	145.5	166.3	212.7	150.8	145.4	146.6	171.3	2071.7
Umidade (%)	84.3	85.1	85.1	85.5	88.3	88.5	88.8	86.0	86.3	88.3	85.6	84.5	86.3
Nebulosidade(0-10)	7.1	7.1	7.1	7.4	7.6	7.5	7.5	7.1	7.6	7.8	7.5	7.3	7.4
Vel Vento(Nv's)	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Dir. Vento	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

Fonte: CEPLAC in Planarq, EIA/RIMA do Complexo Produtor de Celulose da Vera Cruz Florestal Ltda, 1994

Geologia

Apresenta-se a seguir a caracterização dos domínios litológicos regionais e dos aspectos litoestratigráficos, estruturais e econômicos, da geologia local, na Área de Proteção Ambiental-APA de Caraíva-Trancoso

A geologia da área de estudo é representada por sedimentos do Grupo Barreiras e pelos sedimentos inconsolidados Quaternários, compostos por depósitos continentais e marinhos.

Os dados da geologia regional e local foram descritos a partir de trabalhos de campo e da fotointerpretação, nas escalas 1:60.000 e 1:25.000, comparados com informações contidas em textos e mapas das publicações relacionadas na bibliografia.

Aspectos da Geologia Regional

A coluna litoestratigráfica da área de entorno de APA de Caraíva-Trancoso é composta por rochas do Arqueano/Proterozóico e Cenozóico, descritas a seguir. Na área de estudo as rochas Arqueanas/Proterozóicas não são aflorantes, sendo recobertas pelos sedimentos Terciários do Grupo Barreiras e pelos sedimentos inconsolidados Quaternários.

Rochas Arqueanas/Proterozóicas :

O embasamento cristalino da área é representado por rochas datadas do Arqueano/Proterozóico, compostos pelos seguintes domínios, descritos a seguir:

Cinturão Itabuna:

São rochas datadas do Arqueano, representadas por gnáisses kinzigítico, tonalitos-dacitos e trondjenitos riolitos, aflorantes nas imediações das cidades de Eunápolis, Itapebi e Itagimirim. Estas rochas mantêm contato tectônico com os metassedimentos do Grupo Rio Pardo e contato discordante com os sedimentos do Grupo Barreiras.

Leucogranitos e Granodioritos:

Datam do Proterozóico Superior e afloram entre as cidades de Itagimirim e Itapebi e ao norte e noroeste de Itapebi, associadas aos relevos das Serras do Limoeiro, Petrolina, Putumaju, Guaribas e Dois Irmãos, mostrando relações de contato intrusivo com rochas do Cinturão Itabuna.

Grupo Rio Pardo:

São rochas datadas do Proterozóico Superior e ocorrem nas imediações da margem esquerda do rio Jequitinhonha, ao norte de Itapebi, localmente recobertas pelos sedimentos do Grupo Barreiras.

Sedimentos Cenozóicos:

Grupo Barreiras :

Os sedimentos Barreiras datam do terciário e englobam a quase totalidade dos sedimentos do Estado da Bahia. Este grupo é composto por uma sequência de sedimentos terrígenos, de cores variadas, variando entre argilas, areias e cascalhos, fracamente consolidados, com estratificação irregular e em geral afossilíferos.

Estes sedimentos afloram a oeste, desde a região de Itapebi e Eunápolis até a faixa costeira na extremidade leste, com largura máxima da ordem de 80km e variação altimétrica entre 10 e 100m, formando um relevo de tabuleiros de topos planos e ou abaulados, dissecados pelas bacias hidrográficas dos rios que drenam a região. De oeste para leste, distribuem-se desde o sopé das elevações cristalinas até a planície litorânea, formando falésias no limite da costa.

Os sedimentos Barreiras possuem uma vasta representatividade no território brasileiro, estendendo-se desde o vale amazônico, toda a região costeira Norte e Nordeste do Brasil, até o Espírito Santo. Segundo Andrade (1955) e Bigarela & Andrade (1964) citados por Bittencourt (1995) esses sedimentos são depósitos correlativos de duas fases de pediplanação que ocorreram durante o cenozóico, ao longo de toda a costa brasileira. Muitos autores, por exemplo, Bittencourt (1995), relacionam essas duas fases de pediplanação e os seus sedimentos correlativos, com épocas glaciais, nas quais o nível oceânico esteve muito abaixo do atual. Essas oscilações do nível de base deram lugar a ciclos climáticos, desenvolvendo um regolito durante a fase úmida, posteriormente removido durante a fase mais árida. Hoje, no entanto, discute-se que a sedimentação parece não estar relacionada apenas com a variação climática, mas também a um concomitante soerguimento epirogênico durante o Terciário Inferior, criando condições para acumulação dos sedimentos erodidos.

Segundo Bigarela (1975) a primeira fase de aplainamento relacionado à sedimentação Barreiras foi possivelmente desenvolvida durante o Plioceno Inferior, denominada de Superfície Sulamericana de King (1956). Já a segunda fase teria se desenvolvido no Plioceno Superior a Pleistoceno Inferior, correspondente à Superfície Velhas de King (op. cit.).

Sedimentos Quaternários:

São sedimentos inconsolidados de origem fluvial, marinha e fluviomarinha.

As acumulações marinhas são identificadas ao longo da faixa entre Belmonte e Coroa Vermelha, associadas às areias litorâneas, cordões arenosos, arenitos de praias, recifes de corais, cascalhos biotriticos e lamas carbonáticas.

As acumulações fluviomarinhas são encontradas na foz dos rios, em áreas de pântanos e lagunas, compostos por sedimentos argilo-siltosos, ricos em matéria orgânica. Às vezes, estas acumulações penetram no interior dos tabuleiros Barreiras, ao longo dos cursos dos rios.

As acumulações fluviais são observadas nos vales dos rios, formando depósitos aluvionares areno-siltosos cascalhosos, associados às planícies de inundação, canais abandonados, leitos de canais e fundos de vales e nas planícies fluviais.

Geologia local

O mapa geológico na escala 1:25.000 da APA de Caraíva-Trancoso, apresentado no Vol II - ANEXOS, individualiza e caracteriza os diferentes conjuntos de sedimentos de idade Terciária e Quaternária, descritos a seguir.

Grupo Barreiras (Tb):

Os sedimentos Barreiras são predominantes na área da APA de Caraíva-Trancoso, estendendo-se numa largura de dezenas de quilômetros, desde o interior em direção ao litoral, terminando na linha da costa, formando falésias fósseis e pondo-se em contato com os sedimentos Quaternários da planície litorânea. Sua altura mantém valores variáveis entre 120 a 30m.



As superfícies tabulares do Grupo Barreiras resultam dos processos de pediplanação pleistocênica denominada de Superfície Velhas de King (1956), mostrando-se intensamente entalhada pelas redes de drenagem local, resultando feições de interflúvios tabulares limitados por rebordos erosivos.

Litologicamente são constituídos por sedimentos detríticos continentais compostos de areias finas a grossas, argilas cinza, avermelhadas, roxas e amareladas; arenitos grossos a conglomeráticos, com matriz caulínica, pouco consolidados, mal selecionados, cinza esbranquiçados, amarelados e avermelhados. As areias e arenitos exibem estratificações cruzadas acanaladas e planas, laminações plani-paralelas ou apresentam-se maciças. Fragmentos lateríticos são comuns, associados a camadas de arenitos. Os níveis lamosos são maciços, em geral lenticulares.

Os topos destes tabuleiros são, geralmente, recobertos por areias quartzosas brancas, de granulometria média a grossa, com níveis cascalhosos de quartzo, não estratificados e inconsolidados, com espessura de até 5 m.

Sedimentos Quaternários:

A evolução Quaternária do litoral deve-se à dinâmica fluvial e marinha, individual ou conjugada. As oscilações do nível do mar, responsáveis pela implantação de episódios transgressivos e regressivos originaram o modelado das falésias bem como os sedimentos litorâneos que formam os cordões arenosos. As oscilações marinhas nas zonas de desembocaduras dos rios propiciaram afogamentos de canais de drenagens, originando assim as condições para a sedimentação de material lamoso, rico em matéria orgânica.

Os sedimentos fluviais, marinhos e fluviomarinhos ocorrem na linha de costa, limitados a Leste pela faixa atlântica e a Oeste pelas falésias fósseis Barreiras. Também ocorrem ao longo dos vales abertos integrantes das bacias hidrográficas locais, e de maneira mais ampla, recobrindo o fundo oceânico da faixa atlântica marginal. Na área de estudo estes sedimentos são bem representativos.

A análise do Mapa Geológico na escala 1:25.000 (Vol II - ANEXOS) permite a individualização e caracterização das seguintes unidades:

Terraços arenosos holocênicos (Qht):

Ocorrem ao longo da faixa oceânica adjacente, em estreitas faixas variáveis entre 10 a 40 m, alcançando uma largura entre 500 a 1000 m na faixa entre Barra Velha e a praia de Caraíva, e na ponta de Itaquena, com cotas altimétricas de até 4 m acima do nível do mar.

São compostos de areias média a grossa, predominantemente de grãos de quartzo, mal selecionados, com presença de minerais pesados como ilmenita, zirconita e monazita.

Depósitos Flúvio-lagunares (QHfl):

Ocorrem em estreita associação com os depósitos de pântanos e mangues, na foz dos principais rios que cortam a área em estudo. São compostos de areias, siltes e argilas ricos em matéria orgânica e resultam de lagunas e mangues depositados no início da última transgressão marinha. São depósitos significativos na área, tornando-se mais expressivos ao longo dos rios Caraíva, Pratiaçu e rio dos Frades.

Pântanos e mangues atuais (QHpm):

Formam depósitos significativos nas margens dos rios, nos seus baixos cursos, onde sofrem influência das marés, sendo que as maiores ocorrências se dão na foz do rio dos Frades. São constituídos

de materiais argilo-siltosos ricos em matéria orgânica, incluindo minerais pesados, sedimentos micáceos e turfas.

Recifes de Corais (QHR):

São constituídos de bancos recifais com dimensões e formas variáveis, localizados na faixa adjacente à praia ou mais afastados da costa. São formados pela coalescência lateral de colunas coaralinas isoladas, sendo os corais, os hidrocorais e as algas coralinas os constituintes principais da estrutura.

Afloram com significância na APA de Caraíva-Trancoso, com afloramentos representativos na Ponta de Itaquena, Caraíva e Ponta do Corimbaú.

Aspectos Estruturais da Área

O reconhecimento de feições pré-Quaternárias é praticamente impossível visto que a área de estudo se encontra recoberta por espessa sedimentação Tércio-Quaternária. Contudo, os rios que drenam a área apresentam um padrão retilíneo a paralelo, sugerindo um forte controle estrutural no entalhe dos canais, aproveitando-se de fenômenos de reativação recente de antigos planos estruturais herdados de tectônicas anteriores.

Aspectos da Geologia Econômica

As ocorrências minerais são limitadas na área em estudo, restringindo-se à presença de calcáreo marinho e minerais pesados, encontrados nas areias de praia.

As ocorrências calcáreas estão associadas aos recifes de corais observados desde a barra do rio dos Frades até a ponta de Corumbau.

Os minerais pesados ocorrem associados a areias de praia, com concentrações na enseada de Juacema, ao sul de Trancoso. Segundo a COBRAPE (1994), as reservas desses minerais foram estimadas em 3.500t de ilmenita, 1.600t de ziconita e 650t de monazita.

Acumulações importantes de areias média a grossa, cascalhosa, de cor branca, são também identificadas nos topos dos Tabuleiros Costeiros, extraídas em alguns pontos para fins comerciais. Os sedimentos areno-silto-argilosos, com níveis cascalhosos, que compõem o Grupo Barreiras, são favoráveis à utilização como materiais de empréstimo para sub-leito de rodovias e obras civis.

Geomorfologia

Apresenta-se a seguir a caracterização geomorfológica dos aspectos regionais e locais da Área de Proteção Ambiental - APA de Caraíva-Trancoso.

Os aspectos regionais caracterizam e definem os processos geodinâmicos ocorridos na região durante o período cenozóico, associados às ações climáticas operantes neste período.

A geomorfologia de detalhe, na escala 1:25.000 (Vol II - ANEXOS), baseou-se nos trabalhos de campo e fotointerpretação nas escalas 1:25.000 e 1:60.000. Esta caracterização de detalhe objetivou a delimitação e identificação das principais unidades geomorfológicas, os tipos de modelados e a avaliação da morfodinâmica.

Aspectos Regionais

Em função das características morfológicas, Martin et alli (1980) dividiram a costa do Estado da Bahia em seis setores distintos, I, II, III, IV, V e VI, sendo que o setor VI se estende desde Ilhéus até o extremo sul do Estado da Bahia. Este setor é caracterizado pela presença dos sedimentos do Grupo Barreiras em contato direto ou próximos ao mar, por depósitos sedimentares Quaternários bem representativos, bem como pela presença de recifes de corais.

Do ponto de vista geomorfológico regional a área de estudo apresenta o compartimento de relevo identificado como “**Depósitos Sedimentares**” o qual inclui as chamadas regiões das **Planícies Litorâneas e Piemonte Inumados**. Essas regiões, por sua vez, incluem as Unidades Geomorfológicas **Complexos Praiais, Aluviais e Estuarinos, Vales e Tabuleiros Costeiros**.

Domínio Morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares

Este domínio é representado por sedimentos de idade Tércio-Quaternária com grau variado de espessura e consolidação, compreendendo os sedimentos do Grupo Barreiras e os sedimentos de ambientes costeiros, depositados sobre o embasamento cristalino, ao longo do Cenozóico, correspondendo às seguintes regiões:

Região das Planícies Litorâneas

Formada por sedimentos de ambiente costeiro depositados sobre o embasamento cristalino. Apresentam modelados de origem marinha, eólica, fluvio-marinha e fluvio-lagunar que traduzem as variadas etapas de evolução do litoral e dos cursos dos rios durante o período cenozóico.

Esta região, por sua vez, é subdividida nas Unidades Geomorfológicas *Complexos Praiais, Aluviais e Estuarinos*, e *Vales*, que se estendem entre o mar e o contato com as escarpas cristalinas ou afloramentos dos sedimentos Barreiras, formando praias, cordões litorâneos, pântanos e mangues.

Região do Piemonte Inumados

Corresponde à região que se estende desde o sopé das elevações cristalinas, a oeste, até o litoral, com variações altimétricas em torno de 120 a 30m. Esta região inclui a Unidade Geomorfológica *Tabuleiros Costeiros* que possui superfícies tabulares delimitadas por bordas escarpadas, sustentadas pelos sedimentos Barreiras.

Geomorfologia Local

A análise do Mapa Geomorfológico, apresentado no Vol II - ANEXOS, na escala 1:25.000, permite a identificação e delimitação das principais Unidades Geomorfológicas, descritas a seguir.

Região das Planícies Litorâneas

Complexos Praiais, Aluviais e Estuarinos.

Esta unidade é composta por planícies marinhas, fluviomarinhas e áreas de pântanos e mangues. Trata-se de um conjunto de terras planas e descontínuas, com altitudes inferiores a 20m, formadas por sedimentação Quaternária, resultante de ações marinha e fluviomarina.

As planícies marinhas são formadas por praias, terraços marinhos, restingas e recifes coralinos, ocupando uma área que se estende desde a linha de costa até os Tabuleiros Costeiros.



As praias correspondem à estreita faixa arenosa, inclinada suavemente em direção ao mar, tendo sua topografia modificada pelas ações das ondas e das marés.

A ocorrência de recifes é descontínua, paralelamente à linha de costa, formando barras ou, nas partes mais afastadas do litoral, formas circulares. São formados pela coalescência lateral de colunas coralinas isoladas, sendo os corais, os hidrocorais e as algas coralinas os constituintes principais da estrutura. Afloram com significância na área de estudo, com afloramentos representativos na Ponta de Itaquena, Caraíva e Ponta do Corimbaú.

Os terraços marinhos representam paleoformas, cuja origem está ligada à variação do nível do mar, após a última transgressão marinha. Localizam-se de forma descontínua nos limites internos da linha de praia.

Vales

Os vales são áreas de acumulação fluvial que acompanham a calha dos rios e encontram-se separados dos tabuleiros por encostas com declives de 14 a 24°. Apresentam feições de fundo plano e são cobertos por sedimentos alúvio-colúviais e lagunares, de textura argilosa indiscriminada.

Estão em cotas altimétricas de 4 a 10 m, apresentam terraços descontínuos de 1 a 3 m de altura, limitados por ruptura de declive ou por rampas suaves, e estão sujeitos a inundação na época de grandes cheias.

A textura impermeável dos solos, aliada ao lençol freático em subsuperfície e ao baixo gradiente de drenagem, dão origem a lagoas de banhados nas várzeas dos rios, geralmente inundadas durante as cheias.

Na área de estudo as acumulações fluviais ocorrem nos baixos cursos dos principais rios, como Caraíva, dos Frades, dentre outros.

Região do Piemontes Inundados

Tabuleiros Costeiros

Constitue a unidade mais representativa da área, ocupando praticamente toda a sua extensão, correspondendo a uma superfície aplainada sobre as rochas sedimentares do Grupo Barreiras. Apresentam uma morfologia típica dos tabuleiros, com superfícies tabulares inclinadas em direção ao litoral, com declives em torno de 5°, em cotas altimétricas que variam de 100m, no interior, até 30m, na linha de costa.

Os topos desses tabuleiros apresentam uma cobertura detrítica areno-argilosa, com fragmentos de carapaça laterítica retrabalhada e seixos de quartzo leitoso, ocasionalmente ferruginosos. Localmente, ocorrem manchas de areias quartzosas, com extensão de aproximadamente 3 Km, próximo à localidade de Trancoso e ao condomínio Outeiro das Brisas e entre Itaporanga e Caraíva, que segundo Barbosa et al (1975) são depósitos considerados como “paleoplayias”, depositados em antigas depressões que foram preenchidas durante a fase de aplainamento, que resultou na formação dos topos dos tabuleiros.

A unidade apresenta-se bastante dissecada, predominantemente na proximidades do litoral e dos leitos dos rios, onde as atividades erosivas são mais acentuadas. Os vales dos rios são encaixados, de fundo plano, com vertentes íngremes de 14 a 24° de declividade, e com aprofundamento entre 20 e 50m, sendo influenciados pelos condicionamentos litoestruturais.

Litologicamente o Grupo Barreiras é constituído por sedimentos detríticos continentais compostos de areias finas a grossas, argilas, arenitos grossos a conglomeráticos, com matriz caulínica, pouco consolidados, mal selecionados, bastante friáveis, logo, suscetíveis à erosão.

Tipos de Modelados

A APA de Caraíva-Trancoso apresenta dois tipos de modelados: Modelado de Acumulação e Modelado de Dissecação

Modelado de Acumulação:

Representa sedimentos de acumulação fluvial, marinha, e flúvio-marinha, encontrados ao longo da faixa litorânea e na parte mais interior das bacias hidrográficas, de idade predominantemente Holocênica, incluindo os pântanos e mangues.

Acumulação Fluvial:

Os depósitos de acumulação fluvial são encontrados nas planícies de inundação, fundos de vales e nos terraços fluviais. São constituídos de sedimentos arenosos com intercalações de lentes de silte, argila e matéria orgânica. Estes depósitos estão presentes nos vales que acompanham a calha dos rios e se encontram separados dos tabuleiros por encostas com declives de 14 a 24°. As principais ocorrências destes depósitos são observadas nos baixos cursos dos rios Caraíva e dos Frades.

Acumulação Marinha:

Os depósitos de acumulação marinha consistem de estreitos cordões litorâneos compostos de sedimentos arenosos de cor branca e granulometria média. Estes depósitos apresentam-se em estreitas faixas, inferiores a 50m de largura, exceto nas adjacências de Caraíva e entre a praia da barra dos rios dos Frades até a paria de Itaquena, onde adquire uma largura de até 1000 m, indicando uma atividade marinha mais intensa.

Acumulação Flúviomarinha

Estes depósitos refletem a ação conjunta dos canais fluviais com as oscilações marinhas. São acumulações de sedimentos argilo siltosos, ricos em matéria orgânica, encontrados nas zonas de pântanos e mangues. As principais acumulações flúvio-marinhas são identificadas nas zonas baixas, no entorno da foz dos rios, formando, em alguns pontos, banhados que permanecem alagados durante todo o ano. Na área em estudo estes depósitos são mais representativos nos baixos cursos dos rios dos Frades e Caraíva.

As áreas de manguezais correspondem a terrenos baixos, sujeitos à ação fluvial e das marés, compostos por sedimentos argilo-siltosos, ricos em matéria orgânica. Ocorrem nas desembocaduras dos rios dos Frades, Caraíva e Corumbaú.

Modelado de Dissecação

O modelado de dissecação representa o resultado da ação intempérica das águas fluviais, pluviais e marinhas, sobre os sedimentos e rochas da área.

A dinâmica fluvial das bacias hidrográficas dos principais rios da região provocou o processo de entalhamento das superfícies dos tabuleiros desenvolvidos sobre os sedimentos Barreiras. Esta dissecação do tipo homogênea originou formas variadas como as vertentes lineares, os interflúvios tabulares e rebordos erosivos.

Avaliação da Morfodinâmica

A dinâmica do relevo da região da qual faz parte a APA de Caraíva-Trancoso pode ser analisada através de quatro classes de Vulnerabilidade à erosão: Áreas de Baixa Vulnerabilidade (Ab), Áreas de Moderada Vulnerabilidade (Am), Áreas de Alta Vulnerabilidade (Aa) e Áreas de Vulnerabilidade Crítica (Ac).

As áreas de Baixa Vulnerabilidade correspondem aos restos conservados dos Tabuleiros Costeiros, onde o principal processo geomorfológico é o escoamento superficial difuso. Nessas áreas as formações superficiais são espessas e permeáveis, facilitando a infiltração das águas pluviais, diminuindo a ação dos processos erosivos. Quando desprovidas da cobertura vegetal passam a ser mais susceptíveis à erosão.

As áreas de Moderada Vulnerabilidade predominam em toda a área e correspondem aos interflúvios tabulares de topos abaulados, com declividade em torno de 5°. Nessas áreas a cobertura vegetal tem papel importante nos efeitos do escoamento superficial das águas pluviais. Nos pontos onde a cobertura vegetal foi removida, há ocorrência do escoamento concentrado, tanto nos leitos como nas encostas, formando sulcos e provocando o movimento de massa. Este fato pode ser observado na estrada Trancoso-Caraíva e nas encostas dos vales dos rios Taípe, da Barra, dos Frades e Caraíva.

São consideradas como áreas de Alta Vulnerabilidade as planícies marinhas e fluviais. As faixas de praias, que correspondem às planícies marinhas, estão constantemente expostas à ação das ondas e das marés, tendo sua topografia modificada quase que diariamente, principalmente nos locais onde são mais estreitas. A faixa de praia nas proximidades de Caraíva e entre a praia da Barra do rio dos Frades até a ponta de Itaquena mostra-se mais larga e bem mais desenvolvida que no restante de toda a área, indicando uma ação marinha mais eficiente.

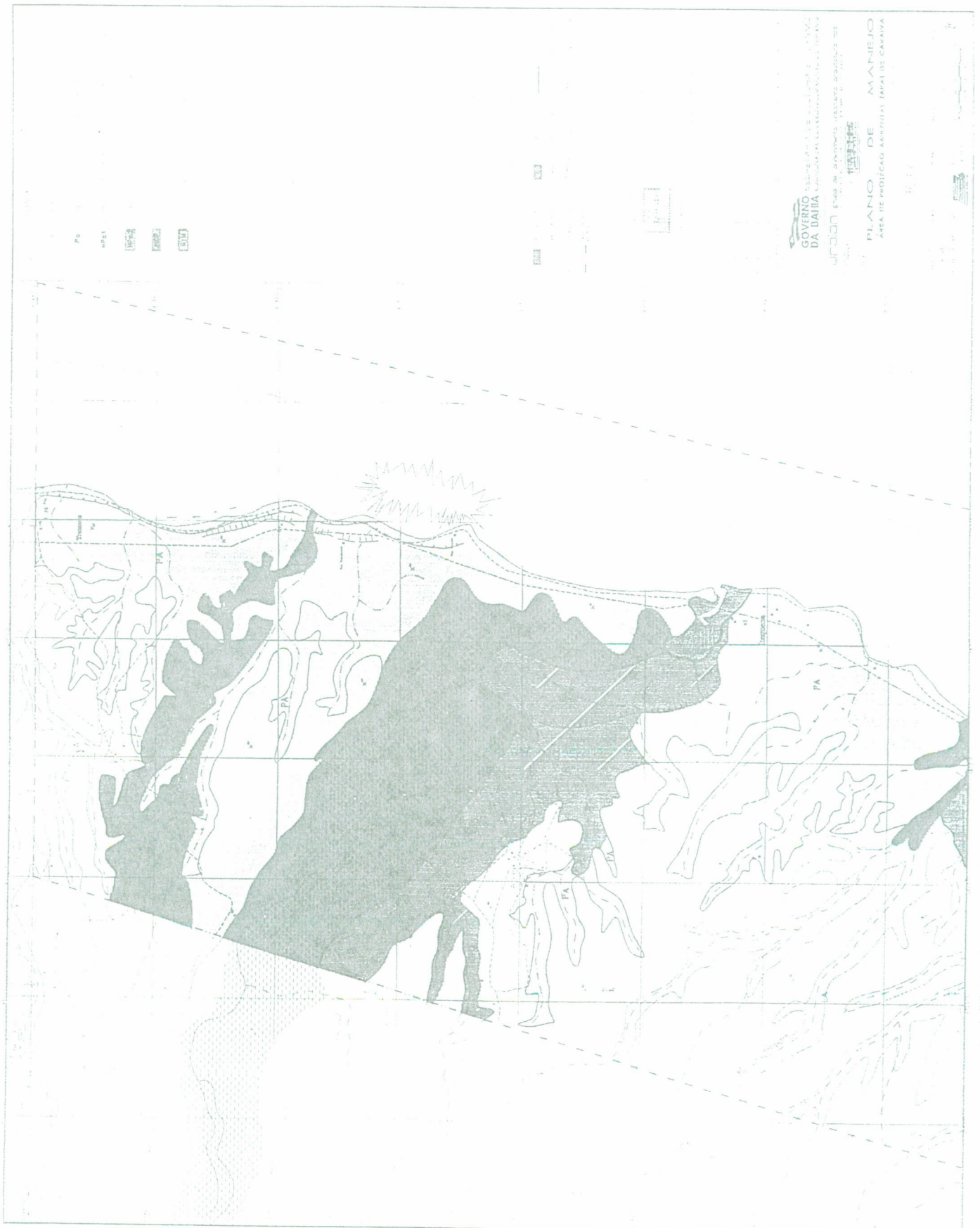
Nos terraços marinhos e nas restingas os processos erosivos são mais moderados, já que essas áreas não sofrem diretamente os processos de abrasão marinha. Entretanto, a ação antrópica, com a retirada da cobertura vegetal, é determinante no desencadeamento de erosão, em forma de sulcos e ravinas, provocando o assoreamento dos banhados com o material detrítico dos leques aluviais.

Nas planícies fluviais, a instabilidade é provocada pelo gradiente dos vales dos rios, que podem se tornar meandantes, formando largas várzeas, e até mudar o seu curso durante cada época de cheia. Nessas áreas, a ação antrópica se dá através da retirada da cobertura vegetal, provocando o escoamento concentrado das águas pluviais e o consequente assoreamento dos leitos dos rios.

As áreas de manguezais são considerados como Áreas de Vulnerabilidade Crítica, por constituírem terrenos lamosos de alta impermeabilidade, sujeitos à influência da ação fluvial e das marés.

Pedologia

Os solos da região estão intimamente relacionados com o material de origem, ao relevo e a drenagem. É uma das características mais marcantes dos solos desenvolvidos sobre esse tipo de material, sua coloração amarelada, com presença de horizontes coesos ou apresentando fragipãs ou duripãs, com baixa fertilidade química. A matéria orgânica existente é ácida, promovendo desarranjo estrutural das argilas e atuando na liberação e no transporte da sílica, que vai promover o aparecimento dos horizontes ou camadas endurecidas, conforme Ribeiro (1995) e Ribeiro (inédito). Tal comportamento é observado em praticamente todos os tipos de solo que foram desenvolvidos sobre o Gru-



po Barreiras, desde o norte do estado do Rio de Janeiro, passando pelo Espírito Santo, Bahia, Sergipe, indo até o Amazonas.

Dentre os solos que ocupam as maiores áreas encontram-se o Latossolo amarelo álico e distrófico, o Podzólico amarelo álico, o Podzol álico e o Glei pouco húmico, além das Areias quartzosas marinhas e dos Solos indiferenciados de mangue.

Latossolo amarelo álico

Os Latossolos amarelos são desenvolvidos sobre a alteração dos sedimentos que compõem o Grupo Barreiras, que é o material que subjaz a toda a área dos tabuleiros costeiros, composto por sedimentos detríticos, que em alguns locais são remanejados, formando, porém, solos com características bastante assemelhadas.

O Grupo Barreiras, até recentemente tratado como Formação, é, segundo Ghignone (1979), uma deposição em lençol, formada por cones aluviais coalescentes, numa época em que estava havendo o soerguimento do continente, o que teria contribuído para o caráter torrencial da sedimentação. Apresentam-se sob a forma de extensos tabuleiros sub-horizontais com suave declive em direção ao oceano, onde são abruptamente interrompidos, formando as falésias, bastante comuns na região.

Os Latossolos amarelos são solos minerais, não hidromórficos que apresentam horizonte B latossólico (Bw) superior aos 50 cm de espessura. São solos moderadamente a bem drenados, normalmente profundos, com seqüência de horizontes A - Bw - C.

O horizonte A é moderado, com pouca matéria orgânica, normalmente ácida, dominada pelos ácidos pouco polimerizados, que promovem a destruição das organizações mineralógicas, facilitando a lixiviação das bases e da sílica e o seu transporte para as camadas mais profundas.

O horizonte Bw apresenta-se bem desenvolvido, com textura variando entre areno-argilosa a argilosa.

São solos quimicamente pobres, com pouca matéria orgânica nos horizontes superficiais e acidez elevada, com concentração de alumínio trocável variando de média a alta, conferindo a esses solos a característica álica (mais de 50% do complexo de trocas ocupado pelo alumínio). Também ocorrem os Latossolos amarelos distróficos. Foto 01.

Mineralogicamente, estes solos são formados por caulinitas, conferindo uma característica de baixa atividade das argilas.

Na região, estes solos são razoavelmente pouco utilizados pela agricultura, com pequenas áreas cultivadas com mamão, principalmente, e pelas pastagens, que ocupam as áreas desmatadas para a retirada de madeiras, fato muito comum na região. O relevo plano que esses solos ocupam facilita a mecanização. Como possuem fertilidade química reduzida, para tornarem-se aptos à agricultura, necessitam de grandes quantidades de corretivos e fertilizantes, sem os quais não são possíveis colheitas compensadoras.

Podzólico amarelo álico

Os Podzólicos amarelos ocupam grande área da APA e estão associados com os Latossolos amarelos, sendo desenvolvidos sobre o mesmo material original: os sedimentos do Grupo Barreiras. A principal diferença está na posição do relevo que esses solos ocupam, sendo mais encontrados nas

pendentes ou nos terços médios e inferiores das vertentes, ou mesmo nas áreas centrais dos tabuleiros.

Geneticamente, sua evolução é decorrente de uma contínua perda de argilas dos horizontes superiores, principalmente nos locais onde a drenagem é abaciada, favorecendo o transporte dos elementos finos no sentido vertical, gerando um horizonte arenoso sobre um horizonte mais argiloso, rico em ferro e geralmente com aspecto de “telha”, que é o produto da migração do ferro, da sílica, das argilas dispersas e da própria matéria orgânica provindos da superfície.

São solos minerais não hidromórficos, álicos (com mais de 50% da soma das bases ocupada pelo alumínio), com horizonte A moderado a fraco. O horizonte Bt apresenta aspectos de cerosidade por entre os blocos subangulares bem desenvolvidos, as vezes com a presença de carapaças endurecidas. O horizonte C é composto de sedimentos pouco pedogenizados.

Quando esses solos ocupam áreas mais íngremes, são pouco utilizado para a agricultura, e quando o são, normalmente predominam as pastagens. Grande parte da área possui cobertura vegetal de mata secundária.

Podzol álico

São solos que ocupam as baixadas, com presença de lençol freático durante boa parte do ano. Este solo pode ser correlacionável ao Podzol hidromórfico, por conta da influência da hidromorfia durante o ano.

Possuem seqüência de horizontes A - E - Bhs ou Bhir. O horizonte A pode ser moderado ou proeminente; a textura é arenosa/média. O horizonte E apresenta-se com coloração esbranquiçada, com permeabilidade rápida, e o horizonte Bhs ou Bhir apresenta permeabilidade lenta.

Muitas áreas onde estes solos ocorrem, apresentam-se revolvidas, com retirada do horizonte superficial e exploração da areia lavada que constitui o horizonte alábico (E).

Glei pouco húmico álico e distrófico

São solos hidromórficos sem a presença de horizonte B textural que ocupam os terrenos baixos. São solos minerais que apresentam um horizonte A espesso sobre horizonte geralmente gleizado, ou seja, um horizonte onde a espessura seja maior que 15 cm e as cores sejam cinzento oliváceas esverdeadas, azuis ou de croma muito baixo.

Areias quartzosas marinhas

São depósitos de areias que ocupam a orla marítima e, por vezes, aparece em alguma intrusão provocada pelo avanço do mar em tempos pretéritos.

Solos indiferenciados de mangue

São solos que ocorrem nos estuários, associados com a vegetação típica do manguezal. Possuem grandes quantidades de sais e sua utilização é impraticável pela presença do tiomorfismo.

Hidrografia

O regime pluvial da bacia do Extremo Sul apresenta duas faixas: a do litoral e a do interior. A do litoral apresenta distribuição regular das chuvas e médias anuais, variando de 1.400 mm a 1.600 mm, e o interior, com média anuais de aproximadamente 600 mm a 800 mm.

Os cursos d'água da bacia do Extremo Sul apresentam regime perene por se encontrarem, na sua quase totalidade, na faixa costeira que possui um índice pluviométrico relevante, concentrado principalmente no outono, inverno e primavera.

O período de estiagem é pouco acentuado e os débitos máximos ocorrem em dezembro, sendo os mínimos em março.

A evapotranspiração é superior a 1.000 mm anuais e a deficiência hidráulica é relativamente baixa. O excedente hídrico varia em torno de 200 mm a 650 mm anuais.

Da periferia litorânea em direção ao interior, observa-se um período mais longo de estação seca, que vai de 8 a 10 meses de outono, inverno e primavera. Neste trecho, o excedente hídrico desaparece, elevando-se os valores de deficiência hídrica entre 200 mm e 600 mm anuais.

Os rios que cortam a área da APA de Caraíva/Coroa Vermelha são: Rio dos Frades e Rio Caraíva.

MEIO BIÓTICO

Os ecossistemas, como nós os conhecemos atualmente, são produtos de uma história evolutiva única e cuja estabilidade está garantida pelo equilíbrio entre seus diversos componentes. As alterações naturais que vêm sofrendo são sempre muito lentas, uma vez que mudanças bruscas em qualquer elo de seus sistemas podem conduzi-los ao colapso total.

NEIMAN, 1989

Flora

A Bahia, segundo estimativas da Fundação SOS Mata Atlântica, possuía cerca de 11.000.000ha de Mata Atlântica, em 1.500, o que representava aproximadamente 19% da superfície do estado. Em 1990, restavam apenas 6,6% da mata original, o que corresponde a 2,24% da superfície do estado (Bahia/Habtec, 1995).

O diagnóstico de uma flora permite fornecer uma descrição geral dos diversos ecossistemas situados em uma área determinada, através da caracterização da fisionomia e estrutura da cobertura vegetal. É extremamente importante, também, a análise das intervenções humanas realizadas nestes ambientes, estudando-se a velocidade da devastação, a utilização dos recursos naturais renováveis e seu impacto ambiental, principalmente nas regiões de alto valor cultural, histórico, econômico, ecológico e paisagístico, como a presente APA, o que é de fundamental importância para o desenvolvimento do turismo local.

Aspectos Gerais

Flora Original x Ação Antrópica

Do debate atual sobre a conservação das florestas tropicais, um dos pontos de consenso é a riqueza e a enorme diversidade de seu patrimônio genético. Estima-se que pelo menos 40% de todas as formas de vida da terra só ocorram nas florestas tropicais, que cobrem apenas 7% de sua superfície. Metade de toda essa riqueza tropical está na América Latina, contando com aproximadamente, 2 milhões de espécies, ou seja um quinto de todo patrimônio genético, estimado da Terra. “Apenas o território brasileiro contém uma entre dez espécies do planeta - cerca de 1 milhão de espécies (Felfili et alli., 1994).

A área original da Mata Atlântica é estimada em 1,1 milhão de km², o que corresponde a um terço da floresta amazônica brasileira ou à 12% do território do país. A região foi a primeira do Brasil a ser colonizada e aí estão localizados os maiores centros industriais e agrícolas, além de ser área mais densamente povoada do país. Como resultado de quase 500 anos de exploração, as florestas foram quase totalmente destruídas. Restam hoje menos de 5% da cobertura original, sendo que os remanescentes florestais são pequenos e muito fragmentados. A maioria dos fragmentos restantes é composta de vegetação secundária.(Ayres et alli, 1992)

Várias foram as causas ao longo dos anos que contribuíram para tal devastação. O primeiro fator decisivo do desflorestamento teve início em 1503, logo após a descoberta do Brasil, com o ciclo do pau-brasil, até então a única riqueza colonial comprovada, partindo as primeiras expedições para Cabo Frio. Por volta de 1525, já era intenso o comércio nas costas da Bahia, Espírito Santo, sendo Porto Seguro, normalmente seu ponto de partida (Brasil, 1981)

As expedições, voltadas para procura do ouro e de pedras preciosas, também tiveram uma participação marcante no desbravamento de novas terras e posterior ocupação. Partindo quase sempre de

Porto Seguro, sendo a primeira registrada em 1553, essas expedições atingiram os estados vizinhos, principalmente através dos rios Doce, Jequitinhonha e São Mateus (Brasil, 1981)

O Extremo Sul da Bahia permaneceu fracamente ocupado e com frágil integração ao estado até os anos 50. Nesta época inicia-se o ciclo recente da exploração madeireira, atividade que se tornou tradicional na região e que estabeleceu um processo de mudanças profundas, delineando-se a partir daí a sua feição atual. A exploração madeireira realizou-se sobretudo com a participação de estados vizinhos, reforçando as relações externas do extremo sul com o Sudeste do País e transformando o padrão litorâneo de ocupação da região, com o estabelecimento de núcleos interioranos pioneiros de desenvolvimento da atividade madeireira (CEI, 1992).

Segundo a Ceplac/Cepec, em 1976, cerca de 80% dessa vegetação original já havia sido descaracterizada. Esta destruição teve muitas vezes incentivo do próprio governo, com a instalação de serrarias na região de Itabela, sem obrigação nenhuma de recuperar as áreas exploradas com reflorestamento de árvores nativas.

O declínio da atividade extrativa madeireira, bem como a expansão da pecuária sobre as áreas desmatadas, foram fatores de transformação da estrutura fundiária da região, sendo agravada com a criação de núcleos urbanos a partir da BR-101, inaugurada em 1973, o que provocou nos anos 80 uma redivisão territorial nos municípios da região.

Nos anos 80 o turismo regional, que se estende por Santa Cruz de Cabrália, Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva, tornou esta região numa das mais importantes da Bahia para o desenvolvimento dessa atividade. "Assim, as antigas cidades litorâneas, passam a receber fluxos turísticos, provocando o desenvolvimento de atividades urbanas ligadas ao turismo" (CEI, 1992).

Em 1991, a expansão do complexo agro-industrial da fabricação de papel e celulose, leva a região a abrigar um vetor de transformação da estrutura industrial do Estado, integrando-se à dinâmica da economia baiana nos anos 90.

Ao longo desses anos, a ação antrópica reduziu bastante a área antes ocupada por maciços de Mata Atlântica, onde os remanescentes de maior expressão se concentram atualmente em Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Estações Ecológicas existentes em Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Una, criadas com o objetivo de preservar o pouco que resta da floresta primária, a qual mesmo protegida pela legislação vigente e sob a fiscalização do poder público, vem sendo alvo de ação predatória, com a retirada de espécies consideradas nobres.

Ecosistemas: Diversidade x Fragilidade

O centro da discussão em torno da crise ambiental é ocupado pelo confronto entre a **complexidade** de um ecossistema e a sua **fragilidade**, que guardam em si pontos vulneráveis, capazes de gerar desequilíbrios na funcionalidade de todo um sistema natural.

Num ecossistema, os componentes estão interligados em redes por vários mensageiros físicos e químicos e as numerosas ligações de energia e de informação química pelos chamados "fios invisíveis da natureza" (Odum, 1986). Nesse raciocínio, uma "pequena" alteração feita num determinado ambiente, pode representar efeitos de grande alcance quando se trata da linguagem de ecossistema. Uma das demonstrações mais claras desse fenômeno é o que acontece na relação flora/fauna, quando por exemplo, a alteração de uma fauna compromete direta e indiretamente a flora, ou vice versa.

Nesse sentido, na medida em que o homem, pensando conhecer com um perfeito grau de exatidão até onde sua interferência é responsável pelos danos irreversíveis causados ao meio natural, vem

provocando desordens de níveis variados ao solo, à conformação do relevo, aos recursos hídricos, enfim, vem comprometendo a qualidade de vida.

Embora boas condições de vida e conservação dos recursos biológicos não sejam incompatíveis, os problemas sociais e econômicos enfrentados por países detentores de alta biodiversidade, entre eles o Brasil, fazem com que a luta pela sobrevivência dificulte a priorização de questões relacionadas ao meio ambiente.

A Área de Proteção Ambiental de Caraíva/Trancoso utiliza como premissa a exploração da beleza cênica inerente à região do Extremo Sul da Bahia, através do turismo e atividades correlatas e, simultaneamente, promover a conservação da área. É notório o sério risco que essas áreas podem sofrer tornando-se mais frágeis do que estão, caso se dê maior prioridade a uma atividade em detrimento da outra.

Ainda sobre a relação do homem com a natureza, Odum (1986) relata: “Por causa da evolução do sistema nervoso central, o *Homo sapiens*, pouco a pouco, tornou-se o organismo mais poderoso, pelo menos em relação à capacidade de modificar a operação de ecossistemas. A nossa maneira de pensar, até agora, envolveu principalmente uma retroalimentação positiva que promove a expansão do poder, da tecnologia e de exploração de recursos”.

Dos 1,4 milhão de organismos do planeta já descritos, mais de 10% vivem em território brasileiro, percentual que deverá crescer com a progressiva identificação de novas espécies. Esse importante acervo de recursos genéticos constitui-se em um patrimônio único no mundo (Ayres et alli, 1992).

A Mata Atlântica é um ambiente natural dos mais importantes do mundo, devido a representatividade de espécies animais e vegetais que nele convivem. A Floresta Ombrófila Densa, originalmente presente em toda a área da APA, da mesma forma que sofreu uma nítida redução no grau de diversidade, teve a sua fragilidade aumentada por conta da nova conformação que passou a ter. Entretanto, a importância da Mata Atlântica, não se restringe a sua grande diversidade. Os principais ecossistemas litorâneos brasileiros, como as restingas e os manguezais, dependem de sua preservação. A maioria dos rios, por exemplo, que formam o sistema de irrigação dos manguezais nasce nas serras cobertas por essa floresta, que protege as nascentes dos rios que deságuam no mar, impedindo assim, que as chuvas provoquem a erosão do solo, e o conseqüente assoreamento dos estuários.

De um modo geral, a extinção de espécies e ambientes vem caminhando a passos muito largos, antes mesmo que a ciência possa estudá-los. Toda diversidade de ambientes e riqueza biológica da Mata Atlântica, com seu potencial econômico, vem se esgotando, restando apenas os trechos preservados em Unidades de Conservação, “ainda assim, as referidas unidades não estão protegidas da ação predatória de especuladores, pois, a simples delimitação das mesmas, por si só, não resolve a questão, sendo necessária uma ação fiscalizadora mais eficiente, o que não ocorre em razão da desestruturação dos órgãos responsáveis por esta tarefa” (CEI, 1994).

É possível que uma eficaz política de preservação da Mata Atlântica só venha a acontecer quando esta idéia estiver na consciência e nos atos de cada um. É certo que o problema da consciência tem várias vertentes e uma delas é o conhecimento **do que** está se preservando e **para quê**. É importante, por exemplo, o indivíduo, leigo ou não, refletir sobre o que representa garantir a integridade de um ambiente no qual uma espécie vegetal demora muitos anos na tentativa de retomar o seu equilíbrio. Isto nos reporta à **citação de Valiela, 1971 in Odum, E.P. 1986, que se refere à sucessão como um processo em que o sistema acumula diversidade e especialização, até que o nível de imprevisibilidade ambiental torne contraprodutivo um aumento adicional na organização**. Em outras palavras, a capacidade de regeneração e reestruturação de um ambiente natural tem limites.

Formação Florestal

Floresta Ombrófila Densa

A Formação de Mata Atlântica, de acordo com suas principais características recebe, no Sul da Bahia, diferentes denominações, dentre essas, destacam-se Driades (Martius, 1851); Floresta Pluvial (Schimper, 1903); Floresta Pluvial Tropical Perenifólia Sul-Baiana (Velooso 1965); Floresta Estacional Perenifólia Costeira (Andrade-Lima, 1966); Floresta Litorânea (Foury, 1968); Mata Pluvial Costeira (Hueck, 1974); Floresta Ombrófila Densa (Mueller-Dombois & ElleMBERG, 1974); Mata Higrófila Sul-Baiana (Gouveia, 1976; Mori, 1983); Floresta Perenifólia Latifoliada Higrófila Costeira (Kuhlmann, 1977); Floresta Atlântica e Floresta dos Tabuleiros (Rizzini, 1979); e Floresta Pluvial Tropical Atlântica (Joly et alii, s.d.).

A Floresta Ombrófila Densa é constituída por fanerófitas ombrófilas sem resistência à seca, geralmente apresentando as gemas foliares desprotegidas. Sua folhagem é sempre verde, podendo apresentar no dossel superior árvores sem folhas durante alguns dias. O estrato superior apresenta árvores com alturas que variam entre 20 e 30 metros, chegando algumas a alcançar em torno de 40 metros (Brasil, 1981).

A vegetação primária é aquela de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies. Por outro lado, a vegetação secundária ou em regeneração é aquela resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária, por ações antrópicas ou causas naturais, podendo ocorrer árvores remanescentes da vegetação primária.

O Conama, através da Resolução 05/94 promoveu algumas alterações nas nomenclaturas dos ambientes que sofreram ação antrópica. Assim, uma vegetação secundária, que antes era denominada de capoeira, de uma forma genérica, passou a ser classificada em três estágios de regeneração: inicial, médio e avançado.

Na época do descobrimento do Brasil, a formação de Mata Atlântica estendia-se do cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, até as serras de Herval e Tapes, no Rio Grande do Sul, ocupando uma área total de 350.000 km². No sul do Estado da Bahia, fundia-se com a hiléia baiana, mais exuberante e com muitas espécies aparentadas às da Amazônia. (NEIMAN, 1989)

Atualmente encontra-se completamente modificada pela intervenção humana, possuindo apenas um pequeno número de agrupamentos naturais remanescentes pouco alterados. A sua degradação iniciou-se com a colonização do País, pois a floresta era o atrativo principal, não só como indicadora de solos agricultáveis como também pelas suas numerosas madeiras valiosas (BRASIL, 1981).

Na Bahia, calcula-se que a Mata Atlântica cobria em 1976, uma área de 33.435 km², ou seja, 17,5% da área original. Desde então a depredação passou a ser um processo contínuo e rápido devido à implantação, pelo Governo Estadual, de um pólo madeireiro no Extremo Sul do Estado que atraiu exploradores de outros estados onde estes recursos naturais já estavam esgotados, tendo sido todo este processo facilitado pela abertura da BR-101.

Conforme descrito anteriormente, a vegetação primária é aquela de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies. Cerca de 95% da totalidade dessa mata, foi totalmente dizimada pela ação humana, restando alguns trechos remanescentes, que ainda se encontram protegidos dos madeireiros por ocuparem áreas de topografia acidentada.

Em verdade, conforme citado em Jaakko Pöyry, 1994 a expressão mata primária deve ser sempre empregada com cautela, vez que os processos de colonização de civilizações indígenas e outras intervenções antrópicas podem ter usado estas formações, e as mesmas presentemente podem estar em estágio de evolução sendo, portanto, matas secundárias.

A vegetação secundária surge após a intervenção antropogênica nos processos da dinâmica florestal. A maior parte da vegetação das zonas tropicais do mundo é constituída por vegetação secundária, devido ao intenso ritmo de devastação das áreas primárias. Este ritmo não é acompanhado pelos estudos realizados sobre estas áreas, por isso existem poucas informações sobre os mecanismos de sucessão florestal tropicais úmidas (Gomel-Pompa & Wiechers, 1976). Após a derrubada ou queimada da cobertura florestal original, algumas formações florestais podem surgir a depender do tipo de tratamento dado pelo homem (Jaakko Pöyry, 1994)

O estágio avançado de regeneração apresenta fisionomia arbórea dominante sobre os demais estratos, formando um dossel fechado, relativamente uniforme no porte, podendo apresentar árvores emergentes, com diferentes graus de intensidade e copas horizontalmente amplas. A altura média das árvores nas florestas ombrófila densa é superior a 12 m e as epífitas se encontram em grande número de espécies e abundância, além da presença de trepadeiras lenhosas. Existem três estratos bem definidos (herbáceo, arbustivo e arbóreo) e um sub-bosque normalmente menos expressivo do que no estágio médio. O estágio de regeneração avançado apresenta composição florística semelhante à mata primária.

O estágio médio de regeneração é o estágio sucessional onde a vegetação arbórea e/ou arbustiva predomina sobre o estrato herbáceo, podendo constituir estratos de diferentes alturas. A cobertura vegetal arbórea varia de aberta a fechada, com ocorrência eventual de indivíduos emergentes. O DAP médio nesse estágio pode chegar a 18 cm para as espécies arbóreas. As epífitas aparecem com maior número de indivíduos que no estágio inicial de regeneração e as trepadeiras, quando presentes são lenhosas. A vegetação secundária em estágio médio de regeneração pode ser confundida com os estágios que a limitam, por apresentar características intermediárias entre um e outro.

O estágio inicial de regeneração é o estágio sucessional caracterizado pelo domínio do estrato herbáceo-arbustivo de porte baixo, com altura inferior a 5 m para as Florestas Ombrófilas Densas e altura média inferior a 3m para as demais formações florestais, com cobertura vegetal variando de fechada a aberta. As espécies lenhosas apresentam um DAP inferior a 8cm e as epífitas são representadas principalmente por líquens, briófitas e pteridófitas, com baixa diversidade.

Ainda no domínio da Mata Atlântica, na região do Extremo Sul da Bahia, encontram-se áreas denominadas regionalmente de mussununga, cuja vegetação difere da Floresta Ombrófila Densa, por apresentar exclusivamente porte herbáceo-arbustivo, de baixa densidade, composta de diversas famílias das regiões de restinga e campo rupestre. Estas áreas apresentam solo tipo podzol, arenoso e portanto sem horizonte A, além de substrato impermeabilizante, em alguns casos ferrosos, bem próximo à superfície.

Em situação de alta pluviosidade, devido a este substrato por estar próximo à superfície, até mesmo um alagadiço pode ser formado neste tipo de solo. Embora apresentem, litologicamente, semelhança com áreas de restinga, as mussunungas apresentam um solo tipo podzol ou arenoso, oriundos de intemperismo local e datados do terciário, enquanto que as restingas possuem um solo tipo podzólico, resultante das transgressões marinhas do quaternário (Jaakko Pöyry, 1994).

Formações Edáficas

Restinga

Em consequência das transgressões e regressões marinhas - movimentos de avanço e recuo das águas do mar com relação ao continente, as formações edáficas tomaram a forma de uma sucessão de cordões litorâneos arenosos. Esses depósitos arenosos são em geral cobertos por comunidades vegetais características e também muito diversas, como campos ralos de gramíneas, matas fechadas de até 12m de altura ou brejos com vegetação aquática. A esse conjunto de formações geomorfológicas e às diferentes comunidades biológicas que as ocupam dá-se o nome genérico de restingas (Araújo, 1987).

A restinga compreende uma vegetação arbustivo-arbórea característica das costas meridional e norte do Brasil. No sentido fitogeográfico, botânico e ecológico designa-se como restinga, todas as formações vegetais que ocorrem sobre as planícies quaternárias litorâneas, incluindo ou não, as situações encontradas nas zonas de praia, ante-duna e dunas frontais. Representa uma formação edáfica designada, na sua forma arbórea, de Floresta Estacional Latifoliada Subcaducifolia Tropical Escle-rófila Litorânea, apresentando também as fisionomias arbustiva e herbácea. As diferentes espécies que compõe esse ambiente vão se sucedendo à medida que se caminha do mar para o interior.

Observa-se que à medida que os solos vão adquirindo uma cobertura arenosa, a Floresta Ombrófila Densa vai perdendo suas características, com as árvores passando a ter um aspecto xeromórfico, até atingir os solos arenosos, definindo a Formação de Restinga Arbórea.

O ecossistema de restinga encontra-se constantemente sob influência marinha, recobrimdo solos extremamente arenosos, com baixa retenção de água, carência de macro e micronutrientes e acentuado teor de cloreto de sódio no substrato, trazidos pelos aerossóis marinhos, tendo sua cobertura vegetal que desenvolver mecanismos de obtenção de água e nutrientes retirados da maresia presente na atmosfera. As raízes das espécies existentes nesse ecossistema são praticamente desprovidas de pelos absorventes, sendo a absorção dos sais minerais feita por um sistema de micorrizas. Sua cobertura vegetal também sofre influência de forte insolação e ação dos ventos.

A comunidade vegetal da restinga exibe um aspecto verdejante com folhas coriáceas, árvores de pequeno DAP e altura, geralmente esparsas e de fustes tortuosos com a presença de epífitas e algumas trepadeiras. Árvores emergentes são raras e o substrato constitui camada densa e mais ou menos homogênea.

Brejo

A formação de restingas paralelas à linha da costa dá origem muitas vezes a sistemas de cordões intercalados por depressões, que podem ser ocupadas por longas e estreitas lagoas ou por extensos brejos. A formação dessas extensas áreas alagadas, que em anos muitos chuvosos podem ter até 60cm de profundidade, se deve ao afloramento do lençol freático. Essas áreas têm o solo coberto por espessa camada de matéria orgânica, de até 30 centímetros de profundidade, formando verdadeiras turfeiras (Araújo, 1987).

Os brejos são ambientes permanentemente alagados durante pelo menos uma parte do ciclo anual, com solos saturados de água, recebendo também as denominações de Campo Úmido e Floresta Paludosa Continental, encontrados do extremo norte do país ao extremo sul da costa gaúcha.

Localizam-se geralmente nas baixadas, ao longo dos rios, e apresentam uma vegetação adaptada a esse ambiente. Tais ecossistemas lentamente evoluem para mata mediante aterramento gradual e colonização por espécies silvestres, que se vão substituindo uma às outras até a fase de estabilidade.

No Extremo Sul, os brejos destacam-se, principalmente, no baixo curso dos rios Jucuruçu, Jequintinhonha, Caraíva, Mucuri, Prado e Buranhém. Ao longo de alguns desses rios as faixas embrejadas atingem média de 2km de largura (CEI, 1994).

Segundo Jordy Filho (1987), Gouvea (1976), Joly (1970) os campos alagados são formados por ervas, ciperáceas e gramíneas, em que se sobressai a tiririca (*Hypolytrum* sp.). Sua composição florística varia de acordo com um maior e menor variação do lençol freático. Nos brejos, onde o volume de água é maior, a taboa (*Typha dominguensis*) é a espécie mais freqüente (Bahia, Prodetur, 1994).

Várzea

A várzea corresponde a uma planície periodicamente alagada, que recebe também a denominação de Floresta Higrófila Ribeirinha. Acompanha os cursos dos rios, estando sujeita a variações de níveis de água, o que influencia o grau de fertilidade dos solos, devido a deposição cíclica de matéria orgânica. A comunidade de vegetal presente nestas áreas alagadas apresenta fisionomias e composição florística diversificadas.

Manguezal

Localizados ao longo dos estuários, os manguezais representam comunidades vegetais adaptadas a condicionantes climáticos atuantes nas zonas costeiras, estando geograficamente distribuídos entre latitudes intertropicais. Sua ocorrência está intimamente ligada aos solos lodosos, oriundos da deposição de sedimentos finos nos fundos de baías e nos estuários, sujeitos à influência das águas salobras.

Situam-se na faixa intermediária entre a terra firme e o mar, ocupando regiões que são inundadas na maré cheia e emergem na maré baixa, quebrando a força da arrebentação e dos ventos. Criam, assim, um ambiente de águas tranquilas, propício à desova e à reprodução de muitas espécies de peixes de alto mar.

Os mangues são também uma espécie de filtro através do qual, nutrientes carregados pelos rios, marés e chuvas são distribuídos sobre o solo e incorporados aos sedimentos ou absorvidos pelo metabolismo vegetal.

Apesar de se constituir numa formação vegetal do tipo edáfico, uma vez que sua ocorrência está condicionada a um determinado tipo de solo, sendo exclusiva de ambientes salobros e ocorrendo ao longo dos rios que sofrem constante influência das marés, Tansley & Chipp (1926) baseados em critérios estruturais e ambientais, incluíram o manguezal na Formação Florestal Densa. Burt-Davy (1938) também o considera como Formação Florestal - Floresta Aberta dos Mangues - e Rizzini (1963), como Floresta Paludosa Marítima. Posteriormente, Ellenberg & Muller-Dombois (1965/6) propuseram à Unesco um novo sistema de classificação fisionômico-ecológico em que o mangue é classificado como Floresta Densa Sempre Verde Ombrófila. Segundo Andrade Lima (1966) *in* Radam Brasil, 1981 esse ecossistema recebe também a denominação de Floresta Perenifólia Latifolia da Paludosa Marítima.

Os ambientes estuarinos são de grande importância biológica por se constituírem nos principais fornecedores de nutrientes para a comunidade marinha costeira, favorecendo uma intensa atividade pesqueira na área da plataforma continental. Muitas espécies de animais marinhos deslocam-se para os manguezais na época reprodutiva, colocando ovos que, ao eclodirem, produzem larvas e filhotes que passam aí toda sua fase juvenil. Por causa dessa característica os manguezais são comumente chamados de “berçários do Atlântico” (Neiman, 1989).

As espécies vegetais do manguezal apresentam um aspecto bastante homogêneo tanto do ponto de vista fisionômico quanto da sua composição florística, tendo um restrito número de espécies que formam associações muito densas. Estruturalmente, pode apresentar-se de forma arbustiva ou arbórea, com árvores que chegam até 15 m de altura. Possuem adaptações que permitem a sua sobrevivência nesses ambientes incluindo viviparidade, raízes escoras e raízes aéreas especiais (pneumatóforos) que se projetam para cima da superfície da água, além de outras adaptações fisiológicas.

Associados aos manguezais surgem os banhados salobros, localizados à retaguarda dos manguezais, mais afastados da costa. São representados por uma vegetação típica formada por gramíneas (*Spartina* sp., *Paspalum* sp.), ciperáceas (*Juncus* sp., *Cladium* sp., *Cyperus* sp.), aningas (*Montrichardia* sp.), samambaias (*Acrostichum* sp.) dentre outras.

Devido ao fato de serem ambientes peculiares, de aparência incomum, o manguezal é ainda visto de forma preconceituosa e freqüentemente são associados a ambientes pútridos, insalubres, improdutivos e nocivos à saúde. Por essa errônea concepção, os manguezais vêm sofrendo contínua agressão de vários setores que visam modificar a sua fisionomia, numa tentativa de os igualar aos demais ambientes, por meio de drenagens e aterros para posterior ocupação, além de sofrerem exploração madeireira, pesqueira e especulação imobiliária. São também alvo de despejos diversos. Apesar de todas as interferências humanas esse ambientes se constituem em símbolo de resistência, pela sua condição ímpar de elevada recirculação biológica.

Em vista das diversas interferências que vem sofrendo, em toda a zona costeira, a preservação dos manguezais exige a conscientização da sociedade quanto a sua importância biológica para a economia pesqueira, sobretudo considerando-se que representam uma grande fonte de alimentos para a população litorânea.

Ecossistemas da APA de Caraíva - Trancoso

A área da APA possui como principais unidades fisiográficas, uma extensa faixa litorânea debruçada sobre o Atlântico composta por planícies costeiras (planície fluvio-marinha com manguezal e áreas estuarinas, e planície aluvial com várzea e brejos), cordões arenosos formando a restinga, as encostas das falésias e zonas de relevo tabuliforme com a vegetação de Floresta Ombrófila Densa em diferentes estágios de regeneração.

O contato com o oceano, a existência de inúmeros corpos d'água formados em função da grande pluviosidade e principalmente os fatores ambientais gerados pelas condições geomorfológicas, topográficas e pedológicas, originam uma diversidade de associações vegetais de grande valor, tanto do ponto de vista ecológico como econômico e científico (Bahia/Prodetur, 1994). Todos esses ambientes integram o denominado *Ecossistemas Associados de Mata Atlântica*.

Para efeito de apresentação, a fitofisionomia da área foi segmentada em: Formações Florestais, correspondente aos estágios sucessionais da Mata Atlântica, e Formações Edáficas, onde o solo se constitui num fator decisivo na caracterização da vegetação. Têm-se, na área, como exemplo dessas formações, os seguintes ambientes: brejos, mangues, restingas e campos de várzea.

Formação Florestal

A classificação da fitofisionomia da área da APA de Caraíva/Trancoso, obedeceu ao Decreto nº750 de 10 de Fevereiro de 1993 e às Resoluções nº10 e nº5 do Conama-Conselho Nacional do Meio Ambiente, de 1º de outubro de 1993 e 4 de maio de 1994, respectivamente, que tratam sobre os diferentes estágios sucessionais da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, tendo como base

o Projeto RadamBrasil. Segundo a Resolução nº 05/93, a vegetação de Mata Atlântica é classificada em primária ou secundária, esta última podendo apresentar-se em diferentes estágios de desenvolvimento, os quais, estão diretamente relacionadas com o grau de intervenção antrópica.

Na área da APA de Caraíva/Trancoso, sobre a Formação Barreiras, ocorrem remanescentes florestais de Floresta Ombrófila Densa ocupando o planalto costeiro, estes apresentando solos profundos e baixa fertilidade, sendo conhecidos regionalmente como solos de tabuleiro, cuja fisionomia se assemelha à da região amazônica.

A denominação de Floresta dos Tabuleiros, se deve ao fato dessa formação florestal ocupar áreas planas e elevadas em relação ao nível do mar, localizada entre a planície costeira e as encostas montanhosas da região anterior, contendo a Mata Atlântica representada por “fácies” edáfico associado aos solos das unidades Colônia e Podzol (Bahia/Prodetur, 1994).

A vegetação primária é definida como aquela de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais de estrutura e de espécies. Não há na área da APA trechos intocados de Mata Atlântica, mas sim trechos de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração.

O estágio médio de regeneração está presente na APA, em trechos descontínuos, ocupando áreas próximas aos diversos ecossistemas existentes. As espécies vegetais que ocorrem nesses trechos têm importância madeireira, alimentícia, medicinal, ornamental e artesanal, sendo representada por árvores de grande porte como o Jequitibá rosa (*Cariniana estrellensis*), o Jequitibá branco (*Cariniana legalis*), o Gonçalves Alves (*Astronium macrocalix*), a Peroba rosa (*Aspidosperma polineuron*), o Jacarandá da baía (*Dalbergia nigra*) e Juerana (*Parkia pendula*), presentes na área segundo observações de campo da equipe que realizou o EIA/RIMA da Rodovia Caraíva/Porto Seguro (Bahia, Prodetur, 1994).

O estágio inicial de regeneração é representado por indivíduos como tiririca (*Scleria* sp.), erva-de-rato (*Pshychotria* sp.) (*Palicourea* sp.), bananeirinha, paquevira (*Heliconia* sp.), piaçava, indaiá (*Atallea* sp.); sapé (*Imperata brasiliensis*); assa-peixe (*Vernonia* sp.), feto ou samambaia (*Pteridium aquilinum*), entre outros.

Existe na APA, áreas representativas da floresta de mussununga, denominação regional do domínio da Mata Atlântica, cujas espécies características encontradas na área são : o aderno (*Astronium* sp.), o angico (*Piptadenia* sp.), o sapé (*Imperata brasiliensis*), o feto (*Pteridium aquilinum*), além da presença de espécies da família das mirtáceas, sendo os gêneros *Eugenia* e *Myrcia* especialmente bem representados.

Formações Edáficas

Restinga

As praias e as restingas de Canavieiras e Belmonte, regiões situadas nas proximidades da área estudada, formam uma faixa bastante ampla na direção norte-sul, com largura variável de 3 a 9Km, formados por uma sucessão de elevações e depressões alongadas que guardam um certo paralelismo com a linha da costa, sendo raras as dunas propriamente ditas, e as existentes, de proporções reduzidas, enquanto que são comuns as lagoas e alagadiços (Gouvêa et Leão, 1975 in Bahia, Prodetur, 1994). Formações deste tipo são encontradas em alguns locais da APA de Caraíva-Trancoso, onde houve um recuo do mar em relação às falésias limitantes da zona dos tabuleiros, formando os cordões litorâneos. Assemelham-se muito com a restinga desenvolvida sobre os cordões litorâneos da planície da praia de Guaibim, no município de Valença onde nas elevações desenvolve-se uma for-

mação florestal enquanto que nas depressões, geralmente periodicamente inundáveis, desenvolve-se uma vegetação sub-arbustiva e herbácea constituída por espécies perenes e anuais

A ocorrência do ecossistema de restinga dentro da área da APA varia de acordo com a largura da planície costeira e outros condicionantes, sendo mais marcante sua presença em Caraíva e na faixa que vai da foz do rio dos Frades até a ponta de Itaquena. O trecho compreendido entre a foz do rio Trancoso e o rio dos Frades apresenta um maior grau de preservação da restinga, com a ocorrência de espécies típicas como o cajueiro (*Anacardium occidentale*), a mangaba (*Hancornia speciosa*), a pitanga (*Eugenia uniflora*), a piaçava (*Attalea funifera*), entre outras.

A restinga de praia ocorre em todo trecho litorâneo da APA, com exceção daqueles onde existem manguezais ou falésias ativas. Os principais impactos que vêm afetando a vegetação de restinga são os loteamentos com disposição de ruas e lotes sem atentar para a configuração do ambiente; a retirada de plantas ornamentais; as fazendas de coqueirais; áreas de pastagens, as barracas de praia e a disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos.

Brejo

Os campos alagados e brejos aparecem na APA de Caraíva-Trancoso, em áreas sujeitas à inundação, ocupando grande extensão das planícies dos rios Caraíva e dos Frades. No passado, deveriam bordejar as matas aluviais, muitas vezes pelos dois lados (Habtec, 1995).

A composição florística das áreas alagadas varia de acordo com a maior e menor variação do nível do lençol freático. Os brejos diferem dos campos alagados tanto por possuírem maior volume de água, quanto pela espécie vegetal típica. Enquanto nos primeiros há maior frequência de taboa (*Typha domingensis*), nos segundos, destacam-se determinados gêneros de ciperáceas (*Hypolytrum* e *Cyperus*).

Várzea

Na área da APA as espécies representativas desse ambiente são: landirana (*Calophyllum brasiliensis*), baronesa (*Eichornia crassipes*), golfo aquático (*Nymphaea* spp.), ingá (*Inga* sp.), aninga (*Montrichardia linifera*), uma grande densidade de ciperáceas (*Cyperus* spp.), dentre outras espécies.

O rio dos Frades, nos seus últimos 20 km antes chegar à foz, forma extensas planícies aluviais, dando origem a grandes áreas de várzea, que algumas vezes se confundem com os brejos ali presentes. Já na margem sul do rio Caraíva, há formação de extensas áreas de várzea (6 km), que são de grande importância para a comunidade ali presente, devido a boa fertilidade do solo, advinda da deposição cíclica de matéria orgânica. Estas áreas alagadas devem ser protegidas, evitando-se qualquer atividade ou mesmo processos de colonização que possam vir a ocorrer na área.

Manguezal

As desembocaduras de diversos rios da APA de Caraíva-Trancoso, submetidas aos efeitos de marés, possuem manguezais que, embora apresentem semelhanças com relação às espécies que os compõem, diferem quanto à densidade e altura de suas árvores. Os mais expressivos são encontrados na foz dos rios Caraíva e Corumbáú, ocorrendo ainda, em menor extensão, na foz do rio Trancoso (Prodetur, 1994).

Dentre as espécies que compõem esse ambiente dentro da área da APA temos o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), ocupando áreas com maior grau de salinidade, portanto mais próxima da costa; o mangue siriúba (*Avicenia germinalis*, *A. shaueriana*), o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue de botão (*Conocarpus erectus*), ocupando os substratos mais estáveis. Com a diminuição da concentração de sal, começam a surgir *Dalbergia ecatophyllum*, *Acrostichum aureum*, *Hibiscus pernambucensis*, *Fimbristylis spadicea* e *Hypolytrum schradlerianum*, entre outros.

Importância Econômica

Estimativas indicam que há no mundo, entre 500 mil a 700 mil espécies vegetais, sendo que 90% dos alimentos e 25% dos medicamentos encontrados no mercado são provenientes desse reino. Entretanto das 10 mil a 80 mil espécies de plantas comestíveis estimadas, só 150 são cultivadas comercialmente e mesmo assim nem todas em escala mundial. Apenas 10 mil foram analisadas quanto ao seu potencial como fonte de óleo, fibras, gomas, etc. As angiospermas são as mais abundantes e importantes do ponto de vista econômico. (ZANCAN, 1993). Estes dados estatísticos demonstram a importância econômica das espécies vegetais, fator de contribuição para a elaboração de planos de manejo sustentável para os ecossistemas brasileiros.

O vasto e rico potencial madeireiro da Floresta Ombrófila Densa foi fator que garantiu a sua destruição ao longo da costa brasileira, restando apenas trechos remanescentes aonde a mão humana ainda não se fez presente. A costa de Caraíva/Trancoso, apesar da ação antrópica, ainda guarda poucos exemplares de espécies raras e endêmicas de alto valor econômico e ecológico. O potencial econômico de muitas espécies vegetais ainda é desconhecido por muitos no meio científico e/ou popular, pois têm, além do potencial madeireiro e alimentício, outros como: uso medicinal, ornamental, têxtil, oleífero, artesanal, etc. Dentre as espécies de potencial econômico, ainda com representantes na região, citamos a seguir alguns exemplos como:

AMESCLA $\Rightarrow$ *Protium heptaphyllum*, seu tronco é aproveitado para carpintaria, marcenaria e obras de construção civil, além de possuir uma resina de uso medicinal.

ARRUDA VERMELHA $\Rightarrow$ *Swartzia euxylophora* Rizz. & Matt. árvore que alcança até 30m de altura, muito conhecida no Sul da Bahia; com madeira vermelha, lisa, dura, pesada, resistente a agentes destrutivos, muito utilizada pelos índios em Porto Seguro para confecção de artefatos domésticos que, pela sua condição de não interferir no gosto dos alimentos tem a sua preferência.

BARONESA $\Rightarrow$ *Eichornia crassipes* (Mart.) Solms-Laub., planta aquática, flutuante encontrada em áreas alagadas. Segundo PINTO et al, 1993, pode ser utilizada na obtenção de concentrado protéico para ração animal, como suplemento alimentar. Suas propriedades de bioindicadora de poluição das águas com efluentes de esgotos domésticos e sua resistência à essas condições, também é fator de relevância dessa espécie.

CARNE DE VACA $\Rightarrow$ *Roupala* sp., as árvores desse gênero apesar de pequenas, 30 x 90 cm, merecem citação pela qualidade da madeira que sobre um fundo róseo-violáceo até castanho-arroxeadado, apresenta inúmeras manchas pálidas, produzindo um belo efeito e lembrando o Carvalho. Sua madeira é pesada, dura e com durabilidade apreciável. Usada na confecção de mobiliários, caixas para rádios e objetos decorativos.

CEDRO $\Rightarrow$ Três espécies do gênero *Cedrela*, pertencentes à família Meliaceae, possuem madeira que varia do bege-rosado-escuro ao pardo-avermelhado-claro ou escuro; é além disso uniforme, lustrosa, lisa, aromática, macia ao corte e muito durável.

EMBAÚBA $\Rightarrow$ *Cecropia* sp. espécie com tronco articulado em nós e entrenós muito comum em áreas antropizadas. Seu fruto serve de alimento à Preguiça (*Bradipus*) e vivem associadas à formigas que constroem seu ninho no interior do caule, na parede dos entrenós. Desta forma parece conseguir proteção contra o ataque de alguns animais herbívoros.

IPÊ $\Rightarrow$ *Tabebuia* sp., gênero com cerca de 60 espécies, conhecida também como Pau-D'arco da Amazônia à Bahia. Sua madeira mostra-se pardo-oliváceas ou pardo-acastanhado-escuras, com reflexo esverdeado, lisas e de aspecto oleoso; como a peroba-de-campo, sempre encerram lapachol, cristais que, sob a ação dos alcalis (potassa, soda) assumem coloração intensamente vermelha. É difícil de serrar, servindo para construções pesadas e externas, pontes, dormentes, etc. Outras espécies tem lenho mole e não tem lapachol. Além das madeiras, todas são apreciadíssimas como ornamentais, em virtudes das maças florações vivamente coloridas na ausência de folhagem.

JACARANDÁ DA BAÍA $\Rightarrow$ *Dalbergia nigra* (Vell.) Fr.All., árvore em geral muito grande, cujo tronco é um tanto irregular, podendo alcançar um diâmetro máximo de 12 cm; árvore rara, via de regra com madeira pardo-escuro-violácea com listas ou manchas pretas. Superfície irregularmente lustrosa e lisa, com cheiro peculiar, agradável, pouco intenso e sabor adocicado. Pesada, dura e resistente, usada em grande escala para mobiliários de luxo e objetos decorativos de escritórios. É a mais valiosa das madeiras nacionais.

JATOBÁ $\Rightarrow$ Nomenclatura vulgar associada a varias espécies do gênero *Hymenaea*, é uma árvore magna de até 40 m de altura por 2 m de diâmetro. Madeira variando do róseo-pardacento ao pardo-avermelhado escuro, lisa, muito pesada e dura. Utilizada em construção civil, obras hidráulicas, carrocerias, canoas, etc. É utilizada também sua resina, empregada na composição de vernizes.

JEQUITIBÁ $\Rightarrow$ *Cariniana* sp., árvores enormes, colunar que chegam a atingir 40 m de altura e mais de 2 m de diâmetro. É peculiar à floresta desde o sul da Bahia até o Rio Grande do Sul. Madeira rósea-avermelhada ou pardo-rosada, variando de áspera a lisa, moderadamente pesada, macia e bastante durável. Aplicada para carpintaria, saltos de sapato, esquadrias, etc.

LOURO $\Rightarrow$ *Ocotea* sp., as espécies desse gênero que ocorrem no Sul da Bahia, apresentam o lenho variando de amarelo à amarelo pardacento, tendo utilidade local como caibros, tábuas, ripas, construção civil e na produção de móveis.

MAÇARANDUBA $\Rightarrow$ *Manilkara* spp., árvore que atinge cerca de 35 m x 150 cm e habita a Floresta Ombrófila Densa desde a BA até o RJ. Madeira vermelho-viva, que se torna vermelho-pardacenta com leve tonalidade violácea, uniforme, lisa, pesada, dura, compacta e extremamente refratária à putrefação e ao gusano. Usada para arcos de violino, peças de estrutura de fábricas, estacas, vigas, dormentes, etc.

MANGABA $\Rightarrow$ *Hancornia speciosa*, fruto comestível muito apreciado no Nordeste para fabricação de sucos e sorvetes.

MANGUE BRANCO $\Rightarrow$ *Laguncularia racemosa*, apresenta uma utilização variada, sendo usada para construção de tabuleiros de ostreicultura, esculturas, tingimento de redes de pesca e vestimentas, carvão e lenha. Lamberti (1969) atribuiu o uso medicinal à presença de tanino nessa espécie.

MANGUE VERMELHO $\Rightarrow$ *Rhizophora mangle*, seu tronco é utilizado como lenha, para construção de cercas, construções rústicas, vigas, poste e dormentes. Sua casca tem potencial medicinal, sendo utilizada para diarreias e hemorragias.

MATATAÚBA $\Rightarrow$ *Didymopanax morototoni* (Aubl.) Don. & Planchon, árvore que atinge até 30 m de altura com tronco retilíneo de até 90 cm de DAP. Madeira leve, macia ao corte, grã direita, textura média e de baixa durabilidade. Utilizada em esculturas, marcenaria em geral, confecção de brinquedos, pás de sorvete, etc. Também utilizada no paisagismo principalmente na arborização de parques e jardins. Com rápido crescimento e produtora de frutos apreciados pela fauna é recomendada para adensamento de matas degradadas e recomposição de áreas de preservação permanente.

PAU D'ÓLEO $\Rightarrow$ *Copaifera officinallis*, espécie oleífera, com seu óleo de efeito cicatrizante, conhecido como óleo de copaiba. Tem também seu tronco utilizado para confecção de ripas, caibros, móveis e marcenaria.

PAU DE JANGADA $\Rightarrow$ *Apeiba tibourbou*, Aubl., árvore que atinge 30 m., de madeira branco-pardacenta, muito leve e macia, flutuando livremente na água. É muito utilizada na fabricação de jangada no nordeste brasileiro.

PAU PARAÍBA $\Rightarrow$ *Simarouba amara*, por possuir propriedades insetíferas é comumente utilizada para confecção de caixotes.

PAU POMBO $\Rightarrow$ *Tapirira guianensis* Aubl., árvore de porte elegante cuja madeira é usada para caixas e construções internas. Os saguis (*Callithrix*) têm o hábito de sugar o seu exudado. Seu fruto é comestível e altamente procurado pela fauna em geral. Usada com sucesso em reflorestamentos heterogêneos de áreas degradadas de vegetação permanente, principalmente em lugares úmidos.

PAU-BRASIL $\Rightarrow$ *Caesalpinia echinata* Lam., árvore de 6-15 m, relativamente fina (20-40 cm), com madeira uniformemente alaranjada com reflexo dourado; superfície lustrosa e lisa; muito pesada e dura. Atualmente, só é empregada na fabricação de arcos de violino. Seu potencial de corante foi muito utilizado outrora para tingir tecidos e fabricar tintas de escrever. É a árvore símbolo do Brasil, foi tão explorada na época do Brasil colônia que rareia atualmente nos trechos remanescentes da Mata Atlântica.

PEROBA ROSA $\Rightarrow$ *Aspidosperma polyneuron* M.Arg., árvore de madeira róseo-amarelado ou vermelho rosada, uniforme, pesada, dura e durável, mas que racha facilmente. É frequentemente utilizada em construções, tacos, esquadrias, vigas, caibros e carpintaria em geral.

PIAÇAVA $\Rightarrow$ Diversas palmeiras brasileiras são conhecidas sob essa nomenclatura vulgar. O Estado da Bahia, possui, praticamente, o monopólio da piaçava, com a espécie *Attalea funifera* Mart., cujas fibras duras e flexíveis, alcançam mais de 2 m. Importante produto da indústria extrativista, pois são empregadas imediatamente, dispensando quaisquer beneficiamento. Sua única utilização, até o momento, reside na manufatura de vassouras e escovas.

PUTUMUJU $\Rightarrow$ *Centrolobium robustum* (Vell.) Mart., árvore de 30m x 1m, com madeira de coloração pardo-avermelhado-rosada, comumente com estrias purpúreas, brilhante, lisa, pesada, dura, compacta e resistente. Indicada para construção civil e naval, móveis finos, tanoaria, tacos, dormentes, etc.

SAPUCAIA $\Rightarrow$ *Lecythis pisonis* Camb., árvore de uns 20-30 m x 50-100 cm com casca muito grossa e dura, pardo-escuro, sulcada, gerando cristas planas, sinuosas e entrelaçadas. Madeira vermelho-pardacenta, uniforme, resistente e de boa durabilidade usada na construção civil e naval. Ocorre do Ceará ao Rio de Janeiro, sobretudo no sul da Bahia e norte do Espírito Santo. Seu fruto é comestível.

SAPUCAIA $\Rightarrow$ *Lechytis* sp. as espécies desse gênero são utilizadas para peças de marcenaria, dormentes, estacas e moirões.

SUCUPIRA $\Rightarrow$ A *Bawdichia virgilioides* H.B.K é uma árvore que atinge 16 m de altura com 50 cm de diâmetro. Apresenta madeira pesada, fibrosa, bastante decorativa e de grande durabilidade natural. É empregada para acabamentos internos como assoalhos, labris, molduras, etc. É extremamente ornamental, tratando-se de planta pioneira e adaptada a terrenos secos e pobres, sendo ótima para plantios em áreas degradadas.

Levantamento Florístico

Essa listagem taxonômica referencia algumas espécies vegetais que ocorrem na área da APA de Caraíva-Trancoso. Estão relacionadas em ordem alfabética da nomenclatura científica, seguidas da nomenclatura vulgar e da família correspondente, havendo também a identificação dos ecossistemas onde as mesmas ocorrem e sua importância econômica.

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Acacia</i> sp.	—	MIMOSACEAE	FLD	
<i>Acrostichum aureum</i>	Avencão/Samambaia Açu	ADIANTHACEAE	MG/RT/BJ	
<i>Aechmea</i> sp.	Gravatá	BROMELIACEAE	RT	OR
<i>Affonsea pedunculata</i>	—	MIMOSACEAE	FLD	
<i>Ageratum conyzoides</i>	Cama de coelho	ASTERACEAE	RT	
<i>Alchornea triplinervia</i>	Seie cascas	EUPHORBIACEAE	FLD	MD/OU
<i>Aleurites moluccana</i>	Nogueira	EUPHORBIACEAE	FLD	MD/OU
<i>Alibertia</i> sp.	Araça-de-leite	RUBIACEAE	RT	
<i>Allagoptera arenaria</i>	Caxandó/Caxangó da praia	ARECACEAE	RT	
<i>Allophylus punctatus</i>	—	SAPINDACEAE	FLD	
<i>Alternanthera maritima</i>	—	AMARANTHACEAE	RT	
<i>Alternanthera philoxeroides</i>	—	AMARANTHACEAE	RT	
<i>Amanoa</i> sp.	—	EUPHORBIACEAE	FLD	
<i>Anacardium occidentale</i>	Cajueiro	ANACARDIACEAE	RT/AA	MD/AL
<i>Andira fraxinifolia</i>	Angelim	FABACEAE	FLD	MD
<i>Andira frondosa</i>	Angelim-preto	FABACEAE	FLD	MD
<i>Andira vermiculata</i>	Amargoso	FABACEAE	FLD	MD/ME
<i>Andropogon</i> sp.	Capim	POACEAE	AA	OU
<i>Annona comosus</i>	Abacaxi	ANNONACEAE	AA	AL/ME
<i>Annona glabra</i>	Cortiça	ANNONACEAE	MG	MD
<i>Anthurium</i> spp.	Antúrio	ARACEAE	RT	OR
<i>Aparisthium</i> sp.	—	EUPHORBIACEAE	FLD	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância eco-nômica
<i>Apeiba tibourbou</i>	Pau-de-jangada	TILIACEAE	FLD	MD
<i>Apuleia leiocarpa</i>	Jitai	CAESALPINACEAE	FLD	MD
<i>Arapatiella psilophylla</i>	Arapati	CAESALPINACEAE	FLD	
<i>Argemone mexicana</i>	Cardo-santo	PAPAVERACEAE	RT	MD/OU
<i>Arikuriroba schizophylla</i>	Arikuriroba	ARECACEAE	RT	
<i>Artocarpus altilis</i>	Fruta-pão	MORACEAE	AA	AL
<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Jaqueira	MORACEAE	AA	AL
<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Peroba rosa	APOCYNACEAE	FLD	MD
<i>Aspidosperma polineuron</i>	Gonçalo Alves/Mirueira	ANACARDIACEAE	FLD	MD
<i>Astronium macrocalix</i>	Aderno	ANACARDIACEAE	RT/MUS	MD
<i>Astronium sp.</i>	Piaçava/Piaçaba	ARECACEAE	FLD/RT	OU
<i>Attalea funifera</i>	Siriúba/Siriba	AVICENNIACEAE	MG	MD
<i>Avicennia germinans</i>	Siriúba/Siriba	AVICENNIACEAE	MG	MD
<i>Avicennia shaveriana</i>	—	POACEAE	RT	
<i>Axonopus sp.</i>	—	SCROPHULARIACEAE	RT	
<i>Bacopa sp.</i>	Orucana	ARECACEAE	FLD	OU
<i>Bactris bahiensis</i>	Tucum/Ticum	ARECACEAE	FLD	OU
<i>Bactris hirta</i>	—	STERCULIACEAE	FLD	
<i>Basyloxylon brasiliensis</i>	—	RUBIACEAE	FLD	
<i>Bathysa sp.</i>	Arariba	CAESALPINACEAE	FLD/RT	
<i>Bauhinia sp.</i>	Pata de vaca/Unha-de-vaca branca			
<i>Blechnum serrulatum</i>	Feto	BLECHNACEAE	RT	
<i>Bombax macrophyllum</i>	Embriçu/Imbirçu	BOMBACACEAE	FLD	MD
<i>Bombax pubescens</i>	Embriçu	BOMBACACEAE	FLD	MD
<i>Borreria cymosa</i>	—	RUBIACEAE	RT	
<i>Borreria verticillata</i>	Vassourinha	RUBIACEAE	RT	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Bowdichia virgiltoides</i>	Sucupira	FABACEAE	FLD/RT	MD
<i>Brachiaria</i> sp.	Capim braquiária	POACEAE	VZ/ AA/ BJ	OU
<i>Brassavola cebolleta</i>	—	ORCHIDACEAE	RT	OR
<i>Brosimium conduru</i>	Conduru	MORACEAE	FLD	OU
<i>Brosimum rubescens</i>	Conduru-vermelho	MORACEAE	FLD	
<i>Buchenavia</i> sp.	Pequi doce do litoral	COMBRATACEAE	FLD	
<i>Bulbostylis</i> sp.	—	CYPERACEAE	RT	
<i>Byrsonima</i> sp.	Murici	MALPIGHIACEAE	FLD/ RT	OU
<i>Byrsonima stipulacea</i>	Murici	MALPIGHIACEAE	FLD/RT	OU
<i>Byrsonima sericea</i>	Murici	MALPIGHIACEAE	FLD/RT	MD
<i>Caesalpinia equinata</i>	Pau brasil	CAESALPINACEAE	FLD	MD
<i>Caesalpinia</i> spp.	—	CAESALPINACEAE	FLD	
<i>Caesalpinia</i> spp.	Guanandi/Landirana	CLUSIACEAE	VZ/BJ	
<i>Calophyllum brasiliensis</i>	Feijão de praia	FABACEAE	RT	
<i>Canavalia obtusifolia</i>	Camaçari	CLUSIACEAE	FLD	
<i>Carapa</i> sp.	Mamão comum	CARICACEAE	AA	AL/ ME
<i>Carica papaya</i>	Jequitibá rosa	LECYNTHIDACEAE	FLD	MD
<i>Cariniana estrellensis</i>	Jequitibá branco	LECYNTHIDACEAE	FLD	MD
<i>Cariniana legalis</i>	Pequi-preto	CARYOCARACEAE	FLD	AL/MD
<i>Caryocar</i> sp.	—	FLACOURTIACEAE	RT	
<i>Casearia</i> sp.	São Gonçalo	FLACOURTIACEAE	RT	
<i>Casearia sylvestris</i>	Fedegoso	CAESALPINACEAE	FLD/AA	
<i>Cassia occidentalis</i>	Orquidea	ORCHIDACEAE	RT	OR
<i>Catsetum</i> spp.	Embaúba/Imbaúba	MORACEAE	FLD/ RT	PA
<i>Cecropia</i> sp.	Cedro	MELIACEAE	FLD	MD
<i>Cedrela angustifolia</i>	—	—	—	—
<i>Cenchrus echinatus</i>	Carrapicho	POACEAE	RT/AA	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Centrolobium robustum</i>	Putumuju/Araribá	FABACEAE	FLD	MD
<i>Cereus pernambucensis</i>	Cardo da praia	CACTACEAE	RT	AL
<i>Cereus</i> sp.	Facheiro	CACTACEAE	RT	AL
<i>Cestrum leavigatum</i>	Coerana/Dama da noite	SOLANACEAE	RT/AA	OR/OU
<i>Chamaecrista ramosa</i>	—	CAESALPINACEAE	RT	
<i>Chamaecrista</i> sp.	—	CAESALPINACEAE	RT	ME
<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Mastruz	CHENOPODIACEAE	FLD/AA	
<i>Chrysobalanus icaco</i>	Guaru	CHRYSOBALANACEAE	RT	
<i>Chrysophyllum cuspidatum</i>	Bapeba	SAPOTACEAE	FLD	
<i>Clusia</i> sp.	Abaneiro	CLUSIACEAE	RT	
<i>Cnidocylus oligandrus</i>	Urtiga/Cansação	EUPHORBIACEAE	FLD/AA	AL/OU
<i>Coccoloba</i> sp.	—	POLYGONACEAE	RT	
<i>Cocos nucifera</i>	Côco da bahia	ARECACEAE	RT/AA	
<i>Commelina</i> sp.	—	COMMELINACEAE	RT	
<i>Comolia ovalifolia</i>	—	MELASTOMACEAE	RT	
<i>Conocarpus erectus</i>	Corticeira	COMBRETACEAE	MG	MD/OU
<i>Copaifera officinalis</i>	Pau-óleo / copaíba	MIMOSACEAE	FLD	MD
<i>Cordia magnoliaefolia</i>	Baba-de-boi	BORAGINACEAE	FLD	MD
<i>Couepia</i> spp.	Oiti-boi	CHRYSOBALANACEAE	FLD/RT	
<i>Couratori</i> sp.	Embira	LECYNTHACEAE	FLD	
<i>Cronocarpus mezii</i>	—	FABACEAE	FLD	
<i>Crotalaria</i> sp.	—	FABACEAE	RT	
<i>Croton sellowii</i>	—	EUPHORBIACEAE	RT	
<i>Croton</i> sp.	—	EUPHORBIACEAE	RT	
<i>Cucurbita pepo</i>	Abóbora	CURCUBITACEAE	AA	AL
<i>Cupania</i> sp.	—	SAPINDACEAE	FLD/RT	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Cuphea flava</i>	—	LITHRACEAE	RT	
<i>Cuphea</i> sp.	—	LITHRACEAE	RT	
<i>Curatella americana</i>	Lixeira	DILLENIACEAE	RT	
<i>Cyperus</i> spp.	—	CYPERACEAE	BJ/VZ	OU
<i>Cyrtopodium andersonii</i>	Orquídea	ORCHIDACEAE	RT	OR
<i>Cyrtopodium paranaensis</i>	Orquídea	ORCHIDACEAE	RT	OR
<i>Dalbergia ecastophyllum</i>	Desconhecido	FABACEAE	MG	MD
<i>Dalbergia frutescens</i>	Jacarandá-rosa	FABACEAE	FLD	MD
<i>Dalbergia nigra</i>	Jacarandá da baía	FABACEAE	FLD	MD
<i>Davilla flexuosa</i>	—	DILLENIACEAE	RT	
<i>Davilla</i> sp.	—	DILLENIACEAE	RT	
<i>Delonix regia</i>	Flamboyant	CAESALPINACEAE	AA	OR
<i>Desmodium</i> sp.	—	FABACEAE	RT	
<i>Desmoncos</i> sp.	Unha de gato/ Quitana folha fina/ folha larga	ARECEAE	RT	
<i>Dialium guianensis</i>	Jitai preto	CAESALPINACEAE	FLD	MD/ AL
<i>Dialium</i> sp.	Jitai vermelho	CAESALPINACEAE	FLD	MD/ AL
<i>Didymopanax morototoni</i>	Matatáuba	ARALIACEAE	FLD/ AA	MD
<i>Diospyros inconstans</i>	Carrapato	EBENACEAE	FLD	
<i>Diplothemium caudescens</i>	Buri	ARECACEAE	FLD	MD
<i>Diplotropis</i> sp.	—	CAESALPINACEAE	FLD	
<i>Doliocarpus validus</i>	—	DILLENIACEAE	RT	OU
<i>Dorstenia</i> sp.	Desconhecido	MORACEAE	FLD	
<i>Duguetia</i> sp.	—	ANNONACEAE	FLD	
<i>Echinocloa polystachya</i>	Capim angolinho	POACEAE	VZ/AA/BJ	OU
<i>Echinodorus</i> sp.	—	ALISMATACEAE	BJ/VZ	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Eichornia azurea</i>	—	PONTEDERIACEAE	BJ/VZ	—
<i>Eichornia crassipes</i>	Baronesa	PONTEDERIACEAE	VZ/BJ	OU
<i>Elaeis guianensis</i>	Dendê	ARECACEAE	RT	AL/OU
<i>Eleocharis</i> sp.	Junco	CYPERACEAE	RT	—
<i>Emilia sonchifolia</i>	—	ASTERACEAE	AA	—
<i>Emmotum affine</i>	Ademinho de praia	ICACINACEAE	RT	—
<i>Emmotum</i> sp.	—	ICACINACEAE	RT	—
<i>Encyclia</i> sp.	—	ORCHIDACEAE	RT	OR
<i>Epidendrum cynabarum</i>	Orquídea	ORCHIDACEAE	RT	OR
<i>Epidendrum</i> sp.	Orquídea	ORCHIDACEAE	RT	—
<i>Eragrostis</i> sp.	—	POACEAE	RT	—
<i>Eriotheca macrophylla</i>	Embiruçu	BOMBACACEAE	FLD	—
<i>Erythroxylum</i> sp.	—	ERYTHROXYLACEAE	RT	—
<i>Erythroxylum</i> sp.	Cocão	ERYTHROXYLACEAE	FLD	MD
<i>Eschweilera ovata</i>	Biriba/Embiriba	LECYTHIDACEAE	FLD/RT	—
<i>Esembeckia febrifuga</i>	—	RUTACEAE	FLD	—
<i>Esembeckia leiocarpa</i>	—	RUTACEAE	FLD	—
<i>Eugenia uniflora</i>	Pitanga	MYRTACEAE	FL/RT	AL/ME
<i>Euterpe edulis</i>	Jussara	ARECACEAE	FLD/AA	AL/OU
<i>Ficus</i> spp.	Gameleiras	MORACEAE	FLD/RT	ME
<i>Gaylussacia brasiliensis</i>	—	ERICACEAE	RT	—
<i>Geissopernum leave</i>	Pau pereira	APOCYNACEAE	FLD	ME
<i>Guatteria</i> sp.	Pindaíba-preta	ANNONACEAE	FLD	MD
<i>Guettarda</i> sp.	—	RUBIACEAE	RT	—
<i>Hancornia speciosa</i>	Mangaba	APOCYNACEAE	FLD/RT	AL/ME

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Hedychium coronarium</i>	Lírio do brejo	ZINGIBERACEAE	BJ/VZ	
<i>Heliconia psittacorum</i>	Bananeirinha-do-mato	HELICONIACEAE	RT/FLD	OR
<i>Helicostylis</i> sp.	Amora	MORACEAE	FLD	
<i>Helicostylis tomentosa</i>	Amora-preta	MORACEAE	FLD	—
<i>Hibiscus pernanbucensis</i>	Algodoeiro de praia	MALVACEAE	MG	
<i>Himatanthus lancifolius</i>	Janaúba	APOCYNACEAE	FLD/RT	
<i>Hirtella</i> sp.	—	CHRYSOBALANACEAE	RT	
<i>Hohenbergia</i> sp.	Gravatá	BROMELIACEAE	RT	
<i>Hortia</i> sp.	—	RUTACEAE	FLD	
<i>Humiria balsamifera</i>	Murtim	HUMIRIACEAE	RT	
<i>Hydrocleis nimphoides</i>	—	LIMNOCHARITACEAE	RT	
<i>Hydrocotyle banariensis</i>	Capuchinho do campo	APIACEAE	RT	MD
<i>Hydrogaster trinerve</i>	Bomba d'água	BOMBACACEAE	FLD	
<i>Hydrolea spinosa</i>	—	HYDROPHYLACEAE	VZ/BJ	
<i>Hymenaea rubriflora</i>	Jatoba-piloso	CAESAPINEAE	FLD	MD
<i>Hypolytrum bullatum</i>	Tiririca	CYPERACEAE	FLD/BJ	
<i>Hyptis</i> sp.	—	LAMIACEAE	RT	
<i>Ilex</i> sp.	—	AQUIFOLIACEAE		
<i>Imperata brasiliensis</i>	Sapé	POACEAE	FLD/BJ/MUS	OU
<i>Inga</i> spp.	Ingá cipó	MIMOSACEAE	FLD/ VZ/RT	AL
<i>Ipomoea asarifolia</i>	Salsa	CONVOLVULACEAE	RT	
<i>Ipomoea pes-caprae</i>	Salsa-da-praia	CONVOLVULACEAE	RT	
<i>Ipomoea stolonifera</i>	Salsa de praia	CONVOLVULACEAE	RT	
<i>Jacarandá obovata</i>	Carobinha	BIGNONIACEAE	FLD/RT	ME/OR
<i>Jacaranda semisserrata</i>	Caroba/ Jacaranda Caroba	BIGNONIACEAE	FLD/RT	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância ecológica
<i>Jaracatia spinosa</i>	Mamão-de-veado/Mamão bravo	CARICACEAE	FLD	AL/ME
<i>Joannesia princeps</i>	Boleira/ Dandá/Andá açú	EUPHORBIACEAE	FLD	OR/OU
<i>Kielmeyera</i> spp.	—	CLUSIACEAE	RT	
<i>Lafoensia pacari</i>	Piqui-amarelo	LYTHRACEAE	FLD	
<i>Lagenocarpus</i> sp.	—	CYPERACEAE	RT	
<i>Lagenocarpus verticillatus</i>	—	CYPERACEAE	RT	MD/OU
<i>Laguncularia racemosa</i>	Mangue branco	COMBRETACEAE	MG	
<i>Lanbergia hexandra</i>	Pau-quina	RUBIACEAE	FLD	
<i>Lantana armata</i>	—	VERBENACEAE	RT	OU/ME
<i>Lantana camara</i>	Camará	VERBENACEAE	RT	
<i>Lantana salzmannii</i>	—	VERBENACEAE	RT	MD/AL
<i>Lecythis lurida</i>	Sapucaia	LECYTHIDACEAE	FLD	MD/AL/OU
<i>Lecythis pisonis</i>	Sapucaia	LECYTHIDACEAE	FLD	MD
<i>Lecythis</i> sp.	Inhaíba vermelha	LECYTHIDACEAE	FLD	
<i>Lenna</i> sp.	—	LEMNACEAE	BJ/VZ	MD
<i>Licania</i> spp.	Oiti	CHRYSOBALANACEAE	FLD/RT	
<i>Linnobium</i> sp.	—	HYDROCHARITACEAE	BJ/VZ	
<i>Litothamnium ellipticus</i>	—	ASTERACEAE	RT	
<i>Lonchocarpus</i> sp.	—	MIMOSACEAE	FLD	
<i>Lonchocarpus</i> sp.	—	MIMOSACEAE	FLD	OU
<i>Lucuma</i> sp.	Mucuri/ Acá vermelho	SAPOTACEAE	FLD	
<i>Ludwigia</i> sp.	—	ONAGRACEAE	BJ/VZ	
<i>Luehea divaricata</i>	Jangada/ Açoita cavalo	TILIACEAE	FLD/RT	MD
<i>Lycopodium cernuum</i>	Pinheirinho do campo	LYCOPODIACEAE	RT	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância ecológica
<i>Lycopodium corallinum</i>	—	LYCOPODIACEAE	RT	
<i>Lygodium volubile</i>	—	SCHIZACEAE	FLD/VZ	
<i>Machaerium fruticosum</i>	—	FABACEAE	FLD	
<i>Machaerium pedicelatum</i>	Mucitaíba amarela	FABACEAE	FLD	MD
<i>Machaerium scleroxylon</i>	Jacarandá/Caviúna	FABACEAE	FLD	
<i>Macarobium acaciaefolium</i>	Comumbá	CAESALPINACEAE	FLD	
<i>Macarobium hymenacoides</i>	Comumbá	CAESALPINACEAE	RT	
<i>Mandevilla moricandiana</i>	—	APOCYNACEAE	AA	AL
<i>Mangifera indica</i>	Mangueira	ANACARDIACEAE	FLD	MD
<i>Manilkara brasiliensis</i>	Massaranduba-verdadeira / Parajú	SAPOTACEAE	FLD/RT	MD
<i>Manilkara salzmanii</i>	Massaranduba	SAPOTACEAE	RT	
<i>Marcelia ericoides</i>	—	MELASTOMATACEAE	RT	
<i>Marcelia taxifolia</i>	—	MELASTOMATACEAE	RT	
<i>Mariscus pedunculatus</i>	—	CYPERACEAE	FLD	MD
<i>Melanoxylon brauna</i>	Braúna	CAESALPINACEAE	VZ/ AA/ BJ	OU
<i>Melinis miniiflora</i>	Capim gordura/ C. meloso	POACEAE	RT	OU
<i>Melocactus</i> spp.	—	CACTACEAE	FLD/RT	ME
<i>Miconia albicans</i>	Canela-de-velho	MELASTOMATACEAE	RT	
<i>Miconia ciliata</i>	—	MELASTOMATACEAE	RT	
<i>Miconia</i> sp.	—	ASTERACEAE	FLD/AA	
<i>Mikania</i> sp.	—	MIMOSACEAE	RT	ME
<i>Mimosa</i> spp.	—	RUBIACEAE	RT	
<i>Mitracarpus</i> sp.	—	CURCUBITACEAE	FLD	
<i>Momordica charantia</i>	Melão-de-São-Caetano			

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Montrichardia linifera</i>	Aninga	ARACEAE	VZ/BJ	OU
<i>Musa</i> sp.	Banana	MUSACEAE	AA	AL
<i>Myrcia</i> sp.	Murtas	MYRTACEAE	FLD/RT	OU
<i>Myrciaria</i> sp.	Murta	MYRTACEAE	FLD / RT	OU
<i>Myristica</i> sp.	—	MYRISTICACEAE	FLD	MD
<i>Myrocarpus frondosus</i>	Braúna-parda	FABACEAE	FLD	MD
<i>Myroxylum toluiferum</i>	Balsamo de tolo	FABACEAE	FLD	OU
<i>Myrtus</i> sp.	Murtinha	MYRTACEAE	FLD / RT	MD/OR
<i>Nectandra</i> spp.	Louro	LAURACEAE	FLD/RT	MD/OR
<i>Neea</i> sp.	—	NYCTAGINACEAE	FLD	OR
<i>Nymphaea</i> spp.	Golfo aquático	NYMPHAEACEAE	VZ/BJ	OR
<i>Nymphoides indica</i>	—	MENYANTHACEAE	VZ/BJ	—
<i>Ochroma</i> sp.	—	BOMBACACEAE	FLD	MD
<i>Ocotea</i> spp.	Louro	LAURACEAE	FLD	MD
<i>Orthopappus angustifolius</i>	—	ASTERACEAE	RT	—
<i>Ouratea</i> sp.	—	OCHINACEAE	RT	—
<i>Oxypetalum tomentosum</i>	—	ASCLEPIADACEAE	RT	—
<i>Paepalanthus bifidus</i>	—	ERIOCAULACEAE	RT	—
<i>Paepalanthus</i> sp.	—	ERIOCAULACEAE	RT	—
<i>Panicum</i> sp.	—	POACEAE	RT	OU
<i>Paratecoma peroba</i>	Peroba anarela	BIGNONIACEAE	FLD	MD
<i>Parkia</i> sp.	Juerana branca	MIMOSACEAE	FLD	MD
<i>Paspalum</i> sp.	Capim	POACEAE	RT	OU
<i>Passiflora</i> spp.	—	PASSIFLORACEAE	RT	AL
<i>Pavonia</i> sp.	—	MALVACEAE	RT	RT

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Pegamea harleyi</i>	—	RUBIACEAE	RT	
<i>Pera glabrata</i>	Óleo-branco	EUPHORBIACEAE	FLD	MD
<i>Periandra mediterranea</i>	—	FABACEAE	RT	
<i>Peschiera</i> sp.	—	APOCYNACEAE	FLD	
<i>Philodendron</i> sp.	Filodendro	ARACEAE	RT/MG	
<i>Phyllanthus</i> sp.	Quebra pedra	EUPHORBIACEAE	RT	
<i>Piptadenia</i> sp.	Angico	MIMOSACEAE	FLD/RT/MUS	OU
<i>Pithecellobium</i> sp.	—	MIMOSACEAE	FLD	
<i>Platypodium elegans</i>	—	CAESALPINACEAE	FLD	
<i>Polygala cyparissias</i>	—	POLYGALACEAE	RT	
<i>Polygala</i> spp.	—	POLYGALACEAE	RT	
<i>Pouroma mollis</i>	Acá-de-leite	MORACEAE	FLD	MD
<i>Pouteria</i> spp.	—	SAPOTACEAE	FLD	MD
<i>Pradosia lactescens</i>	Buranhém	SAPOTACEAE	FLD	MD/ME
<i>Protium heptaphyllum</i>	Amescla	BURSERACEAE	FLD/RT	MD/ME
<i>Protium icicariba</i>	Amescla-açu	BURSERACEAE	FLD/RT	AL/ ME
<i>Psidium</i> spp.	Araças/Goiabas	MYRTACEAE	RT/ AA	
<i>Psittacanthus</i> sp.	—	LORANTACEAE	RT	OR/ OU
<i>Pteridium aquilinum</i>	Feto / Samambaia	DENNSTAEDTIACEAE	AA/ FLD/MUS	OU
<i>Pterocarpus rohrii</i>	Pau-sangue	FABACEAE	FLD	
<i>Pterocaulon virgatum</i>	—	ASTERACEAE	RT	
<i>Quina acutangula</i>	Perena	QUINACEAE	FLD	
<i>Remirea maritima</i>	Cipó-de-praia / Alecrim da praia	CYPERACEAE	RT	
<i>Rheedia macrophylla</i>	Bacupari	CLUSIACEAE	RT	AL

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Rhizophora mangle</i>	Mangue vermelho	RHIZOPHORACEAE	MG	MD
<i>Rhynchospora</i> sp.	—	CYPERACEAE	RT	
<i>Rhyncosphora nervosa</i>	Capim estrela	CYPERACEAE	VZ/ AA/BJ	OU
<i>Rollinia</i> sp.	—	ANNONACEAE	FLD	AL
<i>Roupala</i> sp.	Aderno faia branco/Carne de vaca	PROTEACEAE	FLD	MD
<i>Sagittaria</i> sp.	—	ALISMATACEAE	VZ/BJ	
<i>Secharum officinarum</i>	Caná-de-açúcar	POACEAE	AA	AL / OU
<i>Schinopsis brasiliensis</i>	Brauninha	ANACARDIACEAE	RT	
<i>Schinus terebinthifolius</i>	Aroeira de praia	ANACARDIACEAE	RT	MD/OU
<i>Scleria</i> sp.	—	CYPERACEAE	RT	
<i>Sclerobium chrysophyllum</i>	Arapáçu	CAESALPINACEAE	FLD	MD
<i>Senna multijuga</i>	Cobi-branco	CAESALPINACEAE	FLD	MD
<i>Serjania</i> sp.	—	SAPINDACEAE	FLD/RT	OU
<i>Sida cordifolia</i>	Malva-branca	MALVACEAE	RT	
<i>Sida linifolia</i>	Vassoura	MALVACEAE	RT	
<i>Simarouba amara</i>	Pau-paraiíba	SIMAROUBACEAE	FLD	MD
<i>Simarouba versicolor</i>	—	SAPINDACEAE	FLD/RT	MD
<i>Simira glazioii</i>	—	RUBIACEA	FLD	
<i>Siporuna</i> sp.	Erva de rato	MONIMIACEAE	FLD	
<i>Sloanea</i> sp.	Gindiba	ELAEOCARPACEAE	FLD	MD
<i>Smilax</i> sp.	—	SMILACACEAE	RT	ME
<i>Solanum</i> spp.	—	SOLANACEAE	FLD/RT	AL
<i>Sophora tomentosa</i>	—	FABACEAE	RT	
<i>Sorocea guilleminiana</i>	Amora branca	MORACEAE	FLD	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Sparattosperma</i> sp.	—	BIGNONIACEAE	FLD	
<i>Sporolobos virginicus</i>	—	POACEAE	RT	
<i>Stachytarpheta</i> sp.		VERBENACEAE	RT	
<i>Sterculia</i> sp.	—	STERCULIACEAE	FLD	
<i>Sterculia speciosa</i>	—	STERCULIACEAE	FLD	
<i>Stigmaphyllon paralias</i>	—	MALPIGHIACEAE	RT	
<i>Struthantus</i> sp.	—	LORANTHACEAE	RT	OU
<i>Stryphonodendron pulcherrimum</i>	—	MIMOSACEAE	FLD	OU
<i>Stylosanthes guianensis</i>	—	FABACEAE	RT	
<i>Stylosanthes scabra</i>	—	FABACEAE	RT	
<i>Swartzia euxylophora</i>	Arruda vermelha	FABACEAE	FLD	MD
<i>Swartzia macrostachya</i>	Jacarandá branco	FABACEAE	FLD	MD
<i>Syagrus botryophora</i>	Pati	ARECACEAE	FLD	AL/OU
<i>Symphonia globulifera</i>	Guanadirana / Petia de lago/ Landi	CLUSIACEAE	VZ/BJ	
<i>Syngonanthus</i> sp.	—	ERIOCAULACEAE	RT	
<i>Tabebuia serratifolia</i>	Ipê amarelo	BIGNONIACEAE	FLD	MD
<i>Tabebuia</i> sp.	Ipê roxo	BIGNONIACEAE	FLD	MD
<i>Talisia</i> sp.	—	SAPINDACEAE	FLD	
<i>Tapirira guianensis</i>	Pau-pombo	ANACARDIACEAE	FLD / RT	MD
<i>Terminalia brasiliensis</i>	Araçá-d'água	COMBRETACEAE	FLD	
<i>Terminalia catappa</i>	Amendoeira da praia	COMBRETACEAE	RT/AA	OR/AL
<i>Tibouchina</i> sp.	Quaresmeira	MELASTOMATACEAE	RT/FLD	OR
<i>Tocoyena</i> sp.	—	RUBIACEAE	RT	
<i>Tovomita brasiliensis</i>	Mangue doce	GUTTIFERAE	FLD/MG	—
<i>Tovomita guianensis</i>	Mangue-da-mata	GUTTIFERAE	FLD/MG	

Nome Científico	Nome Vulgar	Família	Ocorrência	Importância econômica
<i>Trema micrantha</i>	Corindiba	ULMACEAE	FLD	OU
<i>Typha domingensis</i>	Tabôa	TYPHACEAE	BJ	OU
<i>Urena lobata</i>	Malva-roxa	MALVACEAE	BJ/RT	—
<i>Utricularia</i> sp.	Desconhecido	LENTIBULARIACEAE	VZ/BJ	OU
<i>Vanilla palmarum</i>	Baunilha da bahia	ORCHIDACEAE	RT	—
<i>Vanillosmopsis discolor</i>	—	ASTERACEAE	RT	OR
<i>Vellozia</i> sp.	—	VELLOZIACEAE	RT	—
<i>Vigna marina</i>	—	CYPERACEAE	RT	—
<i>Viola bicuti</i>	Bicuiba	MYRISTICACEAE	FLD	MD/ME
<i>Viola garchani</i>	Bicuiba-vermelha	MYRISTICACEAE	FLD	MD
<i>Viola officinalis</i>	Bicuiba-branca	MYRISTICACEAE	FLD	—
<i>Vismia ferruginea</i>	Copiá-vermelha	CLUSIACEAE	FLD	—
<i>Vismia guianensis</i>	Copiá-branca	CLUSIACEAE	FLD	—
<i>Vismia macrophylla</i>	Copiá	CLUSIACEAE	FLD	—
<i>Vochysia</i> sp.	—	VOCHYSIACEAE	FLD/RT	MD
<i>Vriesia</i> sp.	Gravatá	BROMELIACEAE	FLD / RT	OR
<i>Waltheria indica</i>	Malva-branca	MALVACEAE	RT	—
<i>Waltheria</i> sp.	—	MALVACEAE	RT	—
<i>Wedelia paludosa</i>	Mal-me-quer	ASTERACEAE	RT/AA	OU
<i>Xylopiia sericea</i>	Pindaiba-branca	ANNONACEAE	FLD	MD
<i>Xylopiia</i> sp.	Embira gato/ Embira quiabo	ANNONACEAE	RT	—
<i>Xyris jupical</i>	—	XYRIDACEAE	RT	—
<i>Xyris</i> spp.	—	XYRIDACEAE	RT	—
<i>Zollernia mocytai</i>	Mucitaiba	FABACEAE	FLD	—
<i>Zornia myriadena</i>	—	FABACEAE	RT	—
<i>Zornia</i> sp.	—	FABACEAE	RT	—

Legenda da Ocorrência**FLD** - Floresta Ombrófila Densa**MG** - Mangue**RT** - Restinga**BJ** - Brejo**VZ** - Várzea**MUS** - Mussununga**AA** - Áreas Antropizadas**Legenda da Importância Econômica****MD** - Madeireira**ME** - Medicinal**AL** - Alimentícia**OR** - Ornamental**OU** - Outros (artefatos domésticos e/ou artesanais, oleíferas, de uso comercial e industrial, papelaria, têxtil, forrageira, etc.)

— - Importância desconhecida

FAUNA

A Área de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso, localizada numa região sob Domínio da Mata Atlântica, abrange diferentes tipos de regiões fitoecológicas com características distintas como a Floresta Ombrófila Densa em diferentes estágios de regeneração, a restinga com estratos herbáceo, arbustivo e arbóreo, manguezais, áreas de várzea e brejos. Essa variedade de ecossistemas e de condições climáticas, solo e relevo resultam em uma fauna e flora extremamente diversificadas, apresentando um grande número de endemismos entre espécies animais e vegetais.

No grupo das aves, é registrado a ocorrência de espécies típicas de floresta, como o macuco (*Tinamus solitarius*), a aracuã (*Ortalis araucuan*), a jacupemba (*Penelope supercilialis*), a cabeça-encarnada (*Pipra rubrochapila*), de restinga como a sabiá-da-praia (*Mimus gilvus*), de manguezais e brejos como, o socó-boi (*Tigrissoma lineatum*), a garça-branca-grande (*Casmerodius albus*), o carão (*Aramus guarauna*), a garça-branca-pequena (*Egretta thula*) e o pato-do-mato (*Cairina moschata*), e ainda de ambientes marinhos como, o bobo-de-cabeça-preta (*Puffinus gravis*) e o bobo-grande (*Calonectris diomedea*), entre outros.

Foi registrado na área de estudo a ocorrência de 263 espécies de vertebrados, entre anfíbios anuros, répteis (serpentes e lagartos), aves e mamíferos. As aves (162 espécies) e os mamíferos (51 espécies) apresentaram a maior diversidade de espécies, entre os grupos estudados.

Entretanto, é importante mencionar que esses dados refletem apenas parte da riqueza da fauna da região. A bibliografia sobre o assunto é escassa e os objetivos deste trabalho não justificam um estudo mais aprofundado, capaz de retratar a fauna local em toda a sua diversidade. Serão caracterizados a seguir alguns grupos zoológicos e espécies que, devido a sua condição de endemismo, raridade e funções desempenhadas nos ecossistemas devem ser mencionadas.

Os lagartos estão representados na área de estudo pelas espécies *Ameiva ameiva*, *Tupinambis teguixim*, *Rentropix calcarata*, *Cnemidophorus ocellifer* (TEIIDAE), *Tropidurus torquatus* (TROPIDURIDAE), *Iguana iguana* (IGUANIDAE) e *Mabuya sp.* (SCINCIDAE). Os iguanídeos compreendem animais terrestres e arborícolas, representados na área pela *I. iguana*, espécie arbórea, cuja alimentação é composta por frutos, folhas, insetos, ovos e pequenos animais. A carne da iguana e do teiú (*Tupinambis teguixim*) é muito apreciada pelos caçadores, que fazem com que essas espécies não sejam mais facilmente encontradas na natureza.

A ofidiofauna (serpentes) está representada na área da APA por 32 espécies pertencentes às famílias Boidae, Colubridae, Elapidae e Viperidae (Argôlo, 1992). As serpentes exercem importante papel na natureza, agindo como controladores biológicos de pequenos roedores e outros répteis. Os bóides incluem espécies fossóreas, terrestres, arborícolas e semi-aquáticas de tamanho médio a grande (cerca de 10 metros). São representados pelas espécies *Boa constrictor* (jibóia), *Corallus enydris* (salamanta), *Epicrates cenchria* (salamanta) e a sucuri (*Eunectes murinus*). As jibóias podem ser encontradas em diferentes ambientes como restingas, campos e florestas, sendo neste último, frequentemente observada entre o folheto.

Os colubrídeos são encontrados em todos os continentes, exceto a Antártida (Pough *et alii.*, 1993), constituindo a família com o maior número de serpentes (1550 espécies) do mundo. As espécies opistóglifas possuem glândulas que secretam peçonha (veneno), utilizada para matar a presa, mas ao contrário das ELAPIDAE (corais verdadeiras) e VIPERIDAE (jararacas e pico-de-jaca), não possuem dentes especializados para a sua inoculação.

Os colubrídeos podem ocupar diferentes substratos no ambiente, apresentando espécies fossoriais, terrestres e arborícolas. Algumas serpentes, apesar de sua inocuidade, são muito temidas na região

devido ao seu mimetismo com espécies peçonhentas das famílias VIPERIDAE e ELAPIDAE. *Oxyrhopus trigeminus* (falsa-coral) mimetiza as corais verdadeiras (*Micrurus spp.*), da mesma forma que, *Xenodon rabdocephalus* (jararacussú) e *Waglerophis merremii* (boipeva) mimetizam perfeitamente várias espécies de jararacas (*Bothrops spp.*).

A família ELAPIDAE, representada na área de estudo pelas espécies *Micrurus corallinus* e *Micrurus sp.*, é constituída por único gênero, *Micrurus* (corais), com 19 espécies em 28 formas (Grantsau, 1991). As cobras corais possuem hábito noturno, permanecendo durante o dia embaixo dos cupinzeiros, em buracos ou outros esconderijos no solo. Alimentam-se em geral de outras serpentes e lagartixas que vivem sob o solo.

Apesar dos acidentes elapídicos serem geralmente de elevada gravidade, em função da potência do seu veneno, constituem menos de 1% dos acidentes ofídicos no Brasil.

As serpentes pertencentes à família VIPERIDAE (jararacas, cascavéis e surucucus), caracterizam-se por possuírem um orifício, entre as narinas e os olhos, de cada lado da cabeça, chamado fosseta loreal ou covinha, além de dentição do tipo solenóglifa, que permite uma maior eficiência para a inoculação do veneno. Na área de estudo a família é representada pelos gêneros *Bothrops* (jararacas), *Bothriopsis* (jararaca-verde), e *Lachesis* (surucucus).

Na área de estudo, as serpentes do gênero *Bothrops* estão representadas pelas espécies *B. jararaca* e *B. leucurus*. O gênero *Bothrops* é responsável pela maioria dos acidentes ofídicos (90%) que ocorrem no Brasil (Furtado, 1990), provocando mortalidade em cerca de 25% dos acidentes não tratados com soro (Grantsau, 1991).

O gênero *Bothriopsis* é representado pela espécie *B. bilineata* (ouricana ou jararaca-verde) que possui hábitos arborícolas. As populações de *B. bilineata* distribuem-se nas matas equatoriais das Guianas, Venezuela e no Brasil, nos estados do Amapá e Pará, como também nas matas costeiras da Bahia até o Rio de Janeiro (Grantsau, 1991).

O gênero *Lachesis* está representado na APA por *L. muta rhombeata* (surucucu-pico-de-jaca) que possui juntamente com *Bothriopsis bilineata*, distribuição associada a áreas de florestas úmidas em bom estado de conservação. ***L. muta rhombeata* é listada oficialmente pelo IBAMA como a única serpente brasileira ameaçada de extinção**, sendo considerado o maior ofídio peçonhento do mundo, alcançando até 4,5m.

A avifauna da APA, representada por 162 espécies, constitui o grupo de vertebrados que contribui com a maior diversidade na área de estudo, possuindo em sua composição várias espécies características de ambientes como restinga, floresta ombrófila densa, rios, manguezal, áreas urbanas, campos e ambientes marinhos.

As aves, devido ao comportamento e hábito diurno da maioria das espécies, são facilmente observadas na natureza ou mesmo próximo a áreas urbanas, constituindo eficientes bioindicadores da qualidade do ambiente em que vivem. Com relação as funções desempenhadas ao homem e a natureza, destaca-se o importante papel das espécies insetívoras no controle biológico de cigarrinhas, gafanhotos e outros insetos prejudiciais a agricultura e pastagens. Já os gaviões, falcões e corujas são consumidores naturais de lagartos, cobras, camundongos e ratazanas, os quais podem caçar durante o dia ou a noite. As diversas espécies de beija-flores e as cambacicas (*Coereba flaveola*) alimentam-se de néctar, auxiliando na polinização de diversas plantas, enquanto que as espécies de hábito alimentar frugívoro e/ou granívoro, desempenham importante função vital na propagação de inúmeras plantas, através da disseminação de sementes. Algumas espécies destacam-se também como controladoras naturais de animais peçonhentos incluindo em suas dietas animais como aranhas, escorpiões, lacraias, vespas e cobras.

Os manguezais e brejos encontrados na APA abrigam grande número de aves aquáticas que encontram nestes ambientes, condições ideais para reprodução, alimentação e proteção contra predadores. Entre as aves aquáticas, destacam-se o pato-do-mato (*Cairina moschata*), a ananai (*Amazonetta brasiliensis*), marreca-irerê (*Dendrocygna viduata*), a paturi-preta (*Netta erythrophthalma*), o savacu (*Nyctanassa violacea*), a garça-azul (*Florida caerulea*), o frango-d'água (*Gallinula chloropus*), a narceja (*Gallinago gallinago*), a jaçanã (*Jacana jacana*), a garça-da-noite (*Nycticorax nycticorax*), o socó-boi (*Tigrisoma lineatum*), o socozinho (*Butorides striatus*), a garça-branca-pequena (*Egretta thula*), a garça-branca-grande (*Casmerodius albus*), e o frango-d'água-azul (*Porphyrula martinica*).

Os representantes da família ANATIDAE (marrecas e patos) alimentam-se principalmente de pequenas sementes e folhas, consumindo também vermes, larvas de insetos e pequenos crustáceos. O pato-do-mato (*Cairina moschata*) possui alimentação mais variada, alimentando-se de moluscos, caracóis, crustáceos, pequenos peixes e sementes. Segundo SICK (1988), todas as espécies de anatídeos brasileiros são migratórias e seus deslocamentos estão relacionados a fatores como, disponibilidade de alimento, alterações no nível d'água ou procura de locais seguros para dormir ou para a muda.

A família ARDEIDAE agrupa diversas espécies de aves aquáticas pernaltas, tais como as garças (*Egretta thula*, *Casmerodius albus*, *Florida caerulea*) e socós (*Tigrisoma lineatum*, *Butorides striatus*), as quais são abundantes em regiões alagadas. Em geral, alimentam-se de peixes, insetos aquáticos, caranguejos, moluscos, anfíbios e répteis.

A avifauna migratória registrada na área da APA está representada principalmente pelas famílias Fregatidae, Laridae, Procellariidae, Charadriidae, Scolopacidae e Ardeidae. A família Procellariidae agrupa aves marinhas migratórias conhecidas como pardelas, bobos ou petréis, de aspectos e costumes semelhantes aos dos albatrozes. A maioria das espécies alimentam-se de peixes e cefalópodes e algumas de plâncton. Sick (1988) cita que algumas espécies são tão adaptadas à vida no mar que em terra não sabem andar e nem conseguem se manter em pé.

A presença das pardelas-de-bico-amarelo (*Calonectris diomedea*) e de-sobre-branco (*Puffinus gravis*) é registrada em quase todo o litoral baiano durante o período das chuvas, ocasião em que são observados indivíduos jovens debilitados ou mortos nas praias. *Puffinus gravis* é um visitante meridional cuja distribuição geográfica limita-se ao oceano atlântico. Segundo Vooren *et alii.* (1989) esta espécie reproduz de novembro a maio nas Ilhas Malvinas, Tristão da Cunha e Gough, fazendo migração transequatorial e atingindo a costa brasileira entre abril e junho. *Calonectris diomedea* (pardela-de-bico-amarelo) realiza movimento migratório em sentido inverso da espécie anterior, nidificando no Mar Mediterrâneo, na costa de Portugal e Ilhas Canárias de maio a setembro, migrando para o hemisfério sul, sendo registrada no Brasil de dezembro a junho.

A ocorrência na área de estudo de espécies mais exigentes quanto ao hábitat como, *Tinamus solitarius* (macuco), *Procnias nudicollis* (araponga), *Crypturellus noctivagus* (zabelê), *Crax blumenbachii* (mutum-de-bico-vermelho), *Pipile jacutinga* (jacutinga) e *Penelope superciliaris* (jacupemba), entre outras, está associada a presença de fragmentos de Floresta Ombrófila Densa em bom estado de conservação capazes de oferecer recursos alimentares (frutos, sementes) e locais adequados para reprodução. Devido a intensa pressão antrópica a qual estão submetidas, através de desmatamentos, caça, queimadas, retirada de madeira, entre outras, as populações destas espécies encontram-se extremamente reduzidas e ameaçadas em toda a região, com exceção das unidades de conservação localizadas próximas à área de estudo.

Os cotingídeos, aves tipicamente neotropicais, são exclusivamente frugívoros alimentando-se de frutos e bagas silvestres (Andrade, 1992), sendo representados na área de estudo pelo crejoá (*Cotinga maculata*) e a araponga (*Procnias nudicollis*), cujo canto, é considerado a "voz da Serra

do Mar”, o que a faz ser muito procurada pelo mercado de aves de gaiola. O macuco *Tinamus solitarius* é considerado o maior tinamídeo registrado no Brasil, medindo cerca de 42 cm de comprimento e pesando de 1,2 a 1,8 Kg. Habita o interior da floresta, deslocando-se discretamente pela vegetação à procura de insetos, sementes e frutos.

Na área da APA foram registradas, através de entrevistas com a população local e de bibliografia especializada, várias espécies de aves consideradas Ameaçadas, as quais estão listadas em The World List of Threatened Birds, de Collar *et al.* (1994) in Andrade (1995). Estas espécies, estão enquadradas segundo o referido autor, nas seguintes Categorias de Ameaças:

SITUAÇÃO CRÍTICA

Crax blumenbachii (mutum-de-bico-vermelho)

AMEAÇADA DE EXTINÇÃO

Sturnella militaris (polícia-inglesa)

QUASE AMEAÇADA OU PRÓXIMO DE SER CONSIDERADA AMEAÇADA

Tinamus solitarius (macuco)

Crypturellus noctivagus (zabelê)

Procnias nudicollis (araponga)

Os mamíferos, representados na área de estudo por 51 espécies reunidas em 23 famílias, constituem o grupo de vertebrados mais ameaçado da área de estudo, apresentando espécies endêmicas à Mata Atlântica e Ameaçadas de Extinção. Diferentemente das aves, a maioria dos mamíferos possui hábitos noturnos, dificultando observações na natureza, sendo os vestígios deixados (pegadas, fezes e outros), os meios mais eficazes para detectar a sua presença.

A família CALLITRICHIDAE é constituída por primatas neotropicais de pequeno tamanho, contando cerca de 17 espécies. É representada na região por *Callithrix penicillata* (sagui) e *C. geoffroyi* (mico-de-cheiro), cujas ocorrências são mencionadas por Vivo (1991) e confirmadas pela população local. A espécie *C. geoffroyi* ocorre principalmente no domínio morfoclimático tropical atlântico, sendo encontrado também em zonas de transição com o domínio dos cerrados, do Brasil central.

A família BRADYPODIDAE está representada na região pelas espécies, *Bradypus torquatus* (preguiça-de-coleira), *B. variegatus* (preguiça-de-três-dedos) e *Bradypus sp.*, cujas ocorrências na área são mencionadas por Oliver & Santos (1991) e Emmons (1990). *B. torquatus* é uma espécie endêmica à Mata Atlântica, sendo encontrada principalmente na Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Possui hábito arborícola, alimentando-se preferencialmente de folhas jovens, complementando sua dieta com lianas, frutos de embaúba (*Cecropia* spp.) e flores. Segundo Oliver & Santos (1991), *B. variegatus* distribui-se irregularmente em áreas florestadas da Mata Atlântica do sudeste baiano ao norte do Espírito Santo, sendo considerada uma espécie rara. *B. torquatus* é considerada uma espécie em Perigo de Extinção, segundo a classificação da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), cuja sobrevivência é improvável caso continuem operando os fatores causais de ameaça.

A fauna de felinos registrada na área de estudo está representada pelas espécies *Felis wiedii* (gato-do-mato) e *F. yagouaroundi* (gato-mourisco), *F. pardalis* (jaguaririca), *F. concolor* (sussuarana) e *Panthera onca* (onça-pintada). A maioria destas espécies podem ser encontradas em quase todos os tipos de ecossistemas, inclusive em áreas inundadas, campos, florestas densas e áreas alteradas pelo homem desde que encontrem nestes, diversidade e abundância de presas. Devido a fatores como a caça e a destruição acelerada dos seus habitats naturais, diminuindo a disponibilidade de presas, as espécies *Felis wiedii*, *F. concolor*, *F. pardalis* e *Panthera onca* são consideradas Ameaçadas de Extinção pela CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção) e pela UICN (União Internacional para Conservação da Natureza).

Os juparás (*Potus flavus*) distribuem-se pelas florestas do norte do Brasil até o estado do Mato grosso, norte de Goiás, Rio de Janeiro (Becker & Dalponte, 1991) e Bahia. Relativamente comuns na área de estudo, os juparás são animais noturnos e arborícolas, permanecendo geralmente em tocas nas árvores durante o dia. Normalmente solitários, podem algumas vezes agregarem-se para a captura de frutos nas árvores. Emmons (1990) menciona que sua dieta é composta cerca de 80% de frutos e 20% de insetos.

A família ERETHIZONTIDAE está representada na área da APA pelas espécies *Coendou prehensilis* (ouriço-preto), *Chaetomys subspinosus* (ouriço-preto) e *Sphiggurus insidiosus* (ouriço-cacheiro). Esta família agrupa roedores de tamanho médio que possuem, em geral, pêlos modificados em espinhos, sendo comumente denominados de ouriços. São animais solitários de hábitos arborícolas, podendo ser observados geralmente nas horas do crepúsculo e à noite. Possuem audição e olfato muito sensíveis e alimentam-se principalmente de frutos e folhas. *Coendou prehensilis* ocorre em matas de todo o Brasil enquanto que, as espécies *Chaetomys subspinosus* (ouriço-preto) e *Sphiggurus insidiosus* (ouriço-cacheiro) são endêmicas à Mata Atlântica, tendo sido registradas em área próxima a Trancoso (16° 38' S, 39° 07' W), por Oliver & Santos (1991). *C. subspinosus* ocorre atualmente na faixa de Mata Atlântica nos estados da Bahia e Espírito Santo, sendo considerada uma espécie rara. *S. insidiosus* possui distribuição associada às áreas de Mata Atlântica dos estados de Sergipe até o Rio de Janeiro, sendo provavelmente mais susceptível a alterações nestes ambientes do que a espécie anterior.

Os mustelídeos, pertencentes à família MUSTELIDAE, são animais de corpo longo e membros geralmente curtos providos de fortes unhas. São difíceis de serem observados na natureza, possuindo espécies de hábitos arborícola, terrestre e aquático. Segundo SILVA (1994), algumas espécies são capazes de escavar pequenos buracos e outras, possuem membranas entre os dedos, com adaptação para a vida semi-aquática. Possuem dieta exclusivamente carnívora, sendo predadores vorazes. Estão representados na área de estudo pelas espécies *Eira barbara* (papa-mel), *Galictis vittata* (furão) e *Lutra longicaudis* (lontra), sendo esta, considerada uma espécie VULNERÁVEL pela UICN (União Internacional para Conservação da Natureza). A este grau de ameaça pertencem as espécies que passarão à categoria "Em Perigo" em futuro próximo caso os fatores adversos continuem operando.

RECIFES

Dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental Caraíva/Trancoso, são encontradas algumas formações recifais, as quais juntamente com as observadas na APA de Coroa Vermelha, constituem as construções recifais menos estudadas do sul da Bahia.

Leão in Hetzel & Barreira e Castro (1994) relata que o sul da Bahia abrange duas regiões de recifes distintas, tais como, a região das baías de Santa Cruz de Cabralia e Porto Seguro, e a região do Banco dos Abrolhos. Segundo a autora, nas praias de Trancoso e Taquena ocorrem vários bancos

recifais isolados e adjacentes à praia, de formas e dimensões as mais variadas, em águas de profundidade inferior a dez metros. Todos esses recifes apresentam o topo totalmente emerso durante as marés baixas, e entre eles destaca-se o recife de Pitiassu.

LISTA DAS ESPÉCIES DA FAUNA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CARAÍVA/TRANCOSO (BA)

Classe Amphibia -Ordem Anura

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
BUFONIDAE	<i>Bufo marinus</i>	sapo-cururu	Ent/bib
	<i>B. paracnemis</i>	sapo-boi	Bib/ent
HYLIDAE	<i>Hyla sp.</i>	perereca	bib/ent
	<i>Leptodactylus ocellatus</i>	rã	Bib
LEPTODACTYLIDAE	<i>L. pentadactylus</i>	rã-pimenta	Ent/bib
	<i>Physalaemus sp.</i>	rã	Bib
	<i>Phyllomedusa sp.</i>	rã	Bib

Classe Reptilia - Ordem Squamata

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
BOIDAE	<i>Boa constrictor</i>	jibóia	Ent
	<i>Corallus enydris</i>	salamanta	Bib
	<i>Epicrates cenchria</i>	salamanta	Bib
	<i>Eunectes murinus</i>	sucuri	Ent
COLUBRIDAE	<i>Chironius multiventris</i>	cobra-espada	Bib
	<i>Chironius laevicollis</i>	espia-caminho	Bib
	<i>Chironius quadricarinatus</i>	cobra-cipó	Bib
	<i>Drymarchon corais</i>	papa-pinto	Ent
	<i>Pseudoboa nigra</i>	desconhecido	Bib
	<i>Leptodeira annulata</i>	dormideira	Bib
	<i>Liophis mossoroensis</i>	desconhecido	Bib
	<i>Liophis miliaris</i>	cobra-d'água	Bib
	<i>Mastigodryas bifossatus</i>	jaracussú	Bib
	<i>Oxyrhopus formosus</i>	falsa-coral	Bib
	<i>Oxyrhopus trigeminus</i>	falsa-coral	Ent/ Bib
	<i>Oxyrhopus petola</i>	falsa-coral	Bib
	<i>Pseudoboa nigra</i>	desconhecido	Bib
	<i>Sibynomorphus newwiedi</i>	desconhecido	Bib
	<i>Philodryas olferssii</i>	cobra-verde	Bib
	<i>P. patagoniensis</i>	desconhecido4	Bib
	<i>Thamnodynastes pallidus</i>	desconhecido	Bib
	<i>Waglerophis merremii</i>	boipeva	Bib/ent
	<i>Xenodon rabdocephatus</i>	Jacurussú	Bib
	<i>Xenopholis scalaris</i>	desconhecido	Bib
	<i>Pseustes sulphureus</i>	cainana	Bib
	<i>Tripanurgos compressus</i>	desconhecido	Bib
ELAPIDAE	<i>Micrurus corallinus</i>	coral	Bib
	<i>Micrurus sp.</i>	coral	Bib
VIPERIDAE	<i>Bothrops jararaca</i>	jararaca	Ent/ Bib

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
	<i>Bothrops leucurus</i>	malha-de-sapo	Ent/ Bib
	<i>Bothriopsis bilineata</i>	ouricana	Bib
	<i>Lachesis muta rhombeata</i>	surucucu-pico-de-jaca	Ent/bib
IGUANIDAE	<i>Iguana iguana</i>	camaleão	Ent
SCINCIDAE	<i>Mabuya sp.</i>	bribo/ mabuia	Ent
TEIIDAE	<i>Ameiva ameiva</i>	calango	Obs
	<i>Tupinambis teguixin</i>	teiú	Ent
	<i>Cnemidophorus ocellifer</i>	calanguinho	Obs
	<i>Rentropix calcarata</i>	calango-da-mata	Bib
TROPIDURIDAE	<i>Tropidus torquatus</i>	calango	Obs

Ordem Chelonia

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
TESTUDINIDAE	<i>Geochelone denticulata</i>	jaboti	Bib
CHELIDAE	<i>Eretmochelys imbricata</i>	tartaruga-de-pente	Ent
DERMOCHELIDAE	<i>Dermochelys coriacea</i>	tartaruga-de-couro	Bib/ent

Ordem Crocodyla

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
ALIGATORIDAE	<i>Paleosuchus sp.</i>	jacaretinga	Ent

Classe Aves

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
TINAMIDAE	<i>Rhynchostus rufescens</i>	perdiz	Ent
	<i>Crypturellus noctivagus</i>	zabelê	Bib
	<i>C. tataupa</i>	nambu-do-pé-roxo	Bib
	<i>C. soui</i>	tururim	Bib
	<i>Tinamus solitarius</i>	macuco	Bib/ent
	<i>Nothura maculosa</i>	codorna	Bib
PROCELLARIIDAE	<i>Puffinus gravis</i>	bobo-de-cabeça-preta	Obs/bib
	<i>Calonectris diomedea</i>	bobo-grande	Bib
FREGATIDAE	<i>Fregata magnificens</i>	tesourão	Ent
ARDEIDAE	<i>Egretta thula</i>	garça-branca-pequena	Ent/bib
	<i>E. ibis</i>	garça-vaqueira	Ent/bib
	<i>Casmerodius albus</i>	garça-branca-grande	Ent/bib
	<i>Nycticorax nycticorax</i>	garça-da-noite	Ent/bib
	<i>Nyctanassa violacea</i>	savacu	Ent/bib
	<i>Ardea cocoi</i>	socó-grande	Ent/bib
	<i>Butorides striatus</i>	socozinho	Ent/bib
	<i>Tigrisoma lineatum</i>	socó-boi	Ent/bib
	<i>Florida caerulea</i>	garça-azul	Ent/bib
ANATIDAE	<i>Cairina moschata</i>	pato-do-mato	Ent/bib
	<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	Ent/bib
	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	ananaí	Ent
	<i>Netta erythrophthalma</i>	paturi-preta	Bib
CATHARTIDAE	<i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	Obs
	<i>Cathartes aura</i>	urubu-caçador	Obs
	<i>Sarcorampus papa</i>	urubu-rei	Bib

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
ACCIPITRIDAE	<i>Elanus leucurus</i>	gavião-peneira	Obs
	<i>Elanoides forficatus</i>	gavião-tesoura	Bib
	<i>Heterospizias meridionalis</i>	gavião-caboclo	Bib
	<i>Buteogallus urubitinga</i>	cauã	Bib
	<i>Buteo albicaudatus</i>	gavião-de-rabo-branco	Bib
	<i>B. nitidus</i>	gavião-pedrês	Bib
	<i>B. magnirostris</i>	gavião-pega-pinto	Obs
FALCONIDAE	<i>Mivalgo chimachima</i>	gavião-carrapateiro	Obs
	<i>Polyborus plancus</i>	gavião-carcará	Obs
	<i>Falco sparverius</i>	falcão quiri-quiri	Obs
	<i>Herpethoteres cachinans</i>	acauã	Bib
	<i>Ortalis araucuan</i>	aracuã	Ent
CRACIDAE	<i>Crax blumenbachii</i>	mutum-de-bico-vermelho	Ent
	<i>Penelope superciliaris</i>	jacu	Ent
ARAMIDAE	<i>Aramus guarauna</i>	carão	Obs
RALLIDAE	<i>Aramides cajanea</i>	saracura-três-potes	Ent
	<i>A. mangle</i>	saracura-do-mangue	Ent/bib
	<i>Gallinula chloropus</i>	galinha-d'água	Obs
	<i>Rallus nigricans</i>	saracura-sanã	Bib
	<i>Porphyryla martinica</i>	frango-d'água-azul	Obs
	<i>Jacana jacana</i>	jaçana	Obs
	<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero	Obs
CHARADRIIDAE	<i>Charadrius semipalmatus</i>	batuíra-de-bando	Bib
	<i>C. wilsonia</i>	agachadeira	Bib
SCOLOPACIDAE	<i>Arenaria interpres</i>	vira-pedras	Bib
	<i>Gallinago gallinago</i>	narceja	Obs
	<i>Actitis macularia</i>	maçarico-pintado	Bib
	<i>Numenius phaeopus</i>	maçarico-de-bico-torto	Bib
	<i>Calidris alba</i>	maçarico-branco	Bib
	<i>Tringa flavipes</i>	maçarico-de-perna-amarela	Bib
	<i>T. solitaria</i>	maçarico-solitário	Bib
LARIDAE	<i>Sterna hirundo</i>	trinta-réis-boreal	Bib/obs
COLUMBIDAE	<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-caldo-de-feijão	Obs
	<i>Scardafella squamata</i>	fogo-apagou	Obs
	<i>Leptotila verreauxi</i>	juriti-pupu	Ent/Obs
	<i>Columba picazuro</i>	asa-branca	Bib
	<i>Columba livia</i>	pombo	Obs
PSITTACIDAE	<i>Amazona amazonica</i>	papagaio-do-mangue	Ent
	<i>Pionus maximiliani</i>	maitaca	Bib
	<i>Aratinga aurea</i>	periquito-estrela	Obs
	<i>Forpus xanthopterygius</i>	cuiubinha	Obs
CUCULIDAE	<i>Piaya cayana</i>	alma-de-gato	Obs
	<i>Tapera naevia</i>	saci	Ent
	<i>Crotophaga ani</i>	anum-preto	Obs
	<i>C. major</i>	anum-coroca	Bib

Classe Aves (continuação)

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
	<i>Guira guira</i>	anum-branco	Obs
TYTONIDAE	<i>Tyto alba</i>	coruja-das-torres	Obs
STRYGIDAE	<i>Otus choliba</i>	corujinha-do-mato	Ent
	<i>Glaucidium brasilianum</i>	caburé	Ent
	<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira	Ent
	<i>Rhynoptynix clamator</i>	coruja-orelhuda	Ent
NYCTBIIDAE	<i>Nyctibius griseus</i>	urutau	Ent
CAPRIMULGIDAE	<i>Nictidromus albicollis</i>	curiango	Bib
	<i>N. ocellatus</i>	bacurau-ocelado	Bib
APODIDAE	<i>Chaetura andrei</i>	andorinhão-do-temporal	Bib
TROCHILIDAE	<i>Phaetornis petrei</i>	beija-flôr-de-rabo-branco	Obs
	<i>P. ruber</i>	besourinho-da-mata	Obs
	<i>Chlorostilbon aureoventris</i>	besourinho-de-bico-vermelho	Obs
	<i>Amazilia fimbriata</i>	beija-flor-de-garganta-vermelha	Bib
	<i>Chrysolampis mosquitus</i>	beija-flor-vermelho	Bib
	<i>Glaucis hirsuta</i>	balança-rabo-de-bico-torto	Bib
	<i>Eupetomena macroura</i>	beija-flôr-tesoura	Obs
ALCEDINIDAE	<i>Ceryle torquata</i>	martim-pescador-grande	Bib
	<i>Chloroceryle amazona</i>	martim-pescador-verde	Bib
	<i>C. americana</i>	martim-pescador-pequeno	Obs
GALBULIDAE	<i>Galbula ruficauda</i>	arirambinha-de-rabo-vermelho	Bib
BUCCONIDAE	<i>Nystalus sp.</i>	joão-bobo	Bib
RAMPHASTIDAE	<i>Ramphastus vitellinus</i>	tucano-de-bico-preto	Ent
	<i>Pteroglossus aracari</i>	araçari	Ent
	<i>Selenidera maculirostris</i>	araçari-poca	Bib
PICIDAE	<i>Campephilus sp.</i>	pica-pau	Ent
	<i>Celeus flavescens</i>	pica-pau-de-cabeça-amarela	Ent
	<i>C. flavus</i>	pica-pica-pau-amarelo	Bib
	<i>Picumnus sp.</i>	pica-pau-anão	Bib
	<i>Veniliornis affinis</i>	picapauzinho-avermelhado	Bib
	<i>Colaptes campestris</i>	pica-pau-do-campo	Ent/bib
FURNARIIDAE	<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	Obs
	<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	curutié	Obs
	<i>Phacellodomus rufifrons</i>	carrega-madeira	Obs
	<i>P. ruber</i>	graveteiro	Obs
FORMICARIIDAE	<i>Formicivora grisea</i>	papa-formiga-pardo	Bib
	<i>Pyriglena leucoptera</i>	borralhara	Bib
	<i>Thamnophilus punctatus</i>	choca-bate-cabo	Bib
COTINGIDAE	<i>Procnias nudicollis</i>	araponga	Bib
	<i>Cotinga maculata</i>	crejoá	Bib
TYRANNIDAE	<i>Myiozetetes similis</i>	bentivizinho	Obs
	<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	Obs
	<i>Tyrannus melancholicus</i>	siriri	Obs
	<i>Megarhynchus pitangua</i>	bem-te-vi-de-bico-chato	Obs
	<i>Fluvicola nengeta</i>	lavadeira	Obs
	<i>Arundinicola leucocephala</i>	caveirinha	Obs

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
	<i>Elaenia flavogaster</i>	marido-é-dia	Obs
	<i>Hirundinea ferruginea</i>	gibão-de-couro	Bib
	<i>Todirostrum cinereum</i>	tirri	Obs
PIPRIDAE	<i>manacus manacus</i>	rendeira	Ent/bib
	<i>Pipra rubrocapla</i>	cabeça-encarnada	Ent/bib
HIRUNDINIDAE	<i>Tachycineta albiventer</i>	andorinha-de-rio	Obs
	<i>T. leucorrhoa</i>	andorinha-de-asa-branca	Obs
	<i>Notiochelidon cyanoleuca</i>	and.-doméstica-pequena	Bib
	<i>Stelgidopteryx ruficollis</i>	andorinha-asa-de-serra	Obs
TROGLODYTIDAE	<i>Troglodytes aedon</i>	garrincha	Obs
	<i>Donacobius atricapillus</i>	japacapim	Obs
MIMIDAE	<i>Mimus gilvus</i>	sabiá-da-praia	Obs
	<i>M. saturninus</i>	sabiá-do-campo	Obs
TURDIDAE	<i>Turdus leucomelas</i>	sabiá-branco	Obs
	<i>T. rufiventris</i>	sabiá-coca	Obs
	<i>T. fumigatus</i>	sabiá-da-mata	Ent/bib
	<i>T. amaaurachalinus</i>	sabiá-bico-de-osso	Bib
SYLVIDAE	<i>Polioptila plumbea</i>	balança-rabo-de-chapéu	Obs
MOTACILLIDAE	<i>Anthus lutescens</i>	caminheiro-zumbidor	Obs
VIREONIDAE	<i>Cyclarhis gujanensis</i>	gente-de-fora-vem	Obs
EMBERIZIDAE	<i>Cacicus cela</i>	xexéu	Obs
	<i>C. haemorrhous</i>	guaxé	Obs
	<i>Icterus icterus</i>	sofrê	Obs
	<i>Gnorimopsar chopi</i>	pássaro-preto	Obs
	<i>Dacnis cayana</i>	saí-azul	Ent
	<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	Obs
	<i>Euphonia chlorotica</i>	vem-vem	Bib
	<i>Tangara cayana</i>	saira-amarela	Ent
	<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaço-cinzento	Obs
	<i>T. palmarum</i>	sanhaço-de-coqueiro	Obs
	<i>Sturnella militaris</i>	polícia-inglesa	Bib
	<i>Ramphocelus bresilius</i>	sangue-de-boi	Obs
	<i>Saltator similis</i>	estevão	Ent
	<i>Volatinia jacarina</i>	tiziu	Obs
	<i>Oryzoborus angolensis</i>	curió	Obs
	<i>Sporophila nigricollis</i>	papa-capim	Obs
	<i>S. bouvreuil</i>	caboclino	Obs
	<i>S. caerulescens</i>	coleirinha	Obs
	<i>S. leucoptera</i>	chorão	Obs
	<i>Sicalis flaveola</i>	canário-da-terra	Obs
	<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	Obs
	<i>Emberizoides herbicola</i>	canário-do-campo	Obs
	<i>Thachyphonus rufus</i>	pêga	Ent
PLOCEIDAE	<i>Passer domesticus</i>	pardal	Obs

Classe Mammalia

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
DIDELPHIDAE	<i>Didelphis marsupialis</i>	sariguê	Ent/Bib
	<i>D. albiventris</i>	sariguê	Ent/Bib
BRADYPODIDAE	<i>Bradypus torquatus</i>	preguiça-de-coleira	Ent/bib
	<i>B. variegatus</i>	preguiça	Bib
	<i>Bradypus sp.</i>	preguiça	Bib
PHYLOSTOMIDAE	<i>Desmodus rotundus</i>	vampiro	Bib
	<i>Rhinophylla pumilio</i>	morcego-narigudo	Bib
	<i>Artibeus cinereus</i>	morcego-listra-branca	Bib
	<i>Artibeus jamaicensis</i>	morcego-grande	Bib
	<i>Carollia carollia</i>	morcego	Bib
	<i>Glossophaga glossophaga</i>	morcego	Bib
VESPERTILIONIDAE	<i>Lasiurus borealis</i>	morcego	Bib
MOLOSSIDAE	<i>Molossus ater</i>	morcego-de-casa	Bib
MYRMECOPHAGIDAE	<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-mirim	Ent
CALLITRICHIDAE	<i>Callithrix geoffroyi</i>	mico-de-cheiro	Bib
	<i>C. penicillata</i>	mico	Bib
CEBIDAE	<i>Callicebus personatus melano-chir</i>	guigó	Ent/bib
	<i>Cebus apella robustus</i>	macaco-prego	Ent/Bib
PROCYONIDAE	<i>Potus flavus</i>	jupará	Ent
	<i>Nasua nasua</i>	coati	Ent
	<i>Procyon cancrivorus</i>	guaxinim	Ent
CANIDAE	<i>Dusicyon thous</i>	raposa-do-campo	Ent
MUSTELIDAE	<i>Eira barbara</i>	papa-mel	Ent
	<i>Lutra longicaudis</i>	lontra	Ent/Bib
	<i>Galictis vittata</i>	furão	Bib
FELIDAE	<i>Felis wiedii</i>	gato-do-mato	Ent/Bib
	<i>F. pardalis</i>	jaguaritica	Ent
	<i>F. yagouaroundi</i>	gato-mourisco	Bib/bib
	<i>F. concolor</i>	sussuarana	Ent/bib
	<i>Panthera onca</i>	onça-pintada	Bib/ent
CERVIDAE	<i>Mazama americana</i>	veado-mateiro	Ent
HYDROCHAERIDAE	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	capivara	Ent/Bib
TAPIRIDAE	<i>Tapirus terrestris</i>	anta	Bib
TAYASSUIDAE	<i>Tayassu tajacu</i>	caititu	Ent/Bib
SCIURIDAE	<i>Sciurus aestuans</i>	caxinguelê	Ent/Bib
MURIDAE	<i>Oryzomys sp.</i>	rato-do-mato	Ent/Bib
	<i>Mus musculus</i>	camundongo	Obs
	<i>Rattus norvegicus</i>	ratazana	Obs
	<i>R. rattus</i>	rato-de-casa	Ent
ERETHIZONTIDAE	<i>Chaetomys subspinosus</i>	ouriço-preto	Bib
	<i>Sphiggurus insidiosus</i>	ouriço-cacheiro	Bib
	<i>Coendou prehensilis</i>	ouriço-preto	Bib
AGOUTIDAE	<i>Agouti paca</i>	paca	Ent/Bib
DASYPROCTYDAE	<i>Dasyprocta agouti</i>	cutia-dourada	Ent/Bib
CAVIIDAE	<i>Galea wellsi</i>	preá	Ent/Bib
LEPORIDAE	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	tapiti	Ent/Bib

FAMÍLIA	NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR	FONTE
DASYPODIDAE	<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peba	Ent
	<i>Cabassous unicinctus</i>	tatu-rabo-de-couro	Ent
	<i>Dasypus novemcinctus</i>	tatu-galinha	Ent/bib
	<i>D. septemcinctus</i>	tatui	Ent

LEGENDA:

BIB: espécies registradas na área de estudo através de bibliografias

ENT: espécies registradas na área de estudo através de entrevistas

OBS: espécies observadas na área de estudo

MEIO ANTRÓPICO

Contexto Regional

Histórico da Ocupação

Desde os primórdios da colonização, onde a Capitania de Porto Seguro tinha funções de defesa, centro de armazenamento de pau brasil e outras madeiras nobres, a região vem sendo submetida a sucessivas mudanças na sua estrutura sócio - econômica.

Em 1534, o donatário da Capitania de Porto Seguro, Pero de Campos Tourinho, implantou na foz do rio Buranhém, a Vila de Porto Seguro, colonizando as terras com distribuição de Sesmarias e fomentando a implantação de engenhos de açúcar baseados no uso intensivo de capital e no trabalho escravo. Em meados do séc. XVI, o ciclo da agro-indústria açucareira alcançou o seu desenvolvimento máximo na capitania, onde foram instalados cinco engenhos para produção do açúcar, visando sua exportação para Lisboa.

No século XVII, a atividade açucareira entrou em declínio, motivado pelas altos custos de produção e a concorrência com outras áreas produtoras, a exemplo das capitanias de Pernambuco, Bahia e o Caribe. (Bahia, Car 1994)

Já no século XVIII a Região passa a abastecer o Recôncavo Baiano com farinha de mandioca e feijão.

No XIX, o cacau e o café contribuíram para a expansão da fronteira agrícola e para o crescimento demográfico, apesar da Região permanecer ainda desarticulada da economia baiana, tendo uma função periférica em relação a região cacaueira.

Miranda (1992) enfatiza que “ As relações sociais que se estabeleceram após a derrocada da economia colonial fundamentaram-se na existência de terras abundantes e de homens livres. Os pequenos produtores, posseiros e pescadores, organizaram-se em uma sociedade homogênea com base na produção semimercantil, onde as unidades familiares independentes integraram-se em comunidades de ajuda mútua. As relações de troca entre os membros das comunidades e as relações regulares que se estabeleceram com o comércio regional, onde os produtores, em conjunto, vendiam principalmente cacau e café, não visavam a acumulação mercantil, mas apenas a reprodução da economia camponesa.

Este modelo de ocupação, perdurou até os anos 50, deste século, quando um novo ciclo econômico, a extração de madeira, viria promover profundas mudanças na organização do espaço geográfico. O advento da Br-101 consolidou esta vertente econômica, revertendo o padrão litorâneo de ocupação, e fazendo emergir, ao longo da rodovia, importantes centros urbanos no interior da região, como Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itamaraju, inserindo-a no contexto da economia nacional com a chegada de investimentos públicos, grande contingente populacional e uma plêiade de novos investidores.

As facilidades para o transporte de mercadorias atraíram grandes e pequenos empresários, do ramo madeireiro, predominantemente capixabas, que, em uma década esgotaram o que restava da floresta, executando, deste modo, o que não haviam conseguido os antigos madeireiros em dois séculos de extrativismo rudimentar. (Bahia, CAR 1994)

A pecuária bovina instalou-se na Região nos anos 50, nos municípios de Itanhém e Medeiros Neto, ocupando os espaços abertos pela derrubada da mata atlântica. Ao final dos anos 80, um novo ciclo econômico implanta-se ao sul da região, com o desenvolvimento da agricultura de base empresarial capitaneadas pela cultura do mamão, onde estabeleceram-se grandes cooperativas como a Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC e a Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil, o que possibilitou a colocação de produtos nos mercados do sul do país. É deste período, também a implantação de usinas de álcool, com uma retomada do cultivo de cana de açúcar, encetados pelo Pró-Álcool.

Durante as duas últimas décadas, grandes maciços de reflorestamento homogêneo vêm sendo implantados, ocupando vastas áreas que abrigavam a mata atlântica, com a instalação de grandes empresas como Aracruz, Bahia Sul Celulose e, mais recentemente, a Vera Cruz Florestal.

A Formação dos Núcleos Urbanos

Os primeiros núcleos urbanos da região coincidem com a própria história do povoamento do Brasil, que se deu inicialmente no litoral, caracterizando-se por uma ocupação dispersa e restrita a núcleos básicos como Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia, tendo estes, funções de proteção do território contra agentes internos e externos e entreposto para armazenamento de produtos exportáveis para Lisboa, principalmente pau brasil e madeiras nobres.

Em meados do século XVIII deu-se a ampliação da ocupação da costa, com a criação das vilas de Belmonte, Trancoso, Prado, Alcobaça, Caravelas, Viçosa e São José do Porto Alegre, atualmente Mucuri, tendo como base econômica a atividade madeireira rudimentar, os engenhos de açúcar e a pesca.

Até meados do século XX predominou o padrão de ocupação esparsa e litorânea. A introdução do rebanho bovino principiou um deslocamento populacional gradual para os núcleos urbanos interiores. Muitas cidades atuais surgiram nestas condições, a exemplo de Ibirapuã, Itanhém, Vereda, Jucuruçu, Guaratinga e Lajedão, e em particular, a cidade de Medeiros Neto, que abrigou considerável concentração populacional.

O advento da Br 101 acelerou o processo de mudanças na lógica da ocupação territorial, resultando num maior desenvolvimento das cidades interioranas, em detrimento do crescimento das tradicionais cidades do litoral, o que resultou na década de 80, numa nova divisão territorial dos municípios da região.

Dinâmica Regional

Nas duas últimas décadas as cidades de Eunápolis e Teixeira de Freitas se constituíram em centros polarizadores¹, com suas respectivas áreas de influência e subordinação, o que permite a divisão da região Extremo Sul em duas sub-regiões: a Sub-região de Teixeira de Freitas e a sub-região de Eunápolis. (Bahia, CAR 1994)

Sub-região de Teixeira de Freitas

Fazem parte desta sub-região os municípios localizados ao sul, ou seja, Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Itamaraju, Jucuruçu e Vereda.

¹ A Companhia de Ação Regional - Car (1992) utiliza-se do conceito de polarização, ou seja, capacidade de centros urbanos exercerem influências sobre outras localidades, permitindo a divisão da Região em duas Sub-regiões.

A liderança de Teixeira de Freitas destaca-se pelas ofertas de serviços básicos nas áreas de saúde, educação, comercial, financiamento (bancos), comercialização e transportes. Sua privilegiada situação geográfica, entre os eixos da BR-101 e BA-290, confere-lhe a posição de principal ponto de interligação do Extremo Sul da Bahia com os Estados do Centro Sul e Nordeste do Brasil. Estão presentes na vida econômica da região todas as atividades que mais contribuíram para a transformação e reorganização do espaço geográfico, destacando-se : a pecuária, a fruticultura, o extrativismo vegetal, a silvicultura e, mais recentemente, o turismo, papel e celulose.

Sub-região de Eunápolis

Fazem parte desta, os municípios situados ao norte : Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebí, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia. Graças ao beneficiamento da madeira, Eunápolis despontou como centro de referência, somando cerca de 30% dos estabelecimentos industriais e 45% dos estabelecimentos comerciais da sub-região.

Além do extrativismo vegetal, que encontra-se em declínio, devido à inadequada utilização dos recursos florestais, que redundou num verdadeiro desastre ecológico pela não reposição de espécies vegetais, a sub-região tem atividades agrícolas como os cultivos tradicionais de cacau, cana de açúcar, mandioca, ocorrendo um crescimento do cultivo de café e mamão. O rebanho bovino localiza-se basicamente em Itagimirim e Guaratinga. Porto Seguro, graças ao incremento do turismo e do grande número de serrarias consegue aproximar-se de Eunápolis, no que tange a oferta de serviços como transporte, hotelaria e alimentação e outros pequenos negócios.

Devido à sua localização geográfica estratégica, Eunápolis desponta como elo comercial da sub-região, mantendo uma relação particular com o eixo Ilhéus/Itabuna .

Contexto Municipal

Município de Porto Seguro

O município de Porto Seguro, possui 2.240. Km², situando - se na Região Extremo Sul do Estado da Bahia, possuindo coordenadas geográficas de 16° 26'S e 39° 05'W, sendo limitado a norte com o município de Santa Cruz de Cabralia, a sul com Prado, a sudoeste com Itamaraju, a oeste com Itabela, a noroeste com Eunápolis e a leste com o Oceano Atlântico.

Distante a 704 Km da capital Salvador, por via terrestre tem como principal acesso a sua sede a rodovia BR 367 que liga - se a BR 101, via Eunápolis .

Aspectos Demográficos

Segundo censo demográfico do IBGE, a população do município de Porto Seguro encontra-se com 34.564 habitantes, sendo 67% na área urbana e 33% na área rural com uma densidade populacional de 14,35 hab./Km², considerando-se que nos períodos de alta temporada a população flutuante contribui para triplicar este número.

Devido a mudanças ocorridas na dinâmica econômica regional, com a emergência de importantes núcleos urbanos interioranos na década de 60, houve uma nova divisão territorial, que a partir de 1985 redundou na criação de novos municípios como Eunápolis, Itabela e Teixeira de Freitas. Esta nova divisão territorial, aconteceu após a realização de censo econômico de 1980, o que deixou defasados alguns dados em que não foi possível sua atualização. Tal fato, decorre também do atraso

do IBGE na divulgação dos dados contidos no censo de 1991. De qualquer sorte, estas limitações não são impeditivas para uma análise da situação atual, devido a que naquela oportunidade, já registravam-se tendências verificadas na atualidade.

O município de Porto Seguro é o mais populoso da faixa litorânea da Região do Extremo Sul, embora represente 6,3% do total da população regional, com números inferiores aos municípios de Itamaraju, Teixeira de Freitas e Eunápolis, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 - Extremo Sul População Litorânea - 1991

Município	Habitantes	%
Alcobaça	18.087	3,2
Belmonte	22.053	4,0
Caravelas	21.649	3,9
Mucuri	17.572	3,2
Nova Viçosa	25.532	4,7
Porto Seguro	34.520	6,3
Prado	24.887	4,7
Municípios Litorâneos	170.833	31,2
Extremo Sul	548.204	100,0

Fonte : CEI - 1992

Nota - se no quadro acima uma tendência de concentração populacional nos núcleos interiores criados pela implantação da BR 101 e onde, a agricultura de cunho empresarial e a pecuária encontram-se disseminadas.

Mão de Obra e Renda

**Quadro 3- População Economicamente Ativa (PEA),
por atividades - Município de Porto Seguro 1970 - 1980**

Sector de Atividade	1970 PEA	%	1980 PEA	%
Agricultura	7.438	81,94	6.602	48,73
Indústria	455	5,01	3.146	23,22
Comércio	444	4,89	961	7,09
Serviços	378	4,16	1.430	20,56
Transportes	126	1,39	340	2,51
Administração Pública	90	0,99	286	2,11
Atividades Sociais	101	1,12	433	3,20
Outras	45	0,50	349	2,58
Total	9.077	100,00	13.547	100,00

Fonte : CEI - 1992

Nota-se, que o setor terciário é preponderante na oferta de empregos, representando, em 1980, 44,02%. O incremento da PEA, entre 1970 e 1980, vinculada a atividade terciária é demonstrada.

Quadro 4- Porto Seguro - rendimento médio da PEA por sexo, 1980

Rendimento Mensal	Total %	Masculino %	Feminino %	Total %	Masculino %	Feminino %
até ½ SM	7,1	13,8	14,5	2191	1294	897
Mais de ½ a 1 SM	14,3	24,2	5,9	4442	3844	598
Mais de 1 a 2 SM	15,5	27,7	4,0	4804	4406	398
Mais de 2 a 5 SM	5,1	9,3	2,6	1594	1473	121
Mais de 5 a 10 SM	1,3	2,3	0,8	399	370	29
Mais de 10 a 20 SM	0,5	1,0	0,0	160	158	02
Mais de 20 SM	0,6	1,2	0,0	201	194	07
Sem rendimento	54,9	25,3	86,1	17002	4019	12983
Sem declaração	0,6	0,8	0,3	185	134	51
Total	30.978	15.892	15.086	30.978	15.892	15.086

Fonte : CEI - 1992

O nível de pobreza é bastante elevado na população residente, onde mais da metade desta,

(4,9%) é caracterizada como sem rendimento, elevando - se para 86%, nesta categoria, quando observa - se a participação feminina .

Entre os que percebem rendimentos, aqueles considerados de baixa renda (½ a 2 SM) representavam 36,9% ; os de renda média - baixa (2 a 5 SM) 5,14% ; os de renda média (5 a 10 SM) 1,2% ; os de renda média alta (10 a 20 SM) menos de 0,1% e os de renda alta (mais de 20 SM) 0,6%.

Uso e Ocupação do Solo

Apesar do município de Porto Seguro possuir grandes áreas de vegetação natural, ocupadas com florestas, restingas, manguezais e áreas úmidas, vem ocorrendo um aumento considerável de áreas destinadas a pastagens. Tal incremento desta atividade, avança sobre áreas que foram desmatadas para retiradas de madeiras nobres.

Em 1985, ás áreas de pastagens ocupavam o maior percentual das terras dos estabelecimentos rurais (47,5%), predominando nas porções interiores do município e avançando em direção ao litoral.

Fica evidente uma tendência crescente à pecuáriação do município principalmente pela substituição das áreas destinadas a cacauicultura, motivada pela crise por que passa esse setor. Ressalta-se também, o interesse do Banco do Nordeste do Brasil - BNB em estimular a atividade leiteira, através de empréstimos especiais (do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste - FNE), tendo como pressuposto econômico a presença de pequenos laticínios em Guaratinga e Itapebi e um mercado consumidor com grande possibilidade em Porto Seguro. Paralelamente, a pecuarização e a extração e beneficiamento de madeira, as zonas litorâneas dos municípios em questão vêm concentrando atividades voltadas para o turismo, capitaneados por Porto Seguro, que tem em Santa Cruz de Cabralia sua zona de expansão prioritária.

Quadro 5 - Porto Seguro e Santa Cruz de Carabá - Participação percentual de utilização das terras por atividade econômica, 1980 - 1985

Município	Lavoura		Pastagens		Matas e florestais		Terras em descanso ou utilizadas		Terras improvetadas	
	80	85	80	85	80	85	80	85	80	85
Porto Seguro	16,9	11,8	31,8	47,5	31,4	23,5	14,6	13,1	5,3	4,1
Total da Região	8,4	8,4	58,2	68,7	18,4	14,3	9,6	***	***	***
Total do Estado	11,2	12,4	46,5	44,9	22,9	23,1	14,6	15,2	4,8	4,4

Fonte : FIBGE - Censos Agropecuários, 1980 - 1985

*** : Dados não disponíveis

A redução das áreas relativas as florestas evidencia a destruição da mata ombrófila densa e a sua substituição pelas pastagens.

Atividades Econômicas

Pecuária

A agropecuária, tem sido a atividade preponderante no município de Porto Seguro representando em 1985 (47,5%), quadro 7, apesar da ainda significativa ocupação com matas e florestas (23,5%), embora haja uma tendência crescente à sua redução, haja visto que esta representava (31,4%) em 1980.

A atividade pastoril caracteriza-se nestes municípios pela alta concentração fundiária e pelo baixo nível de produtividade, vez que não utiliza técnicas modernas no manejo dos pastos e rebanhos. Está voltada para o mercado interno, integrado nacionalmente através do cartel das indústrias de leite e derivados e por um pequeno número de frigoríficos com ação regionalizada, possuindo por tanto baixa integração vertical.

Fatores como a baixa especialização do rebanho, os reduzidos cuidados tomados pelo produtor com a sanidade dos animais e restrito emprego de tecnologia moderna vem impedindo o exercício da atividade num patamar rentável para o produtor.

Agricultura

A análise dos sete principais produtos agrícolas do município de Porto Seguro, mostra uma redução nas áreas plantadas de cacau, cana de açúcar, feijão e mandioca e estabilização dos cultivos de mamão e café. Vale ressaltar, a significativa redução de cana de açúcar, provavelmente como reflexo do fechamento da unidade alcooleira da Embaúba. A diminuição das áreas dos cultivos semimer-cantis de milho, feijão, mandioca tem como causas, a penetração do capital no meio rural, a modernização das relações de trabalho, ou o incentivo a silvicultura e produtos comerciais de exportação, o avanço da pecuária, a escassez do crédito agrícola, que inviabiliza a pequena produção tendo

como consequência o êxodo rural e a favelização, já evidenciada nos núcleos urbanos mais desenvolvidos da Região.

Quadro 6- Porto Seguro - Área colhida, produção e rendimento dos principais produtos agrícolas, 1989 - 1992

Produto	1989		1990		1991		1992	
	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)	Área (ha)	Prod. (t)
Cacau	2.400	840	1.600	528	1.600	528	1.600	720
Café	300	93	180	56	500	150	240	127
Cana de açúcar	2.000	78.000	1.700	66.300	1.250	49.140	120	4.680
Coco da baía *	276	828	220	660	220	660	300	900
Feijão	100	85	80	64	80	64	80	64
Mamão	976	24.400	679	14.938	679	14.938	800	28.000
Mandioca	3.000	36.000	2.250	27.000	1.250	27.000	600	7.200
Milho	165	132	140	112	140	112	80	64

Fonte : FIBGE - Produção Agrícola Municipal

* Produção em mil frutos

Indústria

Este setor é pouco representativo nos municípios de Porto Seguro, reunindo principalmente atividades de beneficiamento da madeira. Excluindo - se este ramo, as atividades do setor secundário, estão prioritariamente vinculadas aos ramos da construção civil, produtos alimentares e minerais não metálicos, em função da expansão do turismo nos núcleos urbanos de Porto Seguro.

Pesca

A pesca é praticada sobretudo no litoral e manguezais dos municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro. Segundo dados da Bahia Pesca (1992), a participação de peixes no total do pescado esteve em torno de 76% e do camarão em 24% aproximadamente. Pode - se ainda observar que, do total das espécies capturadas, 75% concentrava - se em Porto Seguro e apenas 4% no município de Belmonte.

Porto Seguro, além de concentrar o grosso do pescado da Sub - região, possui a melhor infra estrutura relacionada com a organização do setor. Conta com uma cooperativa, uma colônia de pescadores e um grande número de estabelecimentos comerciais que adquire à varejo o peixe e o camarão.

A Cooperativa Mista dos Pescadores do Sul - COPESULBA, que tem 64 associados, comercializa, diariamente, 60 toneladas das seguintes espécies : badejo, garoupa, cavala, dentão, olho de boi e dourado. Para isto conta com 16 embarcações próprias e 4 de terceiros, além de outros equipamentos destinados à conservação do pescado. A produção comercializada destina - se no verão ao mercado regional e, na baixa estação, às cidades de Salvador, Vitória, Itabuna, Feira de Santana e Estado de Minas Gerais.

A Colônia encontra-se em Porto seguro, bastante desestruturada, este fato associado à falta de apoio oficial, no que se refere a concessão do financiamento em condições viáveis, tem limitado as ações da Entidade.

Vale ainda salientar a existência de manguezais neste municípios onde são encontrados grandes números de caranguejos, guaiamuns e outros crustáceos e moluscos. A maioria é enviada aos mercados de Eunápolis e de outras cidades da Região.

A pesca apesar de ser uma atividade de caráter artesanal, sem apoio oficial e frágil infra estrutura de produção e comercialização, ocupa uma parcela significativa de pessoas que vivem subordinadas a intermediários da produção pesqueira em níveis de renda e bem - estar bastante precários.

Comércio e Serviços

O eixo Porto Seguro tem expressiva representatividade em estabelecimentos comerciais e de serviços, liderando em número de alojamentos e alimentação, respondendo por 44% do comércio varejista e 30% do atacadista no âmbito da sub - região de Eunápolis, conforme demonstrado nos quadros abaixo :

Quadro 7 - Sub região de Eunápolis - Estabelecimentos do Setor Serviços, 1992

Municípios	Transportes	Alojamento Alimentação	Comunicação	Reparação Manutenção	Comércio Administ.	Outros	Total
Belmonte	-	15	-	3	2	-	20
Eunápolis	5	53	-	3	16	2	79
Porto Seguro	8	298	1	11	7	1	326
Total	15	418	1	22	26	3	485

Fonte : SEBRAE - Cadastro Industrial, Comercial, Agrícola e de Serviços

Quadro 8 - Sub Região de Eunápolis - Estabelecimentos Comerciais, 1992

Municípios	Varejistas	%	Atacadistas	%	Total	%
Belmonte	105	6	14	9	119	6
Eunápolis	651	38	72	45	723	39
Porto Seguro	502	30	26	16	528	28
Guaratinga	100	6	11	7	111	6
Total	1498	114	146	91	1744	93

Fonte : SEBRAE - Cadastro Industrial, Comercial, Agrícola e de Serviços

Turismo

Acompanhando a tendência mundial de crescimento do setor turístico a taxa média de 3,7% ao ano na década de 90, o Estado da Bahia através da BAHIA TURSA, instituiu o Programa de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR definindo zonas prioritárias : Chapada Diamantina, Litoral Norte, Litoral Sul ou Costa do Descobrimento e Baía de Todos os Santos.

O Litoral do Extremo Sul está inserido na Costa do Descobrimento, que será objeto de vários investimentos públicos e privados nas Regiões turísticas de Porto Seguro e Caravelas/Prado. A Região Turística de Porto Seguro / Santa Cruz de Cabrália se estende desde Mogiquiçaba, município de Belmonte, até Cumuruxatiba no município de Prado. As áreas identificadas prioritariamente para implantação de complexos de âmbito internacional foram Caraíva, Itaquena e Parque Turístico de Coroa Vermelha.

Esse segmento é, sem dúvida alguma, o responsável pelo regimento econômico das principais localidades litorâneas da Região do extremo sul, que até a década de 70, experimentaram um período de decadência.

Porto Seguro é o mais importante polo turístico do interior da Bahia e o terceiro do país, com 15.300 leitos e 110 estabelecimentos entre bares e restaurantes. Aos seus atributos naturais de vegetação de mata atlântica, praias de belezas cênicas, banhados, brejos e falésias, somaram-se os aspectos históricos e naturais de berço da colonização brasileira.

No eixo Porto Seguro / Coroa Vermelha, o turismo ocorre de forma espacialmente contínua, onde uma rede de empreendimentos estão voltados para hotelaria, pousadas e alimentação, interligando os dois núcleos urbanos. As vilas e povoados como Trancoso, Arraial D'ajuda e Santo André, contam também com estrutura voltada para o turismo.

A recente ampliação do aeroporto de Porto Seguro, permitindo o pouso de aeronaves de grande porte, com vôos nacionais e internacionais, vem reafirmar o grande potencial turístico da região, apesar da concentração dos ganhos da classe média e da elevação relativa dos preços internos para o turismo internacional (fixação com cambial da paridade do dólar / real), o eixo Porto Seguro - Santa Cruz de Cabrália, apresentou, através de uma política de preços competitivos, uma elevação no fluxo do turismo receptivo, entre os meses de janeiro / setembro - 1995, da ordem de 83,4% no número de passageiros embarcados e desembarcados no aeroporto, e de 38,9% do número de vôos, em relação a idêntico período de 1994. Há que se ressaltar que, em Salvador, houve retração no fluxo global de turistas nacionais no mesmo período.

Em 1994, Porto Seguro foi responsável por 22% do fluxo turístico do Estado, enquanto Salvador liderou com 47,6%.

Em termos de investimentos voltados para infra - estrutura, o PRODETUR deverá captar para a Costa do Descobrimento, abrangendo Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália investimentos da ordem de cinquenta e seis milhões de reais, onde estão incluídas a implantação de redes e abastecimento de águas e esgotamento sanitário, rodovias (Porto Seguro / Trancoso e Cabrália / Santo Antônio / Belmonte), limpeza urbana e recuperação do patrimônio histórico em Porto Seguro e Trancoso e construção de uma ciclovia na orla norte (sentido Santa Cruz de Cabrália).

Aspectos Sociais

Educação

Quadro 9 - Porto Seguro e Santa Cruz de Ccabrália - Estabelecimentos Escolares, 1991

Municípios	Pré-Escolar					Primeiro Grau					Segundo Grau				
	Mun	Est.	Fed.	Part.	Total	Mun	Est.	Fed.	Part.	Total	Mun	Est.	Fed.	Part.	Total
Porto Seguro	2	3	-	2	7	7	44	6	-	57	1	1	-	1	3
Santa Cruz de Cabrália	2	-	-	-	2	26	1	2	-	29	1	-	-	-	1
TOTAL	4	3	-	2	9	33	45	8	-	86	2	1	-	1	4

Fonte : CEI

Em Porto Seguro, o Governo Estadual se faz presente do pré-escolar até o segundo grau, tendo a maior responsabilidade para o ensino do primeiro grau, contando com 44 estabelecimentos.

A participação do Governo Federal é reduzida, fazendo - se presente apenas no curso de primeiro grau, onde são computados 6 estabelecimentos em Porto Seguro.

O ensino de segundo grau tem como característica uma redução no número de estabelecimentos, professores e alunos. Tal situação, deve-se em parte, a busca precoce dos jovens ao mercado de trabalho, com intuito de melhorar a renda familiar.

Segundo dados fornecidos pelas Prefeituras de Porto Seguro, as ofertas de vagas são sempre reduzidas frente a demanda existente, em se tratando do pré - escolar ao primeiro grau. Quanto ao ensino particular, há sempre sobra de vagas.

Saúde

De uma maneira geral, os serviços de saúde dos dois municípios não contam com recursos materiais e humanos para atender a demanda local e aos casos de maior complexidade, sendo encaminhados para Eunápolis, que dispõe de 6 hospitais (1 público e 5 particulares) com capacidade de 354 leitos, que ainda assim, torna-se insuficiente, o que leva a população a recorrer a cidade de Itabuna.

Atualmente, tem-se registrado um aumento do número de casos de dengue, sendo notificados pela 8ª DIRES - SESAB, 19 casos em Porto Seguro.

Todos índices quantitativos de saúde como, médicos/1.000 hab., dentistas/1.000 hab. e leitos/hab., estão bem abaixo dos níveis aceitáveis pela Organização Mundial de Saúde - OMS.

O setor de saúde em Porto Seguro conta com 11 estabelecimentos, sendo 1 hospital geral e 1 posto de atendimento pertencentes ao estado e 9 postos de saúde municipais, estando alocados 16 médicos.

A infra estrutura é precária e as ações de saúde são sempre corretivas e paliativas, necessitando de medidas de educação sanitária na prevenção das doenças, sobre tudo daquelas de natureza infecciosas, como a hepatite, tida como a enfermidade mais frequente demonstrando a necessidade de obras de saneamento básico.

Os municípios em questão, apesar da precariedade, estão entre os mais bem servidos em estabelecimentos de saúde (centros, postos de atendimentos, policlínicas e hospitais, tanto públicos com privados).

Lazer e Recreação

O grande lazer da população e visitantes dos dois municípios encontra-se nas praias, bares, hotéis e restaurantes no aproveitamento da extensa orla marítima. Em Porto Seguro existem 1 cinema, 1 biblioteca e 1 teatro.

Quanto as áreas destinadas para a prática esportiva, existe um estádio com capacidade para 2.000 pessoas, 2 campos de futebol e 2 quadras poliesportivas, com capacidade para 100 pessoas. A prática de esportes náuticos é mais uma opção de lazer oferecida devido as águas predominante calmas, onde o velejamento, passeios de escunas e a pesca de barco são comuns, notadamente nos feriados e veraneios.

Nas ruas, nos espaços fechados ou nas praias a multiplicidade de ritmos e danças a exemplo do axé, reggae e sobretudo a lambada estão presentes como manifestações populares fazendo dessas localidades à beira - mar, locais singulares onde são difundidos novos valores e modos de vida.

Infraestrutura

Saneamento Básico

Os serviços de saneamento básico dos dois municípios não diferem do quadro nacional e estadual, onde predomina as soluções inadequadas, a insuficiência de ligações, a improvisação e a clandestinidade das ações.

Os efluentes domésticos são encaminhados para fossas sépticas ou são lançados em pequenos córregos, de forma clandestina, produzindo riscos à saúde pública, assim como odores principalmente quando do refluxo dos mares.

Está previsto, dentro do escopo do PRODETUR, o sistema de tratamento para esgotos da cidade de Porto Seguro.

As sedes dos dois municípios, dispõem de rede de distribuição de água, mantidas pela EMBASA. Em Porto Seguro o abastecimento é realizado, utilizando-se do manancial do rio da vila, onde é captado à 2 Km do centro, com vazão estimada entre 150 a 200 l/h.

Com a conclusão do projeto de ampliação do sistema de abastecimento, captando as águas do rio Buranhém, o sistema terá sua capacidade aumentada em cinco vezes. O projeto será desenvolvido em duas etapas, adequando o fornecimento ao ano 2012.

Segundo dados fornecidos pela Embasa, quanto ao abastecimento em 1990, existiam 2.310 ligações e uma extensão de 6.827m, indicando que 75% da população urbana do município é atendida, sendo este percentual superior da região.

As operações de limpeza urbana nos dois municípios, apesar da existência, funcionam de forma precária. O lixo é transportado em caçambas e tratores e sua disposição final é realizada a céu aberto, sem atender critérios mínimos de proteção ao nível freático e aos demais recursos ambientais. A população não atendida pelos serviços de limpeza, usam com alternativas a queima, o enterro, o despejo em terreno baldio ou a disposição nos rios, córregos ou no mar.

Energia

Os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, são supridos de energia elétrica pelo sistema CHESF através da interligação dos subsistemas das usinas hidrelétricas de Funil e Paulo Afonso. A distribuição é feita pela Coelba.

Porto Seguro possui uma subestação transformadora de 138.000 / 13.800 volts, um transformador de 20 MVA, com linha de transmissão de 138 Kv, vindo de Eunápolis. Existe uma linha de transmissão antiga de 34,5 Kv, que atende ao meio rural e alimenta Santa Cruz de Cabrália. A subestação de Porto Seguro possui as seguintes saídas de 13,2 Kv:

- Em direção a Trancoso / Arraial d'Ajuda
- Para alimentação da cidade de Porto Seguro
- Para alimentação da orla marítima entre Porto Seguro e Coroa Vermelha

De acordo com dados do CEE, o município de Porto Seguro apresentou taxas de crescimentos (período 1980/1992) tanto no número de consumidores (168%), quanto no consumo (139%), superiores à região do Extremo Sul (142% e 32% respectivamente).

O sistema produtor está previsto para atender os dois municípios para os próximos 10 anos, sendo que a sub estação de Porto Seguro vem constantemente ampliando para atender ao crescimento da demanda propiciada pelo incremento do turismo. São constantes as interrupções e quedas de tensão, principalmente nos horários de pico. Tal fato foi observado pela equipe de campo, sendo uma queixa constante da população.

Comunicações

Em Porto Seguro houve um significativo crescimento de ligações telefônicas (77,6%) considerando-se o período entre 1980 a 1990, com a existência atual de 1524 linhas telefônicas em operação. Está prevista uma nova central telefônica, com capacidade para 5.000 terminais. Existem 1 agência postal e 2 agências telegráficas. O município conta ainda com uma emissora AM (Rádio Difusora do Descobrimento) e recebe imagem das emissoras TV Educativa, TV Bandeirantes, TV Bahia, TV Santa Cruz e TV Cabralia.

Sistema Viário

A BR-101, alterou significativamente o sistema viário do Extremo Sul, reorganizando o espaço regional e invertendo o padrão de ocupação, fazendo emergir importantes centros urbanos, como Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itamaraju e Medeiros Neto. Papel igualmente relevante, foi a de permitir a interligação da região com o restante do Estado e com as demais regiões brasileiras do Sul - Sudeste e do Nordeste. Teixeira de Freitas e Eunápolis comandam os fluxos rodoviários de interligação entre as localidades.

Para se chegar a Porto Seguro, toma-se a BR-101 até Eunápolis, onde situa-se o entrocamento desta com a BR-367, que se constitui na única via de acesso as duas sedes municipais, percorrendo-se 63 Km até a cidade de Porto Seguro.

Um novo traçado viário, para estas localidades já se faz necessário, devido a problemas existentes com o tráfego pesado e o aumento do número de ônibus e carros de passeio, notadamente durante a alta estação de turismo.

Com o advento do "boom" turístico, Porto Seguro ampliou de forma significativa sua rede de transportes beneficiando por extensão. O sistema implantado é formado por linhas rodoviárias intramunicipal, intermunicipal e interestadual. As linhas aéreas são dotadas de vôos domésticos e internacionais. As linhas marítimas são usadas apenas para transportes de cargas.

Transporte

Transporte Rodoviário

As empresas que operam no sistema transporte rodoviário no eixo de Porto Seguro são : Águia Azul, Águia Branca, Sulba, São Geraldo, Gontijo e Rio Doce. Para o transporte intramunicipal, operam as empresas Expresso Brasileiro e Águia Azul, sendo que a primeira opera a linha Porto Seguro/Santa Cruz de Cabralia, enquanto que a segunda realiza a travessia de balsa em direção à Arraial D'ajuda, Trancoso e Caraíva.

Para o transporte intermunicipal / interestadual são utilizadas as seguintes empresas :

Empresa : Gontijo

Destinos : Eunápolis / Itagimirim / Salto da Divisão / Jacinto / Almenara / Jequitinhonha / Itaubin / Teófilo Otoni / Governador Valadares / Cor. Fabriciano / Belo Horizonte.

Empresa : Águia Branca

Destinos : Salvador / Vitória / João Neiva / Linhares / Colatina / São Mateus / P. Canário / Ilhéus / Cruz das Almas / Irecê / Santo Antônio de Jesus / Itamaraju / Itabela / Eunápolis / Gandu / Ubaitaba / Vitória da Conquista / Canavieiras / Valença / Feira de Santana / Porções / Xiquexique / Rondônia / Teixeira de Freitas / São João / Camacã / Itagimirim

Empresa : Rio Doce

Destinos : Governador Valadares / Juiz de Fora / Muriaé / Realeza / Nanuque / Teixeira de Freitas / Medeiros Neto / Montes Claros / Eunápolis / Guaratinga / Caratinga / Itamaraju / Ilhéus / Itabuna / Vitória da Conquista / Itapetinga / Canavieiras / Santo Antônio do Jacinto / Teófilo Otoni.

Empresa : Sulba

Destinos : Eunápolis / Itamaraju / Itabela / Itabuna / Ilhéus / Santa Cruz de Cabralia

Empresa : São Geraldo

Destinos : Rio de Janeiro / Maceió / Goiânia / Brasília / Ipatinga / Curitiba / São Paulo / Belo Horizonte / Foz de Iguaçu / Campos.

Transporte Aéreo

A recente ampliação do aeroporto de Porto Seguro, permitindo receber aviões de grande porte, tornou possível a aproximação deste polo turístico com capitais brasileiras como Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, Salvador, incrementando não só o turismo receptivo nacional como o internacional.

O fluxo médio registrado de 60 vôos semanais conta com empresas como Varig, Vasp, Transbrasil, Tam, Nordeste, RioSul e Pantanal, destacando-se o crescente número de vôos charters.

Segurança

Em Porto Seguro, o setor de segurança conta com 16 profissionais da polícia civil entre delegados, escrivães e policiais, além de 1 médico legista. O policiamento preventivo é feito pela polícia militar, representada pela 4ª Cia. do 13º Batalhão de Polícia Militar (sediado em Teixeira de Freitas), vinculado ao comando de policiamento do interior, que atende aos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia e Belmonte.

Contexto Local - APA de Caraíva / Trancoso

Criada pelo Decreto Estadual nº 2.215, de 15/06/93, objetiva a preservação das falésias, dos remanescentes de Mata Atlântica e dos estuários dos rios Caraíva e dos Frades, bem como do seu patri-

mônio histórico e beleza cênicas, sendo a Empresa Bahiana de Turismo-Bahiatursa a entidade administradora da APA.

Situa-se no Município de Porto Seguro formando um polígono com aproximadamente 3.190km de área, onde se inserem os núcleos urbanos de Trancoso, Caraíva e parte do perímetro urbano de Porto Seguro, além da área indígena de Imbiriba. Também se incluem na área alguns projetos imobiliários, a exemplo do Outeiro das Brisas, e da Fazenda Itaquena, dedicada à criação extensiva de búfalos. Dentre os locais mais expressivos, do ponto de vista histórico-cultural, destacam-se algumas construções em conjunto ou isoladamente, que remontam ao período colonial:

- Núcleo histórico de Trancoso, localmente denominado “Quadrado”, composto por um conjunto de edificações coloniais;
- Igreja de São João Batista, em Trancoso, datada do século XVI;
- Duas edificações existentes na localidade de Caraíva.

Além destas, o Monte Pascoal, marco do Descobrimento do Brasil, com uma altitude de 536m, muito embora esteja fora dos limites, é visível a partir de vários pontos da APA e se destaca na paisagem regional.

Os núcleos urbanos existentes na APA têm suas atividades essencialmente relacionadas ao turismo. Apesar do forte atrativo que representa e do elevado potencial turístico da região, nota-se, nesses núcleos, uma carência de infraestrutura de serviços básicos e a tendência a uma ocupação desordenada no seu entorno, o que poderá vir a afetar o pleno desenvolvimento do turismo na área.

Aspectos Econômicos

Dentro dos limites da APA Caraíva-Trancoso, estão incluídos os núcleos urbanos de Trancoso, no extremo norte, e de Caraíva, no extremo sul, além das localidades de Itaporanga e as área indígena de Imbiriba. Em frente à localidade de Caraíva na outra margem do rio do mesmo nome, há um agrupamento de casas denominado de Boa Vista.

Em se tratando de atividades econômicas, predominam o turismo, a atividade comercial de pequeno porte (bares, vendas, pousadas, hospedagens, etc.), a pesca e a mariscagem.

Em Trancoso, a pesca e o turismo são os segmentos econômicos mais representativos, para a população local. O excedente da produção do pescado é levado para comercialização em Porto Seguro. A infraestrutura turística conta com cerca de 20 pousadas, alguns restaurantes, bares e um grande número de casas alugadas por temporada.

Em Caraíva, o mais distante dos povoados litorâneos, o turismo é ainda mais incipiente, sendo que a pesca, a mariscagem e o artesanato (devido à proximidade com a aldeia indígena de Barra Velha) são representativos como fonte de renda e sustento da população nativa. Existem apenas 2 pousadas, 5 hospedarias e 1 restaurante.

Uso do Solo e Questão Fundiária

A faixa litorânea da APA de Caraíva-Trancoso é ocupada por áreas de vegetação com influência antrópica (campos e capoeiras), áreas de vegetação em estado natural (florestas, manguezais, restingas, brejos e banhados); áreas com pastagens extensivas; áreas urbanas e loteamentos esparsos, e

por áreas de culturas agrícolas pouco expressivas, correspondendo preponderantemente a plantações de coqueiros na faixa de orla marítima.

Em se considerando a área da APA como um todo, denota-se o intenso processo de retirada de espécies da Mata Atlântica, mais acentuado no trecho entre o rio dos Frades e Caraíva, onde atuaram, de forma predatória, as serrarias que ali se instalaram na década de 70. Atualmente estas áreas encontram-se ocupadas com pastagens ou simplesmente abandonadas, onde uma vegetação secundária ocorre. Os poucos remanescentes florestais existentes estão condicionados às margens dos rios ou às bordas dos tabuleiros.

No trecho mais ao norte, entre o rio dos Frades e Trancoso, observa-se alguns bolsões remanescentes da floresta de tabuleiros, onde a ação antrópica foi menos predatória. Destaca-se também, neste trecho, o extenso banhado formado pelo rio dos Frades. Estas nítidas diferenças, no grau de intervenção antrópica, deverão ser consideradas na proposta de manejo para a APA.

A estrutura fundiária da área da APA é caracterizada pela grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, com predominância da pecuária e do cultivo de coco, próximos ao litoral. Destacam-se as áreas das fazendas Itaquena, às margens do rio dos Frades, com criação de búfalos e bovinos, o loteamento Outeiro das Brisas, ao sul da barra do rio dos Frades, pertencentes a um grupo italiano, além das terras da empresa Coco-Bahia, próximas a Caraíva, com extenso coqueiral, de onde é retirado óleo do coco para produção de bronzeadores, destinados ao mercado externo.

Além destas áreas, incluem-se os povoados de Caraíva, Trancoso e as localidades de Itaporanga, Boa Vista e a reserva indígena de Imbiriba, onde residem aproximadamente 280 índios.

Aspectos Demográficos

Caraíva, possui 2000 habitantes, sendo um pacato vilarejo de ainda difícil acesso.

O núcleo urbano de Trancoso possui uma praça onde se situa a igreja, ladeada pelo casario e pelo casarão, sendo este seu núcleo inicial, de onde partem vias onde ocorre ocupação bastante esparsa. Pela dificuldade de acesso terrestre e pela maior distância de Porto Seguro, ainda apresenta baixa densidade de ocupação e predominância de residências. Seu crescimento ainda ocorre mais pela adição de edificações do que pela implantação de novos loteamentos.

Infraestrutura

Esta localidade tem sua área integralmente servida por energia elétrica. O sistema abastecedor é o mesmo da cidade de Porto Seguro.

O abastecimento de água é de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Seguro, permanecendo atualmente um sistema bastante antigo e que atende apenas a uma pequena parte da área do povoado. Esta área atendida corresponde ao “Quadrado” (praça central de Trancoso) e ruas adjacentes. A água de abastecimento é proveniente do rio Trancoso e não recebe tratamento. Em determinadas épocas do ano, o local de captação sofre influência da maré, fato que obriga a paralisação do sistema para que a água salgada não seja distribuída à população.

Recentemente, foi perfurado, pela Prefeitura de Porto Seguro, um poço tubular no centro da localidade, com águas de excelente qualidade e que poderá vir a fornecer vazão de até 25 m³/h. Posteriormente, visando ampliar a oferta de água à localidade, a CERB perfurou outro poço a cerca de 300 m daquele, o qual apresenta condições de fornecer vazão de no mínimo 30 m³/h. Mais quatro poços

foram locados em situações tecnicamente favoráveis, devendo ser perfurados gradativamente, no futuro, na medida do crescimento da demanda.

Trancoso não dispõe de rede de esgotamento sanitário, prevalecendo o uso de fossas sépticas e de fossas rudimentares. A situação é particularmente crítica nas proximidades do rio Trancoso, onde estão ocorrendo invasões que ameaçam o principal manancial de abastecimento da localidade, comprometendo a qualidade da água de abastecimento. Esta também é afetada pela existência de pocilgas a montante do local de captação.

Em Trancoso estão alocados dez garis, que realizam a coleta de lixo com carrinhos e caçambas. O lixo coletado, junto com o de Arraial d'Ajuda, é lançado em um vazadouro a céu aberto, situado na estrada Arraial d'Ajuda-Trancoso, próximo ao entroncamento para Vale Verde.

A localidade de Caraíva é, entre todos os núcleos litorâneos do município de Porto Seguro, o único que se desenvolve unicamente na planície costeira, já que tem, na foz do rio Caraíva, seu sítio de ocupação. Não dispõe de serviços de fornecimento de energia elétrica, sendo adotadas soluções individuais. As instalações de maior porte (um restaurante e duas pousadas) contam com geradores próprios a óleo diesel, enquanto uma das pousadas também dispõe de captação de energia solar, como sistema alternativo.

A localidade também não dispõe de rede de abastecimento de água, nem de rede de esgotamento sanitário. Cerca de 81% dos domicílios deste distrito são abastecidos por poços ou nascentes próprios e cerca de 19% através de outras formas (fontes, poços ou bicas públicas, cacimbas, água da chuva). Há apenas um chafariz do qual a população retira a água em recipientes. A captação é feita em uma nascente, de onde a água é transportada para um reservatório e daí é aduzida ao chafariz.

É bastante alta a incidência de domicílios sem qualquer tipo de instalação para destinação de efluentes sanitários, o que indica que estes são lançados diretamente nos corpos hídricos.

O núcleo urbano de Trancoso conta com serviços de telefonia DDD e posto de serviço. Caraíva não dispõe desses serviços, não havendo sequer postos telefônicos naquela sede distrital.

A ligação terrestre entre Trancoso e Caraíva compreende duas estradas em condições muito precárias de tráfego. Recentemente, o empreendimento "Outeiro das Brisas", implantado em Itaquena, realizou uma melhoria naquela estrada, construindo inclusive uma ponte na travessia do rio dos Frades, cuja utilização está sujeita ao consentimento da administração do condomínio, que mantém um fiscal permanentemente no local.

Há um serviço de barcos que faz o percurso Caraíva-Porto Seguro, com frequência de dois dias, com o objetivo de abastecimento da vila e comercialização dos produtos (notadamente pescados) gerados na localidade.

A localidade de Itaporanga reúne poucas casas ao longo da estrada entre Trancoso e Caraíva. Recentemente, a FUNAI demarcou a Área Indígena de Imbiriba, que praticamente envolve o povoado. Conta com suprimento de energia elétrica, oriundo da subestação de Porto Seguro.

Não há abastecimento público de água ou rede de esgotamento sanitário, sendo utilizadas soluções individuais, através de captação de água em poços, rios e córregos, e disposição de efluentes através de infiltração no solo ou lançamento nos corpos hídricos.

Educação e Saúde

O Setor educacional na área da APA é bastante deficitário, seja pelo insuficiente número de vagas oferecidas, seja pela infraestrutura existente.

Trancoso conta apenas com 1 escola de primeiro grau mantida pela Prefeitura.

Em Caraíva, existe um colégio municipal do 1º Grau, mantido por 3 professoras

Tal fato, deve merecer atenção das autoridades, haja visto o aumento da demanda, quando da conclusão da estrada Caraíva-Porto Seguro e as inversões programadas para a área que certamente propiciarão o crescimento populacional destes núcleos urbanos.

Os serviços de saúde na área da APA são praticamente inexistentes, sendo a população obrigada a recorrer a Porto Seguro, ou em casos mais complexos, a Eunápolis.

Em Trancoso, existe apenas 1 Posto de Saúde que não dispõe de medicamentes e onde o atendimento é feito por apenas uma enfermeira.

Em Caraíva, inexistente Posto de Saúde, tendo apenas uma enfermeira voluntária que atende a situações emergenciais.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO

Prodetur - Programa de Desenvolvimento Turístico

Porto Seguro, como pólo referencial do turismo regional, tem a função atrativa e distributiva do fluxo de turistas, beneficiando as localidades da APA. As intervenções programadas, que o poder público está projetando para o centro turístico de Porto Seguro, no âmbito do Prodetur, ensejarão novas realidades, inserindo a área no contexto do turismo internacional, com significativos rebatimentos na organização do espaço, exigindo um planejamento integrado das ações setoriais, com vistas aos benefícios advindos da nova contextualização global/local.

O centro turístico de Porto Seguro, assim definido pelo Prodetur, compreende a zona costeira deste município e a de Santa Cruz de Cabrália, possuindo 150km de comprimento por 6 km de largura, partindo da linha de costa para o interior. É constituído pelos seguintes complexos turísticos:

- Coroa-vermelha - entre os rios Mutari e dos Mangues, limitado a oeste pela estrada costeira planejada (BA-001)
- Itaquena - entre Trancoso, rio dos Frades e a estrada costeira proposta (BA-001).
- Caraívas - do rio dos Frades até o Parque Marinho de Monte Pascoal.

A área do centro turístico é dividida em módulos hoteleiros. Cada módulo básico abrange uma área de 30 a 40 ha, para instalação de um hotel *resort*, com capacidade mínima de 150 unidades habitacionais, e um condomínio tipo *residencial service*, com um número de residências equivalente a 1/3 do número de unidades habitacionais do *resort*. A densidade da ocupação está projetada para 10 a 30 leitos/ha.

Há também previsão de construção de uma rodovia turística, e a formação de alguns núcleos urbanos periféricos, ao longo da referida estrada, formados a partir da oferta de emprego gerada pela atividade turística.

Apesar da baixa densidade de ocupação, a capacidade do Centro Turístico Porto Seguro/Caraíva será de 32.840 leitos, que gerarão 70.618 empregos diretos. A capacidade projetada está assim distribuída: 5.400 unidades habitacionais em hotéis *resorts*; 4.600 em condo-resort; 960 em pousadas; 960 em chalés; 4.500 em villages; unidades de comércio e serviços; 60 ha de campos de golfe; seis centros de tênis (com 32 quadras); e dez centros hipicos (com 60 cavalos).

De acordo com a Bahiatursa, os investimentos públicos previstos para a região de Porto Seguro/Santa Cruz de Cabrália, nos próximos cinco anos, totalizam US\$ 45 milhões. O Estado participa com os investimentos de infraestrutura e a concessão de financiamentos para 50% do investimento dos hotéis-âncora. A este se somariam os investimentos de empreendedores do setor mobiliário e de cadeias de hotéis nacionais e internacionais.

Museu Aberto do Descobrimento - MADE

Trata-se de um centro de interesse histórico-turístico, que terá como objetivo a realização de estudos e projetos para a preservação de prédios, locais de interesse histórico e principais aspectos naturais da Região do Extremo Sul. O museu compreenderá a “Costa do Descobrimento”, numa faixa de 130 km de praia, abrangendo os municípios de Prado, Porto Seguro e Sta Cruz de Cabrália. Terá

uma sede em Coroa Vermelha, numa área de 20 ha, contando com o apoio do Governo de Portugal e da Comissão Binacional das Comemorações dos 500 anos do Brasil

Progerco - Plano de Gerenciamento Costeiro

Prevê o zoneamento da ocupação e uso da faixa costeira, instituído pela Lei Federal nº 661/88, como parte integrante da Política Nacional do Meio Ambiente.

Consórcio Mata Atlântica

Objetiva transformar o bioma de Mata Atlântica na primeira Reserva da Biosfera em território brasileiro. É formado pelos governos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e pelo Ibama, que representa o governo federal, sendo administrado por um conselho das secretarias estaduais que estão incumbidas das demandas ambientais em cada estado da federação.

Plano de Referência Urbanística Ambiental - PRUA

Encetado pelo governo do estado, através do Prodetur, objetiva subsidiar a Prefeitura de Porto Seguro, gerando um produto de planejamento emergencial com validade temporária, para a urbanização da orla marítima, até que seja elaborado o Plano Diretor de Porto Seguro.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

As Áreas de Proteção Ambiental são espaços territoriais especialmente protegidos, criadas por ato do Poder Público, conforme dispõe a Constituição Federal e a Constituição do Estado da Bahia.

A APA é uma das categorias de unidade de conservação previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação -SNUC (Projeto de Lei 2.892/92, em tramitação no Congresso Nacional), inserida no grupo III - Unidades de Manejo Sustentável. A Área de Proteção Ambiental permite a manutenção da propriedade privada dentro do seu perímetro, sobre a qual incidem os dispositivos legais que tratam da proteção do meio ambiente, e em especial a Lei 6.902/81, que trata, entre outros, da criação de Áreas de Proteção Ambiental.

Constituição Federal

A Constituição Federal, no seu artigo 225, §1º, inciso III, atribui ao Poder Público *“definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção”*.

O §4º do mesmo artigo declara como patrimônio nacional, entre outros, a Mata Atlântica (em cuja área de domínio situa-se a APA de Caraíva-Trancoso), determinando que a sua *“utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”*.

O meio ambiente é ainda referenciado em outros artigos, quando a Constituição diz que a ordem econômica *“tem por fim assegurar a todos existência digna”* com a implementação da *“defesa do meio ambiente”* (art.170, VI). A propriedade urbana tem função social a cumprir (art.182, §2º), assim como a propriedade rural, que está ligada à *“utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”* (art.186, II).

Lei Federal nº 4.471/65

(modificada pelas Leis nºs 5.870/73 e 7.803/89)

Trata-se do Código Florestal, que estabelece, nos arts. 2º e 3º, as áreas onde a vegetação é considerada de preservação permanente, sendo sua erradicação, parcial ou total, sujeita a prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

No que se refere aos ecossistemas existentes na APA de Caraíva-Trancoso, devem ser mantidas as áreas de preservação permanente situadas :

- no caso dos rios, estes se encontram na faixa de até 10m (dez metros) de largura, ultrapassando essa dimensão apenas nos estuários. Portanto, a vegetação de preservação permanente acompanha a faixa marginal de 30m (trinta metros), ao longo dos cursos d'água, passando a 50m (cinquenta metros) nas margens dos estuários com mais de 10m (dez metros) de largura;
- nas nascentes, localizadas nos tabuleiros, deve ser mantida a vegetação num raio mínimo de 50m (cinquenta metros);

- no topo dos morros;
- nas encostas, ou parte destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- nos manguezais;
- nas bordas dos tabuleiros, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa mínima de 100m (cem metros), em projeções horizontais;
- nas áreas de florestas que integram o Patrimônio Indígena.

Ainda de acordo com o Código Florestal, art.16, deverá ser mantida, em cada propriedade rural, uma reserva legal de no mínimo 20%, onde não se admite o corte raso da floresta, devendo essa reserva legal ser averbada à margem da inscrição da matrícula do imóvel, no registro de imóveis competente, sendo vedada a alteração da sua destinação, nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento da área. Nos loteamentos de propriedades rurais, a reserva legal de 20% poderá ser agrupada numa só porção em condomínio entre os adquirentes.

Lei Federal 6.766/79

A lei que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, estabelece normas, a nível nacional, para loteamento e desmembramento de áreas, podendo o Estado e Municípios estabelecerem normas complementares, para adequar o previsto na lei às peculiaridades regionais.

A lei determina, no seu art.3º, que o parcelamento do solo para fins urbanos somente poderá ser feito em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas por lei municipal, devendo-se observar as restrições elencadas no parágrafo único, do mesmo artigo, quais sejam :

“Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo :

- I. em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;*
- II. em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública;*
- III. em terrenos com declividade ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;*
- IV. em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;*
- V. em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.”*

Com relação à APA de Caraíva-Trancoso, cabem as restrições estabelecidas nos incisos I, III, IV e V, que se referem, respectivamente, aos terrenos alagadiços, terrenos com declividade igual ou superior a 30%, áreas desaconselháveis para edificação dadas as condições geológicas e áreas de preservação ecológica.

O Art.4º estabelece os requisitos urbanísticos que devem ser observados, sem prejuízo de outros determinados pelo Estado ou Município.

Os demais artigos da lei se referem às exigências quanto à apresentação do projeto, aprovação pela Prefeitura, registro imobiliário, contratos, disposições penais e outras.

Com relação à aprovação pela Prefeitura, a lei estabelece, em seu art.13, condições em que o projeto deverá ser examinado e ter a anuência prévia do Estado :

- I. quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou ao patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas em lei estadual ou federal;*
- II. quando o loteamento ou desmembramento localizar-se em área limítrofe do município, ou que pertença a mais de um município, nas regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, definidas em lei estadual ou federal;*
- III. quando o loteante abranger área superior a 1.000.000 m² (um milhão de metros quadrados)."*

Parágrafo único - No caso de loteamento ou desmembramento localizado em área de município integrante de região metropolitana, o exame e a anuência prévia à aprovação do projeto caberão à autoridade metropolitana.

No caso de Caraíva-Trancoso, o exame e anuência prévia, acima mencionados, deverão estar sob a responsabilidade da Bahiatursa, entidade administradora da APA.

As alterações de uso do solo rural para fins urbanos na APA de Caraíva-Trancoso dependem, conforme disposto no art.53, de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e da aprovação da Prefeitura Municipal.

Lei Federal 6.938/81

Esta é a lei que trata da Política Nacional de Meio Ambiente, define os seus objetivos, cria o Sistema Nacional de Meio Ambiente- Sisnama, o Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, os instrumentos de política ambiental, e define as competências para licenciamento e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras, as infrações e penalidades.

O art.9º estabelece, como instrumento da política, entre outros, a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal.

As áreas de preservação permanente, mencionadas no art.2º do Código Florestal, e os pousos de aves de arribação, protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações são transformados em reservas ecológicas, de acordo com o art.18.

Lei Federal 6.902/81

Dispõe sobre a criação de Áreas de Proteção Ambiental. Determina, no seu art. 8º, a competência do Poder Executivo para criar Áreas de Proteção Ambiental, quando houver relevante interesse público, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

De acordo com o artigo 9º, o Poder Executivo deve, dentro dos princípios que regem o exercício do direito de propriedade, estabelecer normas, limitando ou proibindo atividades que importem em sensível alteração das condições ecológicas, que possam vir a comprometer a integridade dos ma-

nanciais de água, que provoquem acelerada erosão das terras e/ou acentuado assoreamento das coleções hídricas e que ameacem extinguir espécies raras da biota regional.

Lei Federal nº 7.661/88

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar e da Política Nacional do Meio Ambiente, que visará especificamente orientar a utilização nacional dos recursos da Zona Costeira, composta de faixa marítima e faixa terrestre, a serem definidas pelo Plano.

De acordo com o art. 5º §1º, os Estados podem instituir, através de lei, os respectivos Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro, prevendo o seu zoneamento de usos e atividades, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos. No caso da Bahia, encontra-se em elaboração o Zoneamento Costeiro do Estado, que será parte integrante do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Decreto Federal nº 89.336/84

Dispõe sobre as reservas ecológicas e áreas de relevante interesse ecológico, reafirmando o disposto no art. 18 da Lei 6.938/81, no que se refere às reservas ecológicas.

No que se refere a Áreas de Proteção Ambiental, este decreto estabelece que, no caso de Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE, declaradas pelo Poder Público, dentro do perímetro de uma APA, estas deverão integrar a Zona de Vida Silvestre, destinada à melhor salvaguarda da biota nativa (art. 2º §2º).

O art. 4º determina que o “*Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, estabelecerá normas e critérios referentes ao uso racional dos recursos ambientais existentes nas Reservas Ecológicas e nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico*”, o que, no entanto, não foi estabelecido, até o momento. Continuam, portanto, válidas as restrições estabelecidas no art. 3º, §1º do Código Florestal, que proíbe a supressão parcial ou total de florestas de preservação permanente, salvo com autorização do Poder Executivo Federal, quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Decreto Federal nº 99.274/90

Este Decreto regulamenta a Lei nº 6.902/81 e a Lei nº 6.938/81, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional de Meio Ambiente.

O seu artigo 1º reafirma a obrigação do Poder Público em “*proteger as áreas representativas de ecossistemas mediante a implantação de unidades de conservação e preservação ecológica*”. Os artigos 28 a 32, inseridos no capítulo II, tratam das Áreas de Proteção Ambiental, definindo a competência, a nível federal, para criação de uma APA, o conteúdo do decreto de criação da APA, as atribuições da entidade supervisora e fiscalizadora da APA e a prioridade a ser dada no caso de crédito e financiamento para a melhoria do uso racional do solo e das condições sanitárias e habitacionais das propriedades situadas nas Áreas de Proteção Ambiental.

O título III do mesmo decreto estabelece as penalidades cabíveis nos casos de infrações às normas estabelecidas, entre as quais:

- art 34 VIII- *causar degradação ambiental mediante assoreamento de coleções d'água ou erosão acelerada, nas Unidades de Conservação.*”
- Art 35 I - *realizar em Área de Proteção Ambiental, sem licença do respectivo órgão de controle ambiental, abertura de canais ou obras de terraplenagem, com movimentação de areia, terra ou material rochoso, em volume superior a 100m³, que possam causar degradação ambiental.*

O Decreto Federal nº122/91 modifica o art.41 do Decreto nº99.274/90, estabelecendo que “*A imposição de penalidades pecuniárias, por infração à legislação ambiental, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, excluirá a exigência de multas federais, na mesma hipótese de incidência.*”

Portaria do Presidente do IBAMA nº218/89

(modificada pela Portaria nº438/89)

Determina, em seu art.1º que “*a derrubada e exploração de florestas nativas e de formações florestais sucessoras nativas da Mata Atlântica só poderão ser feitas através de plano de manejo de rendimento sustentado, devidamente aprovado pelo IBAMA, respeitadas as áreas de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º do Código Florestal.*”

O artigo 2º dispõe que, em propriedades rurais com áreas de até 50ha (cinquenta hectares), se mais da metade dessa área for ocupada por florestas nativas ou suas formações florestais sucessoras, o uso do solo para agricultura e pecuária só poderá ser feito em 50% da área total. A formação florestal remanescente se constituirá em reserva legal. Caso a formação florestal ocupe menos que 50% da área total da propriedade, deverá ser considerada, na sua totalidade, como reserva legal.

O artigo 3º trata das áreas de preservação permanente e de reserva legal, estabelecendo que, no caso de desmatamento, estas serão recuperadas mediante programa promovido pelo IBAMA. O IBAMA considera como Mata Atlântica, a tipologia plotada no Mapa de Vegetação do Brasil, elaborado pelo IBGE/SEPLAN/PR, em convênio com o IBDF/MA, de 1988.

Decreto Federal nº 99.547/90

Proíbe, por prazo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica.

Decreto Federal nº 750/93

Proíbe, no seu art.1º, o corte, a exploração e a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, salvo quando autorizado, mediante decisão motivada do órgão ambiental competente, com anuência prévia do Ibama. Tal autorização deverá ser informada ao Conama, sendo admitida apenas nos casos de necessidade para a execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, após a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental.

Em áreas de Mata Atlântica, com vegetação primária, em estágio avançado ou médio de regeneração, admite-se a exploração seletiva de determinadas espécies nativas, desde que observados os requisitos dos incisos I a IV do art. 2º, ou seja :

- I. não promova a supressão de espécies distintas das autorizadas através de práticas de roçadas, bosqueamento e similares;
- II. elaboração de projetos, fundamentados, entre outros aspectos, em estudos prévios técnico-científicos de estoques e de garantia de capacidade de manutenção da espécie;
- III. estabelecimento de área e de retiradas máximas anuais;
- IV. prévia autorização do órgão estadual competente, de acordo com as diretrizes critérios técnicos por ele estabelecidos.

De acordo com o art. 5º, com relação ao parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos, em áreas de domínio da Mata Atlântica, os mesmos poderão ser admitidos nos casos de vegetação secundária em estágio avançado ou médio de regeneração, desde que estejam de acordo com o plano diretor do município e demais legislações de proteção ambiental. Para isso, é obrigatória a autorização prévia do órgão estadual competente, não devendo a vegetação apresentar qualquer das seguintes características:

- I. ser abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção;
- II. exercer função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;
- III. ter excepcional valor paisagístico.

O decreto estabelece ainda, no seu art. 3º, a definição de Mata Atlântica, assim considerada toda formação vegetal e ecossistemas associados, inseridos no domínio Mata Atlântica, com as respectivas delimitações estabelecidas no Mapa de Vegetação do Brasil, IBGE, 1988 : floresta ombrófila densa atlântica, floresta ombrófila mista floresta ombrófila aberta, floresta estacional semidecidual, floresta estacional decidual, manguezais, restingas, campos de altitude, brejos interioranos e encra- ves florestais do Nordeste.

Resolução do Conama nº 004/85

Esta Resolução do Conama reafirma o disposto no Decreto Federal nº 89.336/84, no que se refere à transformação em reservas ecológicas das áreas de preservação permanente, citadas no art. 2º do Código Florestal, bem como os pousos das aves de arribação protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações.

Além dessas, estabelece ainda outras reservas ecológicas, delimitadas ao redor das lagoas e nascentes, no topo de morros, montes e montanhas, linhas de cumeada e ao longo das restingas. Vale ressaltar que a definição dessas reservas ecológicas passou a ter caráter inconstitucional a partir da Constituição Federal de 1988, cujo art. 68 exclui a possibilidade de delegação do Poder Legislativo ao Poder Executivo para dispor sobre “direitos individuais” (MACHADO, 1994). Assim sendo, o direito de propriedade, incluso entre os “direitos individuais”, é matéria reservada à lei, não podendo ser objeto de decreto ou outros atos administrativos, como são as resoluções do Conama.

Desta forma, a determinação da dimensão das faixas de preservação permanente ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios de água natural ou artificiais, no topo de morros, montes e montanhas, nas linhas de cumeada e nas restingas, devem ser objeto de lei formal, estando o Poder Executivo impedido de limitar o direito de propriedade nos bens privados.

Dessa forma, só podemos aplicar a legislação, no que concerne as reservas ecológicas, para as áreas que o Código Florestal delimitou como de preservação permanente: os manguezais, as margens dos rios, as nascentes, as encostas com declividade superior a 45° e as bordas dos tabuleiros ou chapadas. Nos casos em que a norma não é auto-aplicável, necessita-se da aprovação da lei, que defina a medida das faixas marginais de vegetação de preservação permanente.

Resolução do Conama nº 020/86

Trata da classificação das águas do território nacional. São estabelecidas 9 (nove) classes nas quais devem ser enquadradas as águas doces, salobras e salinas, de acordo com a qualidade que se deseja para cada trecho do corpo d'água, em função dos seus usos legítimos. A qualidade das águas é então controlada através de parâmetros físico-químicos e bacteriológicos, cujos limites são estabelecidos para cada classe de rio, estuário ou oceano.

Os corpos d'água que banham a APA de Caraíva-Trancoso não foram enquadrados pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente-Cepram, na classificação de que trata a Resolução 020/86, devendo-se, de acordo com o art.20, alínea f), da mesma Resolução, ser considerados como de classe 2, no caso das águas doces, de classe 7, no caso das águas salobras (estuários) e de classe 5, as águas salinas.

Sendo assim, as atividades existentes, ou a se implantarem na APA, deverão controlar seus impactos e dar tratamento adequado a seus efluentes líquidos, de forma a obedecerem aos limites estabelecidos na Resolução do Conama 020/86.

Resolução do Conama nº 011/87

Declara, dentre outras, a Área de Proteção Ambiental como Unidade de Conservação.

Resolução do Conama nº 010/88

Esta Resolução trata especificamente da categoria de unidade de conservação denominada Área de Proteção Ambiental, estabelecendo a sua definição, objetivos, critérios de zoneamento e diretrizes para a sua gestão.

A Área de Proteção Ambiental - APA será dotada de um zoneamento ecológico-econômico, que *“estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, culturais e outras”* (art.2º).

A APA poderá ter zonas de usos especiais, caso existam dentro do seu perímetro outra unidade de conservação, de manejo, ou outras situações especiais de proteção ambiental, administradas efetivamente pelo Poder Público (art.3º §1º). A administração da APA é responsável em assegurar que as atividades antrópicas realizadas nas zonas de usos especiais estejam de acordo com os objetivos previstos na Lei 6.902/81 (art.3º §2º).

O zoneamento da APA tem que prever obrigatoriamente uma zona de vida silvestre, onde será proibido (zona de preservação da vida silvestre) ou regulado (zona de conservação da vida silvestre) o uso dos sistemas naturais (art.4º §1º e §2º).

As zonas de preservação da vida silvestre serão constituídas pelas reservas ecológicas públicas ou privadas, assim definidas conforme o Decreto Federal nº89.336/84, que considera reserva ecológica as áreas de preservação permanente mencionadas no art.18 da Lei 6.938/81, ou seja, as florestas e demais formas de vegetação natural relacionadas no art.2º da Lei 4.771/65 - Código Florestal e os

pousos das aves de arribação protegidas por convênios, acordos ou tratados assinados pelo Brasil com outras nações. As áreas consideradas de preservação permanente, na APA de Caraíva-Trancoso, são as estabelecidas no art. 2º do Código Florestal, para os casos que incidem sobre os ecossistemas presentes :

- no caso dos rios, estes se encontram na faixa de até 10m (dez metros) de largura, ultrapassando essa dimensão apenas nos estuários. Portanto, a vegetação de preservação permanente acompanha a faixa marginal de 30m (trinta metros), ao longo dos cursos d'água, passando a 50m (cinquenta metros) nas margens dos estuários com mais de 10m (dez metros) de largura;
- nas nascentes, localizadas nos tabuleiros, deve ser mantida a vegetação num raio mínimo de 50m (cinquenta metros);
- no topo dos morros;
- nas encostas, ou parte destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive;
- nos manguezais;
- nas bordas dos tabuleiros, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa mínima de 100m (cem metros), em projeções horizontais;
- nas áreas de florestas que integram o Patrimônio Indígena.

A implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, de projetos de urbanização e de loteamentos rurais, em Áreas de Proteção Ambiental, necessitam, independentemente de outras licenças e autorizações, de prévia aprovação pela entidade administradora da APA, que, no caso de Caraíva-Trancoso, é a Bahiatursa.

Para a aprovação acima referida serão observados os critérios e restrições a que se referem os artigos 5º, 6º, 8º e 9º, que tratam das atividades agrícolas, movimentos de terra, ocupação do solo urbano e do solo rural.

De acordo com o art.10º, para o exercício da vigilância da APA de Caraíva-Trancoso, a Bahiatursa poderá, enquanto entidade administradora, celebrar acordo com organizações não governamentais aptas a colaborar, e de reconhecida idoneidade técnica e financeira.

Resolução do Conama nº 013/90

Dispõe sobre normas referentes ao entorno das Unidades de Conservação, estabelecendo a necessidade de licenciamento, pelo órgão ambiental, das atividades que possam afetar a biota, a se instalarem num raio de 10 km circundantes da U.C. As atividades que possam afetar a biota serão definidas pelo órgão responsável por cada Unidade de Conservação, juntamente com os órgãos licenciadores e de meio ambiente, no caso da APA de Caraíva-Trancoso, a Bahiatursa e o CRA.

Resolução do Conama nº 004/93

Estabelece que é de caráter emergencial o zoneamento e proteção das áreas de formações nativas de restinga, assim estabelecidas no Mapa de Vegetação do Brasil-IBGE 1988. Nessas áreas, torna-se

obrigatório o licenciamento ambiental, pelo órgão estadual competente, de quaisquer atividades, obras, planos e projetos.

Ficam excluídos do acima disposto os 300m de restinga, a partir da linha de preamar máxima, considerados como área de preservação permanente, conforme estabelecido na Resolução do Conama nº 004/85.

Quanto ao licenciamento pelo órgão estadual ambiental, o CRA, por tratar-se aqui de uma Área de Proteção Ambiental, para a qual foi estabelecido que a entidade administradora é a Bahiatursa, cabe um acordo entre os dois órgãos para o citado licenciamento, de forma a evitar-se ações superpostas.

No que se refere à faixa de 300m (trezentos metros) de restinga, considerada de preservação permanente, reiteramos o comentário já feito anteriormente, sobre a Resolução do Conama nº 004/85, a respeito da sua inconstitucionalidade em dispor sobre “direitos individuais”, matéria reservada à lei formal, não podendo ser objeto de decreto ou outros atos administrativos. Para que se torne obrigatório a preservação integral de toda e qualquer vegetação de restinga situada na faixa costeira de 300m, é necessário que isto seja objeto de lei.

Resolução do Conama nº 010/93

Estabelece os parâmetros básicos para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica, a que se refere o Decreto Federal nº 750/93, sendo que o seu detalhamento e a definição de valores mensuráveis, tais como altura e diâmetro, passam a ser atribuição do Ibama e órgãos ambientais estaduais. No caso da Bahia, este detalhamento ainda não foi realizado.

Nesta Resolução são definidos :

- os conceitos de vegetação primária e vegetação secundária (ou em regeneração) a que se refere o Decreto Federal nº 750/93;
- os estágios de regeneração inicial, médio e avançado da Mata Atlântica;
- formações vegetais de manguezal, restinga, campo de altitude, brejo interiorano e encrave florestal do nordeste;
- flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção;
- vegetação de excepcional valor paisagístico;
- corredor entre remanescentes;
- entorno de unidades de conservação.

Constituição do Estado da Bahia

O art.214 da Constituição Estadual estabelece obrigações para o Estado e Municípios, entre essas “*definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, representativos de todos os ecossistemas originais do Estado*” (incisoVI). A criação da Área de Proteção Ambiental-APA de Caraíva-Trancoso representa, portanto, o cumprimento dessa atribuição do Estado, que visa conciliar a ocupação e usos da terra com a conservação dos ecossistemas representativos do Estado da Bahia. Por estar localizada na zona costeira, a APA de Caraíva-Trancoso submete-se

também ao inciso IX do art.214, que determina a obrigação do Estado em *“garantir o livre acesso às praias, proibindo-se qualquer construção particular, inclusive muros, em faixa de, no mínimo, 60 m (sessenta metros), contados a partir da linha da preamar máxima”*.

Ainda de acordo com a Constituição Estadual, é “patrimônio estadual”, entre outros, a Mata Atlântica e o Sítio do Descobrimento, onde se inserem a área costeira dos municípios de Porto Seguro e Sta. Cruz de Cabralia, englobando, portanto, a APA de Caraíva-Trancoso. (Art. 216, §1º, inciso II e IV). O §2º do mesmo artigo determina que qualquer projeto de investimento situado no Sítio do Descobrimento deve ser precedido de parecer técnico emitido por organismo competente e da homologação pelas Câmaras Municipais.

O art.215 trata das áreas de preservação permanente, como definidas em lei. Como a lei estadual ainda não definiu essas áreas, vigora o disposto no Código Florestal.

O art. 221 proíbe a redução das áreas das florestas existentes no estado, devendo estas serem demarcadas através de zoneamento agro-ecológico.

Lei Estadual nº 3.858/80 e seu Regulamento

(modificada pela Lei 6.424/92)

A Lei 3.858/80 institui o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, tendo como órgão superior do sistema é o Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepram, com o objetivo, entre outros, de promover *“a utilização ordenada dos recursos naturais através de critérios que assegurem a sua renovabilidade ou o seu uso continuado”* e *“a integração dos valores ambientais nos processos de ordenação territorial, urbanização, industrialização e povoamento”*. (art.1º)

De acordo com o art. 2º inciso XI da Lei 6.424/92, o Centro de Recursos Ambientais - CRA é o órgão responsável por assessorar o Cepram na *“definição dos espaços territoriais e seus componentes representativos dos ecossistemas originais do estado, a serem especialmente protegidos”*, podendo, para isso (art 3º), celebrar convênios, contratos e ajustes com instituições públicas e entidades não governamentais.

No caso de Caraíva-Trancoso, a proposta para proteção da área resultou em decreto do governador, que cria e delimita a APA de Caraíva-Trancoso.

Lei Estadual nº 6.569/94

Dispõe sobre a política florestal do Estado da Bahia. De acordo com o disposto no art.10º §2º, o proprietário da área onde a vegetação que compõe a reserva legal tiver sido degradada, fica obrigado à sua recomposição, mediante plantio ou regeneração, em cada ano, de pelo menos 1/30 da área total para completar a referida reserva, com vegetação nativa ou ecologicamente adequada. A lei abre a possibilidade de inserir-se na área de reserva legal a vegetação de preservação permanente, a critério da autoridade competente, quando estas áreas representarem percentual significativo em relação à área total da propriedade.

Decreto Estadual nº 2.215 de 14/06/1993 (criação da APA de Caraíva-Trancoso)

Cria e delimita a Área de Proteção Ambiental de Caraíva-Trancoso, que compreende uma área de 31.900ha, localizada na região litorânea do Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia. Ocupa o trecho entre a foz do rio Trancoso e o rio Caraíva.

Lei Orgânica de Porto Seguro (04/04/1990)

O Município de Porto Seguro não dispõe de legislação específica de meio ambiente, sendo este tema tratado sua Lei Orgânica, capítulo V, dedicado ao meio ambiente.

A Lei Orgânica reafirma o estabelecido na Constituição Federal, quanto ao direito de todos ao meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado e estabelece obrigações do Poder Municipal, entre estas, a definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos, o controle das atividades com potencial de impacto no ambiente, o planejamento do uso e ocupação do solo, a proteção dos sítios tombados pelo Poder Público, o monitoramento da qualidade ambiental, a recuperação de áreas degradadas, além da criação de um fundo, onde serão depositados os pagamentos das multas aplicadas, a ser gerido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, na forma da lei.

A elaboração do Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais é previsto como instrumento orientador da utilização dos recursos ambientais no processo de desenvolvimento econômico-social.

De acordo com o Município de Porto Seguro, são áreas de preservação permanente :

- os manguezais;
- as áreas de proteção das nascentes dos rios;
- as áreas que abrigam exemplares da fauna e da flora, como aquelas que servem de local de pouso ou reprodução de espécies migratórias;
- as áreas estuarinas;
- as paisagens notáveis.

Neste caso, a lei municipal acrescentou, ao elenco de áreas de preservação permanente já estabelecido por lei federal, as áreas estuarinas e as paisagens notáveis.

Note-se que a aplicação do disposto na Lei Orgânica depende de leis ordinárias, e enquanto estas não forem promulgadas o município seguirá as disposições das leis federais e estaduais.

Lei nº 17/89, alterada pelo Decreto 175/94

(Código de Obras e Edificação de Porto Seguro)

Lei Municipal que estabelece as normas para edificação no Município de Porto Seguro, referentes ao licenciamento das obras, condições das edificações, construções irregulares e multas.

O Código de Obras de Porto Seguro remete à “Lei de Zoneamento” a definição de áreas *non aedificandi*, dimensões mínimas de lotes (art.58), alinhamentos e afastamentos laterais (art.149 § único) e as áreas de preservação rigorosa, onde qualquer intervenção necessitaria de anuência prévia da Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional-SPHAN (art.5º §único). Como o Município ainda não promulgou a referida lei, essas definições estão em aberto, a nível municipal. O parcelamento e ocupação do solo devem reger-se, então, pela legislação urbanística e ambiental vigentes, a nível federal, e, no caso da APA de Caraíva-Trancoso, também pelas diretrizes estabelecidas em seu zoneamento ambiental.

O art.7º do Código de Obras dispõe que “a solicitação para aprovação de edificações próximas às áreas de Proteção Ambiental deverão ter o parecer do centro de Recursos Ambientais-CRA”. No entanto, a aplicação do disposto nesse artigo ainda necessita de regulamentação, que defina a distância considerada próxima às Áreas de Proteção Ambiental, assim como esclareça se está se tratando das APA’s, assim definidas conforme a legislação vigente.

O art.23 dispõe que “As construções que dependem de exigências de outras repartições públicas, somente poderão ser aprovadas pela Prefeitura Municipal, após ter sido dada, para cada caso, a aprovação da autoridade competente”. De acordo com o acima disposto, a Prefeitura de Porto Seguro somente dará sua aprovação a empreendimentos localizados na APA de Caraíva-Trancoso , após os mesmos terem sido aprovados pela Bahiatursa, quando assim exigir o Plano de Manejo da APA. Nesses casos, sugere-se a consulta à Prefeitura, quando da análise pela Bahiatursa, o que certamente irá agilizar o processo de concessão do alvará municipal, na etapa posterior.

Lei nº 74/88

Lei Municipal que delimita o Perímetro Urbano de Porto Seguro, conforme representação cartográfica apresentada no Vol II - ANEXOS.

QUALIDADE AMBIENTAL

Como qualidade ambiental entende-se a atual situação da área da APA, no que se refere à conservação do seus recursos naturais, analisando-se as suas potencialidades, as pressões existentes sobre os ecossistemas e a evolução dos conflitos que se estabelecem.

As informações levantadas permitiram traçar o diagnóstico ambiental da área, que apresenta um território com grande potencial turístico em função das suas belezas naturais, representadas, principalmente, por praias e matas ainda em bom estado de preservação. O litoral recortado e ocorrência de manguezais, banhados e restingas conferem uma fisionomia peculiar a esta região.

A área da APA, reúne também, importantes acervos históricos, representados pela “Costa do Descobrimento”, construções do sec. XVI em Trancoso como o “Quadrado” e a igreja de São João Batista, além de duas edificações em Caraíva. Próxima a esta localidade, encontra-se a aldeia indígena de Barra Velha, já fora dos limites da APA, onde porém pode-se encontrar um rico artesanato. A APA, abriga no seu interior, a aldeia indígena de Imbiriba.

A vila de Trancoso, ainda guarda as características de um povoado rústico e tranquilo, sendo seu litoral formado pelas praias dos nativos, ao norte, e dos Coqueiros, ao sul. O litoral tem como aspectos convidativos ao turismo, praias com mar pouco agitado de areias brancas, que contrastam com o verde das matas, o azul das águas e a paisagem de coqueiros.

O povoado de Caraíva tem como destaque em sua paisagem a linha de casas coloridas que se estende ao longo do rio de mesmo nome. A simplicidade do tecido urbano e suas casas coloniais atraem visitantes que para lá se deslocam à procura de paisagens rústicas.

A simplicidade do povoado alia-se à beleza de suas praias, de vegetação e aspectos bastante primitivos. O rio Caraíva, em suas áreas estuarinas, contribuiu para a riqueza da paisagem com a formação de áreas de várzeas e manguezais de rara beleza.

A faixa que compreende a APA de Caraíva-Trancoso exibe paisagens que, além de expressiva beleza, mostram-se variadas em sua estrutura. A linha da costa apresenta-se ora mais recortada, formando enseadas bastante pronunciadas, ora estendendo-se mais linearmente, ora desenvolvendo-se em planícies, ora em falésias e tabuleiros em sua proximidade. A vegetação contribui significativamente para a riqueza paisagística, alterando-se nas paisagens áreas de restinga rasteira e arbustiva, mata de tabuleiros e brejos, além de coqueirais (Bahia/Habtec, 1995).

A ponta de Itaquena, de onde se desfruta uma bela visão do litoral, forma, a partir de uma pequena protuberância da linha da costa, suaves curvas no litoral, criando belas enseadas, numa das quais se situa a praia de Itaquena. A área é formada por uma planície litorânea com mata rasteira, coqueiral e extensa área de restinga. Depois da praia de Itaquena segue-se a praia da foz do rio dos Frades, estuários com extensas áreas espaiadas e a presença de várzeas e manguezais exuberantes. As praias desse trecho do litoral são de largura média a grande, variando de 6 a 10 m. A ponta de Juerana é a paisagem que mais se destaca, figurando entre as paisagens de maior beleza de todo litoral da região, com o contorno de seu relevo coberto de mata, contrastando com a coloração cristalina de suas águas. A ponta da Juacema forma, ao sul, a enseada dos Espelhos. A largura das praias no trecho das Barreiras Brancas varia de 6 a 8 m (Bahia/Habtec, 1995).

As principais praias entre Trancoso e Caraíva são: Rio da Barra, Pedra Grande, Barra do rio dos Frades e Caraíva.

Os remanescentes de Mata Atlântica, que ocupam aproximadamente 23% da APA, apesar da pressão antrópica, ainda apresentam flora diversificada, com grande número de endemismo entre espécies vegetais e espécies animais pertencentes aos grupos dos mamíferos, aves e reptéis, endêmicas, raras e/ou ameaçadas de extinção.

A área de estudo, apesar das interferências antrópicas refletidas em seus diversos ambientes, abriga ainda uma fauna significativa e pouco estudada. Estudos realizados por Oliver & Santos (1991) registraram a presença de mamíferos ameaçados de extinção em remanescentes de Floresta Ombrófila Densa em bom estado de conservação.

A conservação da fauna da Mata Atlântica é de relevante importância para a sobrevivência do ecossistema como um todo devido as interações biológicas. Estudos indicam que 50 a 90% das espécies vegetais arbóreas e arbustivas dos trópicos são visitadas por vertebrados frugívoros dispersores de sementes, correspondendo a aproximadamente a 80% da fauna de mamíferos e aves.

Entretanto, o Brasil detém a distinção não honrosa, de possuir o maior número de espécies animais ameaçadas de extinção de todo o mundo, totalizando 310, em sua maioria concentradas na Mata Atlântica, das quais 58 são referentes à mamíferos (Fonseca *et alli*, 1994).

Atividades como, pecuária extensiva, cultivos, queimadas, exploração madeireira, ocupação por posseiros e loteamentos imobiliários vêm provocando a degradação da cobertura vegetal na área da APA, resultando no **progressivo empobrecimento da fauna**. Além destes fatores, a fauna da região, em especial as aves e os mamíferos, está sujeita também a ameaças como, a captura de animais silvestres para criação doméstica e comércio e a caça indiscriminada praticadas pela população local.

Ao lado do potencial do patrimônio natural da área, observa-se uma precariedade da infraestrutura básica, aliada a uma tendência de significativa expansão dos núcleos urbanos locais.

As características naturais da APA de Caraíva-Trancoso a tornam especialmente atrativa para o turismo, sendo este o seu grande potencial, ao mesmo tempo em que pode também se tornar uma **grande ameaça, caso não sejam tomadas, de imediato, as medidas para ordenamento das atividades** a se implantarem em seu território. Estas podem vir a configurar conflitos ambientais, na medida em que agredam a natureza, desvalorizando o patrimônio ambiental que justifica a transformação da área em **Unidade de Conservação**, na categoria de **Área de Proteção Ambiental-APA**.

A proteção ambiental é pré-requisito para que a localidade desenvolva seu potencial turístico. Por outro lado, o **turismo demanda equipamentos e infraestrutura urbanos, cujo potencial de impacto** pode ser conflitante com a proteção ambiental, podendo ocorrer que os atrativos naturais imponham limitações à expansão urbana.

A APA de Caraíva-Trancoso, sob o ponto de vista sócio-econômico e de infraestrutura, apresenta as seguintes características:

- na **região de restinga de maior proximidade com a preamar**, juntamente com algumas áreas de manguezais, ocorre ocupação por restaurantes de luxo, barracas e loteamentos;
- o **trecho interface, entre a restinga herbáceo-arbustiva e o começo da Floresta Ombrófila dos Tabuleiros**, em diferentes estágios de regeneração, é ocupada por loteamentos diversos e grandes áreas de pastagens;

- no trecho mais interiorano, onde se encontram os diferentes estágios de regeneração da floresta, ainda ocorre, em menores proporções, a exploração madeireira;

Há uma forte pressão para ocupação das áreas, em função do crescimento do potencial turístico da região, que vem sendo incentivado através de investimentos e programas governamentais.

Considerando a importância ecológica e a necessidade de ordenar as atividades econômicas, em particular o turismo, além de outras atividades sociais e humanas, a questão da biodiversidade deve ser tratada através de atitudes essencialmente positivas, no sentido de não se contrapor às alternativas de sobrevivência encontradas pelas populações, que precisam ser integradas aos projetos de desenvolvimento, para que possam atuar em parceria na conservação do patrimônio ambiental. Neste caso, a educação ecológica assume importante papel, para ajudar a consolidar a médio e longo prazo o nível de consciência da população e a formação dos recursos humanos necessários para o alcance dos objetivos da sustentabilidade.

O desenvolvimento do turismo na Bahia, pelas características intrínsecas à atividade e pelas condições físico-geográficas do estado, vem apresentando uma forte tendência de valorização dos espaços litorâneos. Isto poderá vir a constituir padrões urbanos e desenhos de cidades bastante diferenciados dos atuais, o que pressupõe ações governamentais de controle e ordenamento, para evitar que os interesses imediatistas comprometam o potencial turístico-ambiental da região.

Segundo dados da Seplantec/SEI, os motivos de viagem de turismo ao Brasil, em 1993, foram, em 72,4%, os atrativos turísticos, sendo que 83,4% dos visitantes não sofreram nenhuma influência dos meios de comunicação. Isto retrata a importância que o turismo representa, principalmente no que se refere à paisagem natural da região litorânea, que de tão conhecida dispensa publicidade.

As cidades litorâneas do Extremo Sul da Bahia passaram a receber fluxos turísticos, provocando o desenvolvimento de atividades urbanas ligadas ao turismo. A importância histórica de Porto Seguro contribuiu para tornar essa cidade o pólo do turismo regional, que se estende por Santa Cruz de Cabrália, Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva, portanto com reflexo direto sobre a área delimitada como APA de Caraíva-Trancoso, uma das seis Unidades de Conservação existentes na Região do Extremo sul da Bahia.

A crescente criação de APA's, principalmente a partir da realização da ECO-92, tem sido um dos instrumentos adotados para possibilitar o desenvolvimento sustentável. Seguramente é um dos caminhos a ser adotado, embora se tenha consciência das dificuldades a serem enfrentadas para conciliar setores com interesses conflitantes.

Perspectiva "Nada a Fazer"

Para manutenção do equilíbrio ecológico e do patrimônio ambiental constituído pelos ecossistemas da APA Caraíva-Trancoso há que se preservar a diversidade biológica da área, para o que é preciso adequado plano de gestão ambiental do território, que considere os anseios das populações humanas diretamente envolvidas na utilização dos recursos naturais.

A não interferência do Poder Público no planejamento e ordenamento da área e conseqüentemente a não concretização do zoneamento econômico-ecológico da APA, do seu Plano de Gestão e de outras ações de ordenamento territorial/ambietal previstas, levariam à agudização dos conflitos ambientais, entre os quais ressaltamos :

- Exploração indevida de madeira, sem plano de manejo florestal sustentado, trazendo, entre outras consequências, o desaparecimento ou mesmo a extinção de espécies animais dependentes desse ecossistema;
- Desvalorização paisagística de locais de beleza cênica e de importância histórico-cultural.
- Inexistência de equipamentos e serviços de saneamento adequados nas localidades, causando danos à paisagem natural e ao equilíbrio dos ecossistemas da área, em especial ao manguezal.
- Ocupação crescente das áreas de mata e restinga.

Conforme demonstrado no decorrer do estudo, existe uma forte tendência para a pecuarização das terras no município, avançando do interior para o litoral.

As matas remanescentes, em que pese a legislação ambiental mais rigorosa, tenderiam a decrescer, haja visto a insuficiência da fiscalização e monitoramento dos órgãos competentes.

Por outro lado, a faixa costeira sem um zoneamento e controle do uso do solo, sofreria um processo de proliferação de loteamentos, com alta densidade, trazendo consequências danosas aos ecossistemas presentes na área.

Os núcleos urbanos, tenderão a um crescimento desordenado e caótico, semelhante aos já implantados na faixa costeira, como em Coroa Vermelha.

Desta forma, sem o ordenamento econômico/ecológico, a ser estabelecido para a APA Caraíva-Trancoso, irão ter predomínio os processos de pecuarização, ocupando os remanescentes de florestas de tabuleiros e áreas de regeneração da vegetação primária, o turismo desordenado e a especulação imobiliária, redundando em insucessos, os esforços governamentais e privados no sentido de colocar esta área em nível de excelência, no circuito competitivo do turismo nacional e internacional.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, P. Silvicultura e ecologia no Extremo Sul da Bahia: fatos e crendices. Análise & Dados: CEI, v.4, n.2/3, dez. 1994.
- ANDRADE, M. A. DE. Aves Silvestres - Minas Gerais. Belo Horizonte (MG): Conselho Internacional Para a Preservação das Aves (CIPA), 1992, 176p.
- ANDRADE, M. A. DE. Lista de campo das aves do Brasil. Belo Horizonte (MG): Fundação Acan-gau, 1995, 40p.
- ARAÚJO, D.S.D. & LACERDA, L.D. A natureza das restingas - Rev. Ciência Hoje. São Paulo, v.06, n.33, Julho 1987 - p. 42
- ARGÔLO, A. J. S. Considerações sobre a ofidiofauna do cacauais do sudeste da Bahia, Brasil. Monografia. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA). 1992, 65p.
- AYRES, J.M, FONSECA, G.A.B. da & WERNER, R.A.M.T. O País da Megadiversidade - Rev. Ciência Hoje - São Paulo, v.14 , n. 81 - maio/junho 1992 - p. 20-27
- BAHIA (Estado). Ministério da Agricultura. Diagnóstico sócio-econômico da região cacaueira: Recursos Florestais. Ilhéus: CEPLAC, v.7,1976. 245 p.
- BAHIA (Estado). Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Empresa de Turismo da Bahia-BAHIATURSA. Área de Proteção Ambiental de Caraíva/Trancoso: Plano de Manejo - Versão Preliminar. Rio de Janeiro: Habtec- Engenharia Sanitária e Ambiental, junho, 1995, 110p.
- BAHIA (Estado). Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. Empresa de Turismo da Bahia-BAHIATURSA. Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - PRODETUR. Estudos Técnicos para Contratação de Financiamento com BIRD/BID, 1ª Etapa - PRODETUR-BA. Estudos de Impacto Ambiental da Rodovia Caraíva/Porto Seguro: Relatório Final, Cobrape, 1994, 155 p. v.I: Seleção de Alternativa Ambientalmente Favorável.
- BAHIA (Estado). Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia/Centro de Recursos Ambientais - CRA. Cadastro das Unidades de Conservação do Estado da Bahia. Salvador, 1994. 78 pil.
- BAHIA - Bahiatura - EIA/RIMA da Rodovia Caraíva/Porto Seguro - v.1.; 1994
- BAHIA - Bahiatura - Estudos Ambientais para implantação dos complexos turísticos; 1994
- BAHIA - Bahiatura - Inventário Preliminar da oferta turística, v.7.; Litoral Sul; 1991
- BAHIA - Bahiatura - Plano de Manejo - APA de Santo Antonio - Sta Cruz de Cabralia/Belmonte - Diagnóstico Ambiental v.1.; Planarc 1995
- BAHIA - Bahiatura - Plano de Manejo APA - Caraíva/Trancoso - HABTEC; 1995
- BAHIA - CEPLAB, Diagnóstico do Extremo Sul da Bahia, Salvador, 1982
- BAHIA - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - Car. Política de Desenvolvimnto para o Extremo Sul da Bahia. Salvador, 1994 - Série cadernos CAR, 3.

- BAHIA- Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo - SIC, Possibilidades de Investimento na Agroindústria Baiana, Salvador, 1992
- BAHIA- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Retrospectiva e Perspectivas, 1995
- BAHIA. Centro de Estatísticas e Informações - CEI, Análise Dados - Turismo, v.2, nº 4, Salvador, 1993
- BAHIA. Centro de Estatísticas e Informações - CEI, Informações Básicas dos Municípios Baianos - Extremo Sul, Salvador, 1992
- BAHIA. Centro de Estatísticas e Informações - CEI, Perfil da região Econômica Extremo Sul, Salvador, 1992
- BAHIA. Centro de Estatísticas e Informações - CEI, Uso Atual das Terras, Centro Sul, Sul e Extremo Sul, Salvador, 1994
- BAHIA. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Riscos de seca e grau de severidade do semi-árido no estado da Bahia, Série Especiais CEI,2, Salvador, 1991
- BAHIA. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. BAHIATURSA. PRODETUR-NE. EIA da Rodovia Caraíva/porto Seguro, volume I. Seleção da alternativa ambiental favorável. relatório Final.
- BECKER, M. & DALPONTE J.C. Rastros de mamíferos silvestres brasileiros. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1991, 180p.
- BENJAMIN, Cesar. Diálogo sobre ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 198p.
- BRASIL, IBGE, Censo Demográfico, 1991
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. folha SD. 24 Salvador; Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Ação e Uso Potencial da Terra. Rio de Janeiro, 1981. 624 p. il. 5 mapas (Levantamento de Recursos Naturais, 24). Folhas na escala 1:250.000.
- BRITO, I.C., CUNHA, M.M., GUIMARÃES, M.C. Memorial descritivo do levantamento da fauna e flora e proposta de intervenção paisagística do "Loteamento Outeiro das Brisas": Relatório Final. Salvador, 1990, 49p.
- CÂMARA, I.G. Da floresta ao cerrado, da restinga aos manguezais - Rev. Ciência Hoje - São Paulo, v.11, n. 63, abril/maio 1990 - p. 21
- CARNEIRO, P.R.F. Salvamento ou Conservação - Rev. Ciência Hoje - São Paulo, v.09, n.54, junho 1989 - p. 74
- CARVALHO, Osires. Nordeste brasileiro: uma visão político de desenvolvimento sustentável, ecologia e mercados. Análise & Dados: CEI, v.4, n.2/3, dez. 1994.
- CARVALHO, V.C. Imagens e computadores: vegetação à vista. In: Ciência Hoje, v .7, n. 38. p.26-32 dez. 1987.

- CEI. Perfis Regionais: Extremo Sul. Salvador, Centro de Estatística e Informações, 1992a. 64p.
- CEI. Uso Atual das Terras: Centro Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia. Salvador, Centro de Estatística e Informações, 1994. 42 p. (Série Especiais CEI, 9).
- CEPLAC/CEPEC. Diversificação Agropecuária - Programa Regional de Pesquisa: FLORESTAS, Ilhéus, 20p.
- COELHO, Cláudia M. P. Estudos analíticos e críticos da legislação ambiental da atual situação da unidade de conservação do Brasil. Salvador: UFBA, 1990. 34p il.
- CONSÓRCIO MATA ATLÂNTICA/UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Plano de Ação. Campinas, 1992. 2 v.
- CORSON, W.H. Manual global de ecologia - o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. São Paulo: Ed. Augustus. 1993. 413p. il.
- CORTES, Maria de F.R. Uma abordagem sobre a situação da Mata Atlântica no Estado da Bahia. Salvador: UFBA, 1993. 89 p.il. (Monografia de Bacharelado em Ciências Biológicas- Instituto de Biologia)
- COSTA, J. P.O. Reserva com Carimbo da UNESCO - Rev. Ciência Hoje - São Paulo, v.15, n. 88 - março 1993- p. 58
- COSTA, M.D.B; RAMOS, O.C. Ecologia e Meio Ambiente. Livraria e Editora Brasília Jurídica Ltda. Goiânia, 1992.
- EMMONS, L. H. Neotropical rainforest mammals - A field guide. The University of Chicago Press Ltda, London. 1990, 281p.
- FELFILI, J.M. et alii. Projeto Biogeografia do Bioma Cerrado: Vegetação e Solos. Cadernos de Geociência-IBGE Diretoria de Geociências, Rio de Janeiro, v.12, n.75-166, out/dez 1994.
- FILGUEIRAS, J. A formação da rede de cidades da Bahia. Análise & Dados: CEI, v.4, n.2/3, dez. 1994.
- FONSECA, G. A. B. DA et al. Livro vermelho dos mamíferos brasileiros ameaçados de extinção. Belo Horizonte (MG): Fundação Biodiversitas, 1994, 479p.
- FONSECA, Gustavo A. B. da. - Muitas reservas pequenas: uma solução? Rev. Ciência Hoje. São Paulo, v.13, n.76, p.18-19. set. 1991.
- FURTADO, M. F. D. Estudo das ações tóxicas dos venenos de Bothrops (SERPENTES: VIPERIDAE). Londrina (PR): Livro de resumos do XVII Congresso brasileiro de zoologia, Universidade Estadual de Londrina, 1990, p. 411.
- Góes Cohabita - Plano Diretor de Coroa Vermelha, Diagnóstico Ambiental, AFA, 1992.
- GOTTSSCHALL, C. O turismo na economia baiana. Análise & Dados: CEI, v.4, n.2/3, dez. 1994.
- GRANTSAU, R. As cobras venenosas do Brasil. São Bernardo do Campo (SP): Bandeirante, 1991, 100p.

- HEBER, F. A espacialidade da economia baiana e sua rede de cidades. *Análise & Dados: CEI*, v.4, n.2/3, dez. 1994.
- HETZEL, B. & BARREIRA e CASTRO, C. Corais do Sul da Bahia. Rio de Janeiro (RJ): Editora Nova Fronteira, 1994. 185p.
- JAAKKO PÖYRY. Estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental do complexo de celulose. São Paulo: v.IV. 1994. (Diagnóstico Ambiental/Meio Biológico)
- JANNUZZI, G.M. Conservação de energia, meio ambiente e desenvolvimento - *Rev. Ciência Hoje*, v.11, n. 66, setembro 1990 - p. 16-22
- JESUS, R.M. de. A Reserva Florestal de Porto Seguro. In: CONGRESSO FLORESTAL ESTADUAL, 6º, Rio Grande do Sul, 1988, p. 113-164.
- JOLY, A.B. Botânica: introdução à taxonomia vegetal. 7 ed. São Paulo: Ed.Nacional, v. 4, 1985. 777 p.il.
- LANGENBACH, T. Problema urgente em ritmo de burocracia - *Rev. Ciência Hoje* - São Paulo, v.04, n. 24, maio/junho 1986 - p. 90/91
- LEWIS, P.G. Legumes of Bahia. Royal Botanic Gardens - KEW, Bahia, 1987, 369 p.il.
- MACHADO, P.A.L. Estudos de Direito Ambiental. Malheiros Editores. São Paulo, 1994.
- MENDONÇA, F.A. Preservação Florestal/Florestamento e Reflorestamento In: *Cadernos de Estudos dos Problemas Brasileiros* - Centro Editorial e Didático - Faculdade de Ciências Humanas - Depto. de Estudos de Problemas Brasileiros - Universidade Federal da Bahia - Salvador, 1978, 20 pil.
- MIRANDA, M.M.M - O Extremo Sul da Bahia e a avassaladora chegada da modernidade, FASE/IBASE, Vitória, 1992
- NEIMAN, Z. Era verde ? ecossistemas brasileiros ameaçados. 3 ed. São Paulo: Atual, 1989, 103 p.il.
- ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara. 1986. 434 p.il.
- OLIVER, W. L. & SANTOS, I. Threatened endemic mammals of the atlantic forest region of south-east Brasil. Special Scientific Report n° 4 . Jersey. Wildlife Preservation on Trust, 1991. 126p.
- ORGE, M.D. Uma metodologia de bioensaios para estudos de biomonitoramento sobre reprodução, conservação e recuperação de manguezais no Estado da Bahia, Salvador: UFBA, 1992. 63 pil.(monografia)
- PAULA, J. E. de. Estudos da estrutura anatômica da madeira de espécies nativas, visando seu aproveitamento na produção de energia e papel - *Ciência e Cultura* 41(2):344, 1989
- PINTO, C.L.R. et. al. Utilização da *Eichornia crassipes* na obtenção do concentrado protéico que será usado em ração animal e como suplemento da dieta alimentar. in: *Seminário Intercional*

- Sobre Problemas Ambientais Dos Centros Urbanos, II, São Paulo, 12 a 17 de dezembro. São Paulo: ECO/URBIS'93, 1993. p. 92, 173 p.
- POUGH, F. H., HEISER, J. B. & MACFARLAND, W. N. A vida dos vertebrados. 2º ed. São Paulo (SP): Atheneu Editora São Paulo Ltda., 857p, 1993.
- RIZZINI, C.T. Árvores e madeiras úteis do Brasil: manual de dendrologia. 2.ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda, 1979. 296p. il.
- RIZZINI, C.T., MORS, W.B. Botânica econômica brasileira. São Paulo: EPU, 1976. 207p.
- SAWYER, J. Florestas Tropicais - WWF, 1988, 48 p.il.
- SICK, H. Ornitologia brasileira, uma introdução. 3º ed., v.I. Brasília: Universidade de Brasília, 1988. 429p.
- SILVA, F. Mamíferos silvestres - Rio Grande do Sul. 2º ed. Porto Alegre (RS): Fundação Zoológica do Rio Grande do Sul, 1994, 264p.
- SILVA, L. A.M. et al . Nomenclatura vulgar e científico de plantas encontradas na região cacauera da Bahia. Boletim Técnico. Ilhéus: CEPLAC/ CEPEC, 1982. n.95. 79p.
- URPLAN - Grupo de Planejamento Urbanístico Arquitetura Ltda, Pólo Turístico: Costa do Descobrimento, 1994
- VINHA, S.G. da et alii. A fase pioneira de uma sucessão vegetal secundária no Sul da Bahia: estrutura e vegetação química da vegetação. Revista Theobroma (Brasil) : 13 (1): 27-34. CEPEC / Centro de Pesquisas do Cacau, Ilhéus, 1983.
- VIVO, M. DE. Taxonomia de Callithrix Erxleben, 1977 (CALLITRICHIDAE, PRIMATES). Belo Horizonte (MG): Fundação Biodiversitas, 1991, 105p.
- VOOREN, C. M. & FERNANDES, A. C. Guia de albatrozes e pétreiros do sul do Brasil. Porto Alegre (RS): Sagra Ltda., 1989, 99p.
- ZANCAN, G.T. Biotecnologia e Biodiversidade - Rev. Ciência Hoje - São Paulo, v.16, n. 95 - novembro 1993 - p. 52-54
- EMBRAPA / Centro Nacional de Pesquisa de Solos. ANAIS DA IV REUNIÃO DE CLASSIFICAÇÃO, CORRELAÇÃO E APLICAÇÃO DE LEVANTAMENTO DE SOLOS. RIO DE JANEIRO. 1995. 157 p. il.
- COBRAPE/BAHIATURSA. Estudo de Impacto Ambiental da Rodovia Porto Seguro - Caraíva. Detalhamento da Faixa Marginal do Traçado. SALVADOR. 1994.
- CONSEIL. Estudos Pedológicos e Hidrogeológicos do Empreendimento Outeiro das Brisas, Município de Porto Seguro. SÃO PAULO. 1990.
- Ribeiro, L. P. Horizontes coesos em Latossolos de tabuleiros. In: Congresso de Geoquímica dos países de Língua Portuguesa. Anais... PORTO. 1993.
- Ribeiro, L. P. Primeiras avaliações sobre a gênese dos solos dos tabuleiros. Inédito.